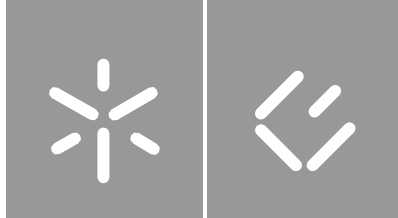


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Denise Carlos Lunguenda

**A China na Política Externa Angolana: Um
Caso de *External Balancing*?**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Denise Carlos Lunguenda

**A China na Política Externa Angolana:
Um Caso de *External Balancing*?**

**Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais**

**Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Laura Cristina Ferreira-Pereira**

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-Compartilha Igual
CC BY-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

Agradecimentos

À toda a minha família, especialmente aos meus pais e aos meus irmãos, por todo o apoio que sempre me deram durante a minha formação académica,

Aos meus amigos, especialmente ao João e ao Phillipe,

A todos que contribuíram, de um modo ou outro, para que a realização desta dissertação fosse possível.

Queria finalizar com um agradecimento muito especial à minha orientadora, Professora Doutora Laura Cristina Ferreira-Pereira, por quem tenho um enorme respeito e consideração. Foi para mim uma excelente orientadora, professora e companheira, no sentido em que esteve sempre presente e disponível para ajudar em tudo o que fosse necessário. Por todos os ensinamentos, todos os conselhos, orientações e principalmente por toda a paciência que sempre teve ao longo de todo o processo, o meu muito obrigada.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Eu, Denise Carlos Lunguenda, declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

Na viragem do século, muitos foram os acontecimentos que marcaram e moldaram a nova ordem internacional vigente, destacando-se no plano internacional o fim da Guerra Fria e surgimento de novos polos de poder, e no contexto africano, o fim da guerra civil angolana. Com a paz alcançada em 2002, Angola vê-se na necessidade de iniciar um programa de reconstrução nacional e procura levar a cabo essa missão através da cooperação internacional e financiamento externo. É neste contexto que as relações com a China se começam a desenvolver e se compreende a parceria estratégica estabelecida em 2010.

Tendo por base os pressupostos do Neorrealismo, este trabalho tem como objetivo principal analisar o papel que a China desempenhou na política externa angolana, entre 2002 (fim a guerra civil) e 2017 (término da liderança política de José Eduardo dos Santos), e perceber se as relações de Angola com Beijing evidenciam uma estratégia de *external balancing*. A presente dissertação conclui que nesse período o governo angolano adotou uma estratégia de *external balancing* com a China, através do fortalecimento de alianças com esta potência asiática, de modo a desenvolver o país e promover um posicionamento mais influente na região austral do continente africano e no mundo. No entanto, isso não implicou a criação ou o recurso a meios para enfraquecer a África do Sul, sua competidora mais direta, sobretudo no que toca à liderança da região da África Austral.

Palavras-chave: Angola, China, política externa, Neorrealismo, *external balancing*

Abstract

At the turn of the century, there were many events that marked and shaped the new international order, highlighting, at the international level, the end of the Cold War and the emergence of new power poles, and, in the African context, the end of the Angolan civil war. With peace achieved in 2002, Angola sees the need to initiate a national reconstruction program and seeks to carry out this mission through international cooperation and external financing. It is in this context that relations with China begin to develop, and a strategic partnership established in 2010.

Based on the assumptions of Neorealism, this work aims to analyze the role of China in the Angolan foreign policy, between 2002 (end of civil war) and 2017 (end of political leadership by José Eduardo dos Santos) and understand whether Angola's relations with Beijing indicate or not an external balancing strategy. This dissertation concludes that, during this period, the Angolan government adopted an external balancing strategy with China, through the strengthening of alliances with this Asian power, in order to develop the country and promote a more influential position in the southern region of the African continent and in the world. However, this did not imply creating or resorting to means to weakening South Africa, its most direct competitor, especially when it comes to the leadership of the Southern African region.

Keywords: Angola, China, foreign policy, Neorealism, external balancing

Índice

Introdução	12
1. Descrição e delimitação do tema	12
2. Identificação e Relevância Temática	16
3. Revisão Bibliográfica	19
Política externa angolana	19
A China em África	21
A China na política externa angolana	24
4. Abordagem Teórica	26
5. Metodologia	31
6. Estrutura da Dissertação	32
Capítulo 1. Angola: da guerra civil à paz	36
1.1 Angola no passado: a Província ultramarina portuguesa	36
1.2 Da independência à paz falhada dos acordos de Bicesse	43
1.3 Do acordo de Lusaka ao sucesso do acordo de Luena (1994-2002)	53
1.4 As missões de paz da ONU em Angola: UNAVEM I, II, III e MONUA	56
A UNAVEM I	58
A UNAVEM II	58
A UNAVEM III	59
MONUA	60
Capítulo 2. Os principais vetores da política externa angolana	62
2.1 Política externa: conceito e principais características	62
2.2 A política externa angolana no período do pós-independência (1975-2002)	67
2.3 A política externa angolana no pós-guerra civil	80
2.4 Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)	84
Capítulo 3. A presença da China em Angola desde 2002	89
3.1 A China em Angola no período pós-independência: Breve enquadramento	89
3.2 A relação Angola-China entre 2002 e 2017	92
Capítulo 4: a China na política externa angolana: um caso de <i>external balancing?</i>	111
Conclusão	122
Bibliografia	128
Anexos	143

Lista de abreviaturas e siglas

ANC	Congresso Nacional Africano
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEDESA	Centro de Pesquisa de Assuntos Políticos e Económicos de Angola
CEIC	Centro de Estudo e investigação Científica
CIRGL	Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DH	Desenvolvimento Humano
EUA	Estados Unidos da América
FAA	Forças Armadas Angolanas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FOFAC	Fórum de Cooperação China-África
GURN	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
IDH	Índice de desenvolvimento humano
MINFIN	Ministério das Finanças
MIREX	Ministério das Relações Exteriores
MONUA	Missão de Observação das Nações Unidas em Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NU	Nações Unidas
ONU	Organização das Nações Unidas

OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA	Organização da Unidade Africana
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PRR	Programa de Reconstrução e Reabilitação
RCA	República Centro Africana
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano
UA	União Africana
UNAVEM	<i>United Nations Verification Mission</i>
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNICEF	<i>United Nations International Children's Emergency Fund</i>
URSS	União da República Socialista Soviética

Lista de tabelas

Tabela 1 - Projetos realizados por empresas chinesas em Angola_____92

Lista de gráficos

Gráfico 1- Taxa de variação do preço do Brent (%)_____89

Gráfico 2 – Principais categorias da assistência externa da China em África_____95

Gráfico 3 – Distribuição da assistência externa chinesa no mundo_____96

Introdução

1. Descrição e delimitação do tema

Historicamente, o continente africano foi símbolo de riquezas naturais de vários tipos, como é o caso do petróleo, diamantes e outros minerais importantes. Por essa razão foi, durante muitas décadas, alvo da ‘cobiça’ de muitas potências externas, sobretudo europeias, que durante muito tempo estiveram presente em vários países através da colonização de povos e reinos locais. Atualmente, esta situação não se alterou muito, pelo menos no que diz respeito aos interesses externos pelos recursos naturais do continente. África continua a estar na ‘mira’ das grandes potências, mas as relações entre estas últimas e o continente, são veiculadas com pelo menos duas alterações importantes.

Devido às alterações importantes no sistema internacional, com o surgimento de novos atores que estão a ganhar cada vez mais peso, hoje assistimos a um interesse pelo continente africano não só por parte das tradicionais potências relevantes europeias, mas também de outras denominadas ‘emergentes’¹, que no passado tinham menor relevância no sistema internacional. A China, representa o maior exemplo dessa tendência. Segundo alude Łukasz Fijałkowski (2011) as relações entre a China e a África remontam ao século passado, com o estabelecimento em 1949 da República Popular da China. Mas, desde então, esta relação sofreu alterações significativas desde então, no sentido em que, inicialmente, estavam fortemente marcadas pela influência de ideologias que transmitiam a visão do governo chinês sobre o mundo. Mais tarde, na década dos 90, houve uma mudança importante, devido a separação efetiva entre política externa e ideologia, por parte do governo chinês. A China esforçou-se assim na criação de “uma imagem positiva nos Estados africanos, particularmente através da promoção da visão de uma estratégia de *win-win*” (Ibid, 223 Tradução da Autora).

Além disso, vivemos numa época em que os povos africanos, outrora colonizados, já vivem de

¹ Podemos entender por potências emergentes, aqueles países que constituem novos centros de poder em um ou mais dos seguintes sentidos: geopolítico, institucional, ideológico dentro da ordem internacional e da estrutura do sistema internacional. Geralmente associa-se o termo aos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) pois constituem o melhor exemplo disso (Economides 2017, 39).

maneira autónoma, no quadro de Estados independentes. Como tal, a obtenção desses recursos por parte das grandes potências é realizada de maneira distinta, principalmente por meio de acordos bilaterais e de parcerias estratégicas. É o caso da relação entre Angola e a China, dois países que, apesar da distância geográfica e cultural, têm mantido nas últimas décadas, relações bilaterais (e não só), nas mais diversas áreas de atuação. Sob este pano de fundo, o presente trabalho trata de analisar a evolução do papel que a China tem tido no âmbito da política externa angolana, do século XXI.

Podemos estabelecer que o objetivo geral da política externa angolana é aumentar o ‘status’ que o país tem, com vista a se tornar não só numa potência regional no contexto da África Austral² e continental, mas também numa potência importante e com peso considerável a nível internacional. Carlos Alves (Alves, 2013) estabelece que Angola, uma vez terminada a guerra civil em 2002, tratou de criar parcerias externas, dando privilégio à China, sem romper suas relações com as demais potências, com as quais tinha tradicionalmente parcerias. Ricardo de Oliveira (2015) também observou que “na esfera internacional, o objetivo da reforma tem sido diminuir as pressões externas e melhorar a reputação de Angola” (Oliveira 2015, 191). Para tal, o autor diz que uma das estratégias chave do governo angolano, tem sido a diversificação das parcerias, evitando assim a dependência exclusiva de parceiros tradicionais. A relação com a China enquadra-se neste contexto.

Desde que Angola alcançou a paz efetiva em 2002, as relações com a China sofreram um incremento gradual. Como tal, despertaram a atenção não só de académicos e investigadores, mas também de políticos e da sociedade internacional no geral. Não é de estranhar que uma grande potência como os Estados Unidos, tenha manifestado preocupação com este assunto. Em março do corrente ano, na sequência da visita do subsecretário de Estado norte-americano, John Sullivan, a Angola, a Administração Trump transmitiu um sinal ‘ameaçador’ sobre o assunto, ao transmitir que se Angola quisesse o apoio dos Estados Unidos, para a consecução dos seus vários objetivos de interesse nacional, o país deveria escolher entre “abraçar as instituições democráticas

² Com África Austral nos referimos aos países que se localizam na parte sul do continente africano, banhada pelos oceanos Índico e Atlântico. Alguns países pertencentes a esta região seriam, além de Angola, a África do Sul, Namíbia, Zâmbia, etc. (Murapa, 2002)

ou a China e a Rússia” (Valor Económico 2019, 4).

Voltando à questão da relevância da relação entre Angola e a China, merece especial referência o ano de 2010, que marcou o início de uma nova fase na relação entre os dois países. Nos primeiros 9 meses daquele ano, o volume comercial bilateral aumentou 80,8% em comparação com o mesmo período nos anos anteriores.³ Foi neste contexto que, em novembro de 2010, ambos os países anunciaram numa Declaração conjunta, o estabelecimento de uma parceria estratégica (Declaração conjunta entre Angola e a China, 2010)⁴.

O ano de 2012, também representou uma data importante na relação sino-angolana. O então embaixador da China em Angola, Gao Kexiang (2013), comentou num artigo de jornal, que desde 2006, Angola converteu-se num dos maiores parceiros comerciais da China em África. O diplomata afirmou que em 2012, “o balanço comercial sino-angolano totalizou um valor recorde de 31,7 mil milhões de dólares, equivalente a quase mil vezes o montante registado 30 anos antes” (Kexiang, 2013). Só entre 2002 e 2012, as relações comerciais entre os dois países aumentaram mais de 2 mil por cento⁵. A parceria sino-angolana abrange vários campos, que vão desde a política, economia, educação e saúde, até à tecnologia e agricultura. Mas, as relações comerciais figuram como uma parte fundamental nessa relação, uma vez que, tal como referimos, Angola representa um dos principais parceiros comerciais da China no continente.

Atualmente, tal como manifestou o Vice-Presidente da Assembleia Popular da China, Wang Chen⁶(2019), numa audiência concedida pelo Presidente angolano João Lourenço, ambos os países mantêm o interesse em fortalecer cada vez mais as relações bilaterais e cultivar o estatuto de ‘parceiros estratégicos’. Por sua vez, o Presidente angolano, João Lourenço, respondeu que “desenvolver uma cooperação pragmática com a China é uma escolha estratégica inabalável para o país” (Lourenço, 2019). Neste mesmo encontro, ambas as partes mostraram-se dispostas a

³ Informação obtida do site oficial da Embaixada da República Popular da China, na República de Angola: <http://ao.chineseembassy.org/por/sghd/t777312.htm>

⁴Nota de imprensa obtida em: https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2010/10/46/Integra-Declaracao-Conjunta-entre-Angola-China.bfd7acb7-90c8-48d9-a2d2-c8647916bf74.html

⁵ Informação obtida de: <http://novojornal.co.ao/economia/interior/parceria-estrategica-da-china-com-angola-aplica-principio-oil-for-money-7445.html>

⁶ vice-presidente da Assembleia Popular da China, Wang Chen, recebido, em audiência, pelo Presidente da República, João Lourenço. Para mais informações, visite: <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/china-reafirma-o-reforco-da-cooperacao-com-angola>

estreitar a cooperação internacional, apostar no multilateralismo e defender o livre comércio⁷.

Do exposto, e tendo em conta o papel e influência crescentes que a China tem vindo a ganhar no contexto angolano, nos últimos anos, o trabalho a realizar procurará responder à seguinte pergunta de investigação: *Qual o papel que a China tem desempenhado na política externa angolana desde o fim da guerra civil?*

Para dar resposta à nossa pergunta de investigação, tomamos como baliza temporal o período entre 2002 e 2017. Esta escolha de datas, tem uma justificação. Por um lado, foi escolhido o ano de 2002, porque foi o ano em que Angola alcançou finalmente a paz efetiva, com o fim da guerra civil que assolava o país desde 1975, ano em que o país se tornou independente de Portugal. As relações internacionais do país mantiveram-se ‘estagnadas’, estando as atenções do Estado angolano viradas para a questão da guerra e das rivalidades internas, ou seja, o Estado esteve numa espécie de ‘isolacionismo’. Foi nesta linha de pensamento que Igor da Silva (2015) questionou-se, muito acertadamente, que “se a ordem regional era vista como diretamente relacionada às condições domésticas, qual será o perfil do posicionamento externo após a estabilidade interna?” (Silva 2015, 167). Portanto, fica evidente que a estabilidade interna é crucial e é condição *sine qua non* para o bom desenvolvimento da política externa de um Estado. Por outro lado, foi escolhido o ano de 2017, por se tratar de um ano histórico para Angola. Um ano que marcou o final de uma era, com o fim do mandato até então considerado pelos angolanos como ‘vitalício’ do Presidente José Eduardo dos Santos, tendo sido eleito um novo Presidente, pela primeira vez em mais de 30 anos consecutivos.⁸ Assim sendo, achamos necessário estabelecer essa data como linha temporal final da nossa análise, tendo em conta que a nova presidência colocou o país numa fase de ‘transição’ e de ajustes, de elaboração de novos caminhos e objetivos para a política externa do país, o que pode conduzir à alterações internas importantes. Isto significa, portanto, que serão analisados apenas os mandatos do José Eduardo dos Santos no

⁷ Para mais informações sobre a visita de Wang Chen, em Angola, aceder: <http://portuguese.cri.cn/news/world/408/20190606/299495.html>

⁸ José Eduardo dos Santos, membro do partido MPLA, foi o segundo presidente de Angola, após Agostinho Neto. Assumiu a presidência (do país e do partido) em setembro de 1979, tendo ficado no poder até 2017, ano em que decidiu abandonar a presidência, não tendo participado nas eleições gerais ocorridas em agosto do mesmo ano. Seu lugar é agora ocupado por João Lourenço, novo presidente angolano eleito, também membro do partido MPLA, sendo líder do mesmo desde setembro de 2018. (Deutsche Welle, 2017)

século XXI, excluindo-se assim o início do mandato do atual Presidente, João Lourenço.

2. Identificação e Relevância Temática

Ao iniciar uma investigação científica, é imprescindível que a escolha dos temas a serem tratados seja feita com base no interesse do investigador e também no seu interesse geral e utilidade pública do trabalho a realizar, pois espera-se que o mesmo possa trazer algum benefício para a sociedade e que ajude na compreensão e, quando possível, na resolução de certos problemas. Por este motivo, foi escolhido um tema sobre o lugar e o papel da China na política externa angolana, já que se trata de um tema pelo qual tenho particular interesse, entre outros motivos porque sou angolana e irei analisar uma realidade muito próxima, tendo em conta a importância que a relação entre os dois países tem tido nos últimos anos. É também relevante do ponto de vista da sociedade, pois trata-se de um tema atual, pertinente e pouco estudado do ponto de vista académico.

A viragem do século trouxe consigo um crescente interesse por parte dos investigadores e académicos das Relações Internacionais, no sentido de compreenderem melhor a importância que as regiões têm na forma como o poder é distribuído a nível global, devido ao surgimento de novos polos de poder, com as anteriormente mencionadas potências emergentes. Tal como estabelece Igor da Silva “As Relações Internacionais têm se preocupado crescentemente com o papel de regiões na distribuição de poder global” (2015, 139).

A região da África Austral não está fora dessa realidade. Embora não tenha ainda uma influência muito significativa no panorama internacional, quando comparada com outras regiões emergentes e, embora nem todos os países da região tenham o mesmo peso e influência regional e internacional, o certo é que a região tem despertado nos últimos anos a atenção de todos. Timothy Shaw menciona, por exemplo, o ‘crescimento sem precedentes’ do continente africano no século XXI, e a ‘nova’ capacidade de maximizar escolhas políticas, colocando ênfase na África do Sul como membro dos BRICS (Shaw 2014, 255–268). Uma pesquisa sobre este tema revela que muitos dos trabalhos feitos sobre esta região, centram-se no papel que a África do Sul tem como

potência regional e economia emergente (Lechini, 2012; Campos 1996; Santos 1999; Shaw, 2014; Fiori 2004), sobretudo no contexto dos BRICS e, apenas uns poucos, abordam sobre o papel de Angola (Porto e Clover, 2003; Silva, 2015; Alves, 2013). Até certo ponto, poderia ser compreensível a escolha da África do Sul como unidade de análise quando se estuda a região da África Austral, tendo em conta que durante muitos anos, este país tem sido a maior referência sobre a região⁹. O problema surge no fato de se ter estudado preferencialmente o papel e influência sul-africana, ‘ignorando-se’ outras potências na região, como é o caso de Angola que, tal como têm demonstrado os últimos anos, é uma potência com peso e influência suficientes para que não seja ignorada.

Existe um consenso mais ou menos generalizado por parte dos investigadores científicos e da sociedade internacional no geral, de que Angola representa a segunda maior potência da região, depois da África do Sul. Sílvia Sita (2017) afirmou que Angola é “entre os Estados da África central e África Austral o que melhor estabilidade apresenta, com a exceção da África do Sul” (Sita 2017, 89). Igor da Silva (2015) observou, por exemplo, que: “Entre 1975 e 1988, Angola foi a potência secundária mais ameaçadora da região...” e no período pós-1989 “Angola continuou sendo um agente importante na política regional..., e incrementou significativamente suas capacidades estatais desde 2002, o que gerou impactos importantes em sua política externa” (Silva 2015, 140).

O governo angolano também tratou de melhorar as suas Forças Armadas e, está num processo de atualização do seu conceito estratégico nacional de defesa, tendo em conta que o mesmo tinha sido elaborado em 1993, estando este focado na resolução do conflito interno que o país vivia. Neste momento em que a paz efetiva se consolida, Angola pretende não só estar mais focada na defesa nacional, mas também na promoção da estabilidade regional, aumentando cada vez mais sua presença na região.

Neste sentido, podemos mencionar a disponibilidade, empenho e envolvimento que Angola tem tido em determinados conflitos no continente africano, e também como garante da paz nas

⁹ Para mais informações sobre a África do Sul como potência regional, ler: ‘A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul’ de José Luís Fiori (2004).

regiões em que se encontra inserida, com especial menção aos conflitos nos Grandes Lagos, onde o papel de Angola foi e tem sido bastante crucial, tal como teremos a oportunidade de explorar na presente dissertação. Por ora, podemos referir a título de exemplo, o envolvimento de Angola na resolução dos conflitos internos na República Centro Africana (RCA), onde o governo angolano, a pedido da RCA, disponibilizou ajuda militar e financeira (AngoNotícias, 2014). Angola também atuou como moderador de conflitos no Lesoto, tendo liderado uma missão especial da SADC neste país, protagonizando um papel decisivo na resolução da crise político-militar que assolava o Lesoto (Novo jornal, 2018). Mais recentemente, em 2019, Angola participou na resolução das divergências entre o Uganda e o Ruanda, tendo Angola exercido o papel de potência moderadora (Diário de Notícias, 2019).

Se a tudo isso somarmos o fato de Angola estar a procurar traçar um caminho conducente à afirmação de um 'status' de potência emergente, tendo alcançado elevadas taxas de crescimento económico¹⁰, resulta mais do que evidente a necessidade de estudar e compreender a política externa deste país, os seus objetivos e as suas principais parcerias estratégicas. Para o caso concreto deste trabalho, e tal como já mencionamos anteriormente, a análise terá por foco a relação entre Angola e a China, tratando de entender a evolução do papel da China na política externa angolana no período de 15 anos (2002-2017), correspondente ao mandato de José Eduardo dos Santos.

Deste modo, espera-se com a realização deste trabalho poder contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a política externa angolana contemporânea e o peso e influência desse país dentro da região em que se encontra inserido. Além disso, esperamos dar um contributo para colmatar uma lacuna de investigação ainda existente sobre a China no quadro

¹⁰ EM 2005, Angola teve uma taxa de crescimento económico na ordem dos 20,6 por cento, a mais alta já atingida, desde a independência. Mais informações: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2006/4/20/Angola-regista-mais-elevada-taxa-crescimento-economico.fa0ecadd-836d-49bc-9965-dbdeb1692a52.html;

Atualmente, apesar do país enfrentar desafios de desenvolvimento enormes, Angola "fez um progresso económico e político substancial desde o fim da guerra, em 2002" (worldbank, 2018).

da política externa angolana, tal como a próxima secção irá demonstrar. Apesar de não pretender ignorar os aspetos relacionados com os acordos comerciais resultantes dessa relação bilateral, a presente dissertação pretende dar um enfoque diferente, centrando-se em analisar aspetos mais ligados às questões de política externa, bem como a forma em que a relação entre os dois países evoluiu nos primeiros anos do século XXI. O estudo foi feito olhando sempre sobre o prisma da política externa angolana, ou seja, o que Angola procurou alcançar com o estreitamento dessa relação, procurando por esta via apresentar um trabalho com uma certa medida de originalidade.

3. Revisão Bibliográfica

Esta dissertação tratará de estudar a China, desde a perspetiva da política externa angolana do século XXI. Essa temática está relacionada com três grupos de literatura, nomeadamente, literatura sobre a política externa angolana no geral, sobre a China em África (com enfoque sobre a região da África Austral) e, por último, sobre a China na política externa angolana.

Política externa angolana

A presente dissertação versará sobre a política externa angolana do século XXI, tendo como ponto de partida o ano de 2002, um ano que marca o fim da guerra civil no país. Os anos seguintes dessa década foram marcados por uma tentativa de reconstrução nacional a todos os níveis, bem como esforços por parte do governo angolano em conquistar seu lugar no cenário regional e internacional. Mesmo durante a guerra civil, Angola sempre deu sinais de ser uma potência relativamente importante para outros, se termos em conta que os conflitos internos no país conduziram à participação de potências não-regionais, algumas com bastante peso internacional, tal como foi o caso da então União Soviética e os Estados Unidos.

Numa análise da literatura sobre política externa de Angola, surge um denominador comum: o ano de 2002. Muitos autores mencionam este ano, como ponto de partida, para explicar a política externa angolana. João Porto e Jenny Clover estabeleceram que em 2002, ocorreu na Assembleia Nacional de Angola, um ato histórico, que pôs oficialmente fim ao maior e mais largo conflito na África Austral: a guerra civil angolana. O fim da guerra trouxe consigo uma variedade de questionamentos sobre as relações entre Angola e seus vizinhos, sobretudo em questões de cooperação interestadual sobre assuntos de relevância

estratégica para a região em que este país se encontra inserido (2003, 65). Igor Silva estabeleceu que existe um consenso entre os estudiosos de Relações Internacionais, sobre a posição de agente regional importante que Angola tem e mantém desde 1975, ano de sua independência, sendo que em 2002, com o fim da guerra civil, as capacidades do Estado angolano incrementaram-se significativamente (Silva 2015, 140). Na mesma linha de pensamento, Ricardo de Oliveira afirmou que a década do pós-guerra civil, serviu de grande aprendizagem para os angolanos, em matéria de política e economia (Oliveira 2015, 191).

Com diferentes enfoques, exemplos e argumentos, muitos autores falam em 'reformas' quanto aos principais objetivos da política externa angolana, do pós-guerra civil, tendo em conta que em período de guerra, como é compreensível, o Estado esteve diretamente focado na resolução dos problemas internos. Ricardo de Oliveira pronuncia-se, dizendo que "na esfera internacional, o objetivo da reforma tem sido diminuir as pressões externas e melhorar a reputação de Angola" (2015, 191). Para alcançar este objetivo, o autor menciona duas estratégias-chave que têm sido utilizadas pelo governo angolano. A primeira é a diversificação das parcerias, o que implica uma vontade do governo angolano de não permanecer na dependência exclusiva de parceiros tradicionais e é neste âmbito que devemos enquadrar a parceria com a China - tema central da presente dissertação. A outra estratégia consiste em reformular antigos alinhamentos. Aqui podemos pensar em alinhamentos que Angola tem com parceiros tradicionais como Portugal, de modo a procurar que os interesses nacionais do governo angolano também estejam significativamente presentes e sejam levados em conta.

Sobre esse assunto, Carlos Alves menciona que o início do século XXI trouxe consigo uma nova fase diplomática para Angola e introduziu na agenda política do Estado angolano a diplomacia económica, a inovação e as tecnologias da informação (2013, 193). Segundo este autor, os diplomatas angolanos fizeram o esforço de desenvolver a partir de 2002 ações para resolver conflitos em África, concretamente naqueles países que fazem fronteira com Angola, por significarem ameaças mais imediatas e próximas à estabilidade da política interna angolana (2013, 225). Também Sílvia Sita (2017)^[1] anotou que Angola, depois da guerra civil (2002), baseou a sua política externa numa diplomacia pacífica, no contexto regional, no quadro das diversas organizações africanas das quais faz parte. Podemos assim mencionar a União Africana (UA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), ou até mesmo a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) (Ibid, 22).

A China em África

Quando analisamos a literatura sobre a China em África, verificamos a existência de um consenso generalizado em relação à presença crescente e inegável da China em África, no século XXI. Ian Taylor (2006) afirma, por exemplo, que a “atividade chinesa na África está aumentando a uma taxa exponencial” (2006, 937). O autor menciona ainda que a China se converteu atualmente no terceiro parceiro comercial mais importante para África, de acordo com dados fornecidos pelo Conselho Empresarial China-África (Taylor, 2006). Na mesma linha de pensamento, Gladys Lechini apontou que de 2000 a 2007, houve um aumento de 10 a 70 bilhões de dólares no comércio entre África e a China, convertendo a China num dos principais parceiros comerciais do continente, ficando a frente de tradicionais parceiros como a França e o Reino Unido (2012, 145).

Outros autores, tais como Verhoeven (2014, 55) referem a rápida intensificação dos laços entre a China e os países africanos, como um fenómeno de elevada relevância geopolítica. Por sua parte, Łukasz Fijalkowski salientou a política de *charm offensive* de Pequim em África, que levou a China a ocupar uma posição de ator relevante no continente (2011, 223).

Alguns autores consideram as relações sino-africanas como sendo as mais relevantes nas relações exteriores e políticas do continente, desde o final da Guerra Fria (Alden, Large, & Oliveira, 2008). No entanto, uma análise da literatura mostrou-nos que o interesse da China pelos países africanos não é algo que possamos classificar como novo, mas que data do século passado. Neste sentido, Taylor, por exemplo, estabeleceu que a China sempre atribuiu importância diplomática aos países africanos e que a integração cada vez mais patente da China na economia global, fez como que este país procurasse reforçar os vínculos políticos com os países africanos, o que se concretizou com o estabelecimento do Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), no ano 2000 (2006, 940). Por sua parte, Wang e Elliot (2014) estabelecem que a China, não é um ator recém-chegado em África. Já desde o estabelecimento da República Popular da China, em 1949, que este país tem marcado presença no continente. Desde então, a China deixou claro que tinha uma ambiciosa agenda, tendo em vista a ocupação de um lugar importante como ‘*player*’ no sistema internacional. A presença da China em África enquadra-se, segundo estes autores, nessa agenda anteriormente mencionada (Wang e Elliot 2014, 1013).

A literatura predominante sobre a China em África, parece concordar que esta potência emergente atua no cenário internacional (incluindo África) com base numa estratégia de *soft power*. Joseph Nye (2009) afirma que o *soft power* “é a capacidade de obter resultados preferidos através da atração” (2009, 160). Nesta linha de pensamento, Fijalkowski afirmou que no caso da China, ao ser uma economia de sucesso, tem-se convertido numa importante fonte de atração para os Estados africanos. O autor considera que a ‘atratividade’ política e económica da China, constituem a base fundamental do sucesso que o país tem tido no continente africano. Ao falar de ‘atratividade’, o autor nos remete à ideia de *soft power*, como base fundamental da política externa chinesa (2011, 223). De acordo com Thompson, a China pratica nas suas relações com a África, uma estratégia de *soft power*, que deriva, entre outras causas, do incremento do comércio e do investimento (2005, 2). Ainda nesta linha de pensamento, Sheng Ding (2008) argumenta que Pequim tem políticas externas ‘cuidadosamente’ elaboradas com base no *soft power*, e que “o sul global se tornou um ambiente cada vez mais harmonioso para Pequim cultivar uma imagem nacional favorável” (2008, 193 Tradução da Autora).

Quanto à natureza da relação sino-africana, Harry Verhoeven afirma que podemos encontrar dois tipos essenciais de literatura: uma relativa aos autores que questionam e consideram a possibilidade de Beijing converter-se no líder de uma nova ‘colonização’ de África; e outra que considera que a China, mais do que um parceiro legítimo, é a salvação e resposta para as necessidades dos países africanos (2014, 55).

Seguindo esta linha de pensamento, podemos encontrar na literatura, por um lado, autores como Kingsley Ighobor que afirma que os líderes africanos partilham, no geral, a ideia e perceção de que a relação sino-africana, não é ‘uma via de mão única’, e que está mais baseada no comércio, em condições de igualdade, entre as partes do que numa questão de ajuda ao continente (2013, 7). Ian Taylor coloca ênfase no aspeto económico da relação, dizendo que, “embora as relações sino-africanas tenham uma base histórica, baseada no princípio de ‘não-interferência’, o impulso económico é hoje indiscutivelmente dominante” (2006, 941). Esta ideia de *win-win* é também partilhada por Łukasz Fijalkowski, que estabeleceu que a China se esforçou

consideravelmente para criar uma ‘imagem positiva’ nos Estados africanos, que teve como base a utilização da estratégia de *win-win* (2011, 223). Ainda Szunomar, disse que embora não haja dúvidas de que as matérias-primas e recursos energéticos constituem a atração principal da China em África, estas não se apresentam como razões exclusivas da presença chinesa no continente. A autora firma que Pequim reforça seus laços com o continente africano, porque também procura ‘aliados confiáveis’. Considera que a China, nas suas relações com África, atua tratando os países africanos como ‘parceiros iguais’, no sentido em que todos, incluindo a China, são países em desenvolvimento (2012, 6-7).

Por outro lado, encontramos autores como Lumumba-Kasongo que questionam sobre uma nova colonização de África, por parte da China. O autor deixa seus questionamentos bastante claros, ao elaborar uma obra com o título *China-Africa Relations: A Neo-Imperialism or a Neo-Colonialism? A Reflection* (2011). Adams Bodom afirma que “neocolonialismo abrange todos os aspetos do colonialismo clássico, exceto a ocupação de terras estrangeiras, uma vez que todos os Estados da África permanecem tecnicamente independentes” (2018, 124). Nesta linha de análise, Zhao, aponta que uma das principais razões que justificam a acusação do Estado chinês como neocolonialista, “é a importação de recursos da África e a considerável exportação de produtos manufaturados lá” (2014, 1042 Tradução da Autora?). Zhao considera que esse padrão deturpou os laços económicos entre o investimento chinês e as economias locais, pois “até a África do Sul, a maior e mais industrializada economia do continente..., enfrentou um desequilíbrio”, nessa relação (Ibid, 1042 Tradução da Autora). Em suma, o autor argumenta que a China é criticada por aproveitar-se de países africanos que se encontram com necessidades de investimentos e financiamentos, como forma de obter direitos de extração de recursos naturais (Zhao 2014, 1043).

De um modo geral, podemos estabelecer que a literatura sobre a China em África, tende a fazer mais análises generalizadas sobre esta relação, do que estudar a fundo relações específicas. Por isso, é comum encontrarmos obras com títulos como ‘*China in Africa: From capitalism to colonialism?*’ (Junbo, 2007) ou ‘*De-coding China-Africa Relations: Partnership for development or (neo) colonialism by invitation?*’ (Cheru e Obi, 2011). Esta é uma tendência que muitos investigadores, analistas e académicos tendem a seguir. Tal como disse José Pavia, é comum os

investigadores darem pouca relevância ao ponto de vista dos africanos, quando eles são os maiores interessados nestas questões. O autor aqui aponta para uma repetição de padrão, quando diz que se está a ‘menorizar’ “mais uma vez os países e os povos africanos, fazendo deles "peões" num "jogo" mais global, que agora seria "jogado" pela nova potência emergente e pelos ocidentais” (2011, 9). Não podemos falar de relações sino-africanas, sem antes entendermos que África, tal como a Europa ou América, é um continente, e não um país só. Como tal, este é composto por vários Estados (atualmente 54), com suas próprias realidades, culturas, etnias e ideologias. Ou seja, ao falar das relações sino-africanas, é importante perceber que estamos a falar sobre a relação entre a China e os 54 países que compõem o continente africano.

A China na política externa angolana

A literatura existente sobre a presença da China em Angola parece coincidir que na viragem do século, as relações entre os dois países fortaleceram-se. Begu, Vasilescu, Stanila e Clodnitchi (2018), afirmam que os anos seguintes à guerra civil angolana foram marcados pelo desenvolvimento de fortes relações económicas entre a China e Angola e que este último se converteu num dos principais parceiros económicos da China em África (2018, 1). Por sua vez, Carine Kiala afirmou que, com o fim da guerra civil em Angola, a assistência chinesa ao desenvolvimento angolano, sofreu um incremento significativo (2010, 327).

Ao contrário do que acontece com a literatura sobre as relações sino-africanas, quando analisamos a literatura sobre a relação entre Angola e a China, identificamos um consenso quase generalizado sobre a natureza dessa relação, no sentido em que ambos os países praticam a diplomacia em posições de igualdade. Neste sentido, Assis Malaquias aponta que a relação entre Angola e a China, é uma relação em que ambas as partes saem como *winner*s. Quanto à China, o autor sugere que o país tem benefícios porque Angola representa um forte fornecedor de petróleo, disposto a negociar com a China. Por sua parte, Angola também tem ganhos por encontrar na China um parceiro que fornece assistência crucial no processo de reconstrução pós-guerra de Angola. O autor reconhece também que se trata de uma relação cada vez mais em crescimento, mas questiona se esta relação tem as bases suficientes para se prolongar no tempo. Neste sentido, o autor afirma: “A China é a nova melhor amiga de Angola, por agora” (Malaquias 2012,

26 Tradução da Autora). Por sua vez, Kiala aponta que ao estabelecer relações com a China, o governo angolano procura parcerias estratégicas que possam contribuir no processo de desenvolvimento nacional. Angola utiliza um novo modelo de diplomacia (*Angola's model*), onde a noção chinesa de cooperação *win-win* está presente (2010, 313).

Sobre o mesmo tema, Corkin, afirma que através do modelo conhecido como '*Angola's model*', a China encontra-se fortemente envolvida no programa de reconstrução nacional, como meio de garantir o contínuo acesso ao petróleo (2011, 169). A designação '*Angola's model*' surge, segundo este autor, pelo fato de Angola ter sido pioneira na sua utilização. Basicamente, consiste no método de financiamento privilegiado pela China, no qual são emitidas linhas de créditos em países africanos, que têm como garantia o acesso a recursos naturais (Ibid, 170). O autor estabelece também, que as relações entre os dois países parecem estar a passar de uma simples situação de conveniência mútua, para uma onde ambos os países reavaliam o significado estratégico que um tem para o outro como parceiro (Ibid, 178).

Na mesma linha de pensamento, Ricardo Oliveira (2015) afirma que a relação entre Angola e a China, desde seus inícios, nunca se apresentou como a típica relação em que temos por um lado os 'africanos desinformados' (*clueless Africans*) e, por outro lado, uma China como potência dominante. Pelo contrário, o autor afirma que existe um consenso virtual, de que Angola tem estabelecido as principais bases que regem essa relação, de forma a satisfazer os interesses nacionais e, mais concretamente, os interesses do partido no poder MPLA. De um modo geral, o autor considera que para China as relações com Angola garantem acesso a recursos naturais nos quais o país tem grande interesse, com destaque para o petróleo, bem como a grandes oportunidades de negócios na área de construção, tudo isto dentro de um plano de ação maior, que abrange o continente africano. Por sua vez, Angola conseguiu três grandes ganhos fundamentais interligados com essa relação: um melhor 'status' no cenário internacional, ao estar ligada a uma potência emergente como a China, o que beneficia Angola na sua relação com seus parceiros tradicionais; uma estratégia eficaz de reconstrução de infraestruturas nacionais, o que para Angola é bastante valioso; e um novo meio que facilitasse a apropriação massiva das receitas do petróleo, por parte das elites angolanas (Ibid, 451-453).

Analisada a literatura, duas ideias fundamentais podem ser retiradas nesta secção. Primeiro, a relação entre Angola e a China tem como base fundamental o interesse chinês por recursos naturais de Angola, sobretudo pelo petróleo. Por sua vez, Angola tem interesse nessa relação porque vê na China um parceiro disposto a financiar projetos de reconstrução nacional. Segundo, embora possa ser discutível quem sai como melhor beneficiado nessa relação, parece haver um consenso de que se trata de uma relação de *win-win* entre os dois países. Se é certo que, nos últimos anos, tem existido um crescente interesse por parte dos académicos de Relações Internacionais no estudo do papel das regiões, estudos sobre a China e sobre a relação deste país com o continente africano, nota-se ainda uma escassa literatura quando falamos sobre a perspectiva nacional dos países africanos nessa 'equação', países que também constituem parte importante dessa relação. É o caso de Angola, um país que tem demonstrado um importante peso como potência (ainda que secundária) regional influente. Poucos são os trabalhos que versam sobre a perspectiva desse país, no âmbito da sua relação com a China. A maioria dos trabalhos existentes, dedicam-se em estudar aspetos específicos dessa relação, analisando a natureza dos acordos, com um enfoque mais virado ao aspeto comercial¹¹. Nesse sentido, nota-se que ainda existem lacunas a preencher no que toca à análise de política externa.

4. Abordagem Teórica

Stephen Walt (1998, 29) afirma que os líderes políticos tendem a ignorar ou dar insuficiente importância nas formulações teóricas de académicos, sendo que existe um elo inevitável entre o mundo abstrato da teoria e o mundo real da política. As teorias são assim necessárias para entendermos o mundo em que vivemos e para dar sentido à imensa quantidade de informação com a qual lidamos diariamente. O autor acrescenta ainda que os políticos que frequentemente 'desprezam' as teorias, precisam de confiar em seus próprios ideais (embora não assumidos ou declarados) sobre como o mundo e o sistema funcionam (Ibid, 29). Ou seja, segundo este autor, no final, todos utilizamos teorias ao interpretar, analisar ou compreender a realidade que nos

¹¹ Power, M., & Cristina, A. A. (2012). *China and Angola: A Marriage of Convenience?*; Kiala, C. (2010). *China Angola aid relations: strategic cooperation for development?*, entre outros.

rodeia, embora nem sempre sejamos conscientes disso.

Considerando a pergunta de investigação a ser respondida, foi escolhido o Neorealismo como quadro teórico orientador da presente dissertação. Esta teoria, tem como fundador e principal expositor e defensor, o norte-americano Kenneth Waltz, que desenvolveu a teoria em sua obra *Teoria das Relações Internacionais* de 1979, no intuito de reinterpretar e cobrir as lacunas ou 'deficiências' que o realismo clássico apresentava. Neste sentido, o Neorealismo afasta-se do argumento da natureza humana -os Estados, tal como os seres humanos, têm um desejo inato de dominar os outros- defendido por realistas clássicos como Morgenthau e Niebuhr (Walt, 1998), para dar enfoque na estrutura e efeitos do sistema internacional. Por esta razão, a teoria também é conhecida na literatura como Realismo Estrutural. Waltz estabeleceu que os sistemas podem ser nacionais ou internacionais. No primeiro caso, teríamos um sistema hierárquico, onde o trabalho encontra-se dividido entre várias unidades. No caso do sistema internacional, o autor classifica-o como anárquico, onde cada Estado aspira ao poder, para garantir sua sobrevivência. Este sistema é assim considerado estruturalmente anárquico, ou seja, marcado pela ausência de um governo ou uma autoridade política central e hierárquica no cenário internacional (1979, 81-88).

Tal como os realistas clássicos, os neorealistas defendem a ideia do Estado como unidade central e principal no sistema, mas também reconhecem o papel (embora limitado e condicionado aos interesses dos Estados) das instituições. Estes consideram que as instituições refletem sempre o poder do Estado em que se encontram, bem como a distribuição relativa de suas capacidades. Isto faz com que as mesmas estejam ligadas aos interesses do Estado e, conseqüentemente, ligadas e condicionadas pela estrutura anárquica do sistema internacional (Hernández 2009, 119). Os Estados, como unidades principais, relacionam-se dentro de um sistema anárquico, no qual tratarão de sobreviver. A sobrevivência dos Estados constitui assim um ponto crucial da teoria neorrealista. Esta vai motivar as decisões que os Estados tomam em matérias que afetem seu comportamento a nível internacional. Tal como afirmou Mearsheimer, os Estados vivem com a eterna incerteza sobre as intenções de outros Estados. Estas intenções são bastante voláteis, pelo que um Estado pode ter intenções benignas num dia e hostis no dia seguinte. Sendo assim, a sobrevivência constitui, segundo este autor, o objetivo principal das grandes potências (2001, 31).

Embora a sobrevivência seja vista pelos neorrealistas como base da ação dos Estados num sistema anárquico, não podemos considerar como fim único e exclusivo, capaz de explicar todas as ações e comportamentos dos Estados (Waltz, 1979). Ou seja, nem sempre os Estados atuam por razões de sobrevivência, mas sim por motivos diversos como poderia ser a ‘ambição’ ou desejo de conquistar ou aumentar seu poder dentro de um sistema. Os Estados “são atores unitários que, no mínimo, buscam sua própria preservação e, no máximo, impulsionam a dominação universal” (Ibid, 118).

Para alcançar esses fins, os Estados fazem uso de certos meios ou estratégias. Segundo Waltz, estas estratégias podem ser de *internal balancing*, consistentes em desenvolver o Estado econômica e militarmente (de entre domínios) de modo a evitar que outros Estados mais fortes atuem com vantagem sobre os mais fracos; *external balancing*, através da criação e fortalecimento de alianças já existentes ou criando meios para enfraquecer ou fazer frente a um oponente; e *bandwagoning*, através do alinhamento do Estado mais fraco com o Estado mais forte (Ibid, 126-128).

Com tudo que foi anteriormente explicado, podemos estabelecer que resulta bastante relevante e apropriada a aplicação desse quadro teórico para o estudo da natureza e evolução da relação desenvolvida desde 2002 pelo governo de Angola com a China entre 2002 e 2017, pois esse quadro permitirá analisar se essa relação com uma potência emergente como a China constitui uma questão de necessidade de sobrevivência no sistema (tanto regional como internacional), se faz parte de uma estratégia de bandwagon, em termos de influência no sistema internacional, ou até mesmo de *external balancing*, em relação a uma importante ameaça regional. Gunasekara (2015) introduz a ‘dimensão das ameaças’ como pré-condição que leva os Estados a decidirem se vão ou não optar por *balancing*, dizendo que o bandwagoning é mais provável de ser utilizado por Estados pequenos, que acreditam terem pouco ou nulo poder de influência no sistema. Ou seja, as grandes potências tendem a escolher a estratégia de *external balancing* frente a uma potência hegemônica, sendo que os Estados mais fracos, quando se encontram próximo de Estados mais fortes, têm de velar pela sobrevivência, resultando muitas vezes em estratégias de *bandwagoning* (Gunasekara 2015, 218).

A partir de inícios do século XX, à medida que a ordem do sistema regional da África Austral se formava, a África do Sul passou a ocupar de maneira gradual o centro da mesma. Desde que Angola alcançou a independência de Portugal em 1975, sempre ocupou o lugar de potência secundária mais ameaçadora na região, devido a posição de contestação da ordem conservadora vigente, liderada pela África do Sul, bem como a capacidade que demonstrou em atrair outras potências não regionais como Cuba, União Soviética e Estados Unidos, para o envolvimento em suas disputas internas, nomeadamente a guerra civil, que assolou o país durante anos (Silva 2015, 141). As relações entre Angola e a África do Sul têm um passado conflituoso. Durante o período em que Angola esteve em guerra civil (1975-2002), a África do Sul apoiou militarmente a UNITA¹², numa época em que a África do Sul ainda vivia sob o regime do *apartheid*¹³. O apoio concedido pela África do Sul a Jonas Savimbi (então líder da UNITA), fez-se sentir sobretudo nos últimos anos do conflito (Sita 2017, 91).

A África do Sul fez, assim, várias incursões militares em solo angolano, tendo intensificado sua presença em 1981, como resposta à política angolana de acolhimento das forças nacionalistas sul-africanas e também namibianas¹⁴, que lutavam para por fim ao domínio sul-africano. As relações entre Angola e a África do Sul tiveram um ponto de viragem em 1987, com a célebre batalha do Cuíto Cuanavale, uma remota e pequena cidade do sudeste angolano (SADC, 2018). No final da batalha, a África do Sul saiu derrotada por Angola e, como consequência, decidiu pôr fim ao seu envolvimento direto no conflito armado angolano. Tal como estabeleceu Sita, “o mito da invencibilidade da África do Sul foi quebrado, alterando a correlação de forças na região austral do continente africano” (2017, 26). Esta batalha, que resultou em consideráveis baixas para ambos os lados, é conhecida por ter sido a batalha que pôs fim as hostilidades e marcou o início das negociações entre as partes. Mediadas pelos Estados Unidos, as negociações foram oficialmente realizadas em Londres, em maio de 1988, tendo sido assinado, em dezembro do mesmo ano, um acordo de paz tripartido, entre Angola, Cuba (parceira de Angola no conflito) e a África do Sul. A

¹² UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola): foi junto do MPLA, um dos movimentos de libertação do território angolano sob domínio português e, é atualmente o maior partido da oposição em Angola, sendo o MPLA, o atual partido no poder.

¹³ *Apartheid* é o nome dado ao regime racista sul-africano, instaurado em 1948 pela elite de origem inglesa que residia no país. Basicamente consistia num “sistema de opressão institucionalizada contra a maioria negra e, em menor medida, mestiça e asiática” (Pereira 2008, 139).

¹⁴ O Sudoeste Africano (atual Namíbia), foi um território que esteve sob ocupação sul-africana. Os namibianos travaram uma guerra de independência que teve início em 1966 e terminou em 1989, tendo sido a Namíbia oficialmente independente em 1990 (SADC 2018, 16).

assinatura deste acordo, serviu de base e criou as condições para a eventual independência da Namíbia e para a África do Sul pós-*apartheid*, sendo que uma “Constituição provisória foi aprovada pelo último Parlamento racial da África do Sul a 22 de Dezembro de 1993, exatamente cinco anos após o acordo de paz Cuito Cuanavale” (SADC 2018,16).

Segundo aponta Lechini (2012), a “África do Sul pós-Apartheid aparece como uma potência regional atraente”. A principal razão deste acontecimento foi, segundo este autor, o fato do país ter conseguido sustentar a estabilidade no contexto de uma democracia classificada de ‘multirracial’, ao mesmo tempo que conseguiu velar pelo crescimento económico do país, “ampliar e fortalecer sua participação regional e global” (Lechini 2012, 146). A África do Sul tem permanecido na posição de ator político e económico, a nível regional, altamente significativo (Carmody, 2013). Depois dessa fase turbulenta, Angola e a África do Sul entraram numa nova fase da relação, que culminou numa parceria estratégica e cooperação económica entre os dois países. No entanto, embora as disputas bélicas (ainda que indiretas) tenham terminado, ambas as potências permanecem numa espécie de competição pela liderança da região da África Austral, onde ambas se encontram inseridas (Sita, 2017).

Podemos compreender a política externa de potências regionais ou secundárias (o caso angolano) a nível regional, através do posicionamento do país a favor ou contra o prolongamento da ordem sistémica regional existente (Silva, 2015). Tal como estabelecemos anteriormente, a ordem regional na África Austral foi construída tendo como centro e potência líder, a África do Sul. Como tal, este país sempre teve Angola na sua ‘*blacklist*’, no sentido em que constituía uma ameaça para a manutenção da ordem vigente. Foi neste sentido que Igor Silva estabeleceu que a política externa de Angola teve como um dos objetivos, a transformação dessa ordem regional existente, com vistas a garantir a sua sobrevivência (2015, 161-167), um argumento que nos remete a um dos fundamentos da teoria neorrealista. Assim sendo, com tudo que foi explicado anteriormente, a dissertação procurará afirmar se a relação de Angola com a China evidencia uma estratégia de *external balancing*, em relação à África do Sul, dentro do contexto regional da África Austral. Pois, se bem é certo que Angola não se posiciona ainda como potência regional mais influente, desde 2002, tem demonstrado vários sinais de estar a caminhar nessa direção. Um

exemplo disso é a aposta do governo angolano pela diplomacia económica e a diversificação de suas parcerias. A presença da China representa um exemplo bastante ilustrativo dessa afirmação, tal como teremos a oportunidade de analisar na presente dissertação.

5. Metodologia

Em qualquer tipo de investigação científica, são as metodologias que se devem adaptar à investigação e não o contrário (Eduardo Sá e Silva 2018, 36). Resulta assim imprescindível, uma escolha acertada do método, para que os objetivos da investigação sejam alcançados. Neste sentido, de modo a concretizar o objetivo principal do presente trabalho, consistente na análise do papel da China na política externa angolana do século XXI e, dar também resposta à nossa pergunta de investigação, foi escolhida como ferramenta metodológica o estudo de caso. Tendo em conta a temática do nosso estudo e a classificação de Levy, estaremos a utilizar um estudo de caso ideográfico. Segundo este autor, este tipo de estudo de caso tem como objetivo “...descrever, explicar, interpretar e / ou entender um único caso como um fim em si e não como um veículo para o desenvolvimento de generalizações teóricas mais amplas” (Levy 2008, 4). A presente dissertação tem como base a análise da política externa angolana do século XXI. De modo a delimitar o nosso tema, foi escolhido o caso da China dentro da política externa angolana, como um estudo de caso ideográfico, de forma a entender a relação entre os dois países, como um fim em si mesmo. Por sua vez, este tipo de estudo de caso pode ser indutivo ou pode estar guiado por uma teoria específica (Ibid, 3). Para a investigação, estaremos a utilizar um estudo de caso ideográfico guiado pela teoria do Neorealismo, conforme ficou explicado na secção anterior.

Autores como Marsh e Furlong defendem que as posições ontológicas e epistemológicas moldam a orientação do cientista social na hora de realizar trabalhos científicos. Os autores afirmam que elas “São como uma pele e não um suéter” (2002, 17 Tradução da Autora). Ou seja, não se trata de algo que se possa escolher quando usar e quando colocar de lado, pois a posição epistemológica que se tem como cientista social acabará refletindo-se “no que é estudado, como é estudado e o status que o pesquisador dá aos seus achados” (Ibid, 21). Para o presente trabalho, seguiremos uma lógica de investigação interpretativista, também conhecida como hermenêutica.

Tal como estabelecem os autores anteriormente mencionados, os adeptos dessa posição são anti-fundacionalistas, acreditando que o mundo é socialmente construído. Eles concentram-se no significado do comportamento. A ênfase está na compreensão, e não na explicação” (Ibid, 26). Sendo assim, não trataremos de estabelecer nenhuma relação causa-efeito, não haverá manipulação de variáveis e nem formulação de hipóteses.

Quanto à origem dos dados que serviram de base a este trabalho, estes originaram-se de fontes primárias, tais como discursos políticos proferidos pelo ex-Presidente angolano José Eduardo dos Santos, documentos oficiais produzidos por organismos estatais tais como a Declaração conjunta de parceria estratégica de 2010, o Programa de Reconstrução e Reabilitação de Angola de 2003 e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 do governo de Angola; Além disso, foram utilizadas fontes secundárias como artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações de mestrado, de entre outras. No início da investigação, estava planeada a realização de um conjunto de entrevistas com diplomatas tanto angolanos como chineses, com antigos governantes e funcionários do Ministério das Relações Exteriores de Angola. Porém, tal não se verificou devido às dificuldades encontradas em receber respostas afirmativas às várias mensagens enviadas aos potenciais entrevistados. Por isso, ao contrário do previsto, não foi possível colmatar as lacunas encontradas na literatura através da realização de entrevistas semi-estruturadas.

6. Estrutura da Dissertação

O primeiro capítulo desta dissertação versa sobre a história e o processo colonial pelo qual Angola passou, iniciando pelo período em que existiam apenas reinos, nomeadamente os reinos do Congo, Matamba, Ndongo, Planalto Central e o reino de Benguela, passando pela época em que estes reinos se converteram na província ultramarina portuguesa e finalizando com a independência do território angolano, que já se proclamava como um único país. Destaca-se em 1920 ocupação total do território angolano pelos portugueses e a proclamação da independência de Angola, no dia 11 de novembro de 1975. O capítulo termina com uma breve análise das principais características, sucessos e falhanços das missões de paz das Nações Unidas em Angola,

nomeadamente a UNAVEM I, II, III e MONUA.

O segundo capítulo analisa os principais vetores da política externa angolana. Começa por explicar o conceito de política externa, através da definição de vários autores importantes como Richard Snyder e Henry W. Bruck e Burton Sapin (1945) e Salomón e Pinheiro (2013). Examina-se também neste capítulo a política externa angolana desde o ano da independência em 1975 até 2017, onde destacamos o fato de que a figura de Presidente assumiu, desde a independência, um papel muito importante tanto no desenvolvimento como na aplicação da política externa angolana. Outro facto a destacar neste capítulo é a menção que se faz sobre a proclamação de duas repúblicas no mesmo território de Angola, aquando da sua independência, nomeadamente a República Popular de Angola, proclamada na capital Luanda pelo MPLA e a República Democrática de Angola proclamada pela coligação UNITA-FNLA, nas províncias do Huambo e Uíge. Finaliza-se o segundo capítulo com uma análise sobre o papel de Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Enquanto que os dois primeiros capítulos são capítulos de contextualização, o terceiro capítulo já começa por introduzir a presença da China em Angola, analisando a evolução quer das relações sino-angolanas no período pós-independência, quer das relações durante os anos posteriores a guerra civil angolana. Destaca-se neste capítulo, a reaproximação da China com o governo do MPLA em 1975, e o estabelecimento, pela primeira vez, de relações diplomáticas entre Angola e China, em 1983.

O quarto e último capítulo, versa sobre a China na política externa angolana, e trata de responder à pergunta de investigação, ou seja, qual é o papel que a China teve no contexto da política externa angolana durante o período de 2002-2017, e se essa relação no sentido da aproximação gradual com a China evidencia uma estratégia de *external balancing* ou não por parte do governo angolano. Este capítulo permitiu-nos chegar a várias conclusões principais. Em primeiro lugar, o governo angolano durante os primeiros 15 anos do presente século XXI tratou de diversificar parcerias, deixando de estar limitado aos parceiros tradicionais como os EUA, o FMI ou até mesmo Portugal. Em segundo lugar, os primeiros anos do século XXI foram de sobrevivência pura e dura para o governo angolano, sobretudo após a conferência de doadores ter sido um

fracasso. A China apareceu como a solução ideal para o governo angolano, para conceder os financiamentos que Angola precisava, para a realização de projetos urgentes de reconstrução nacional, após vários anos de guerra civil.

Em terceiro lugar, o balanço que se faz das relações sino-angolanas, entre 2002 e 2017, não é muito positivo, no que respeita aos benefícios conseguidos pelo governo angolano. Os vários e consideráveis financiamentos chineses, embora tenham permitido a realização de alguns projetos nacionais angolanos, contribuíram fortemente para o incremento da corrupção e desvios de capitais, tornando as elites angolanas cada vez mais ricas e aumentando as desigualdades sociais e a diferença entre ricos e pobres. Foram também realizados projetos de reconstrução que resultaram em obras de má qualidade e com necessidade de reavaliações, como o projeto do Hospital geral de Luanda, que culminaram em mais custos para o governo angolano. No entanto, a consequência mais importante ainda foi a enorme dívida que o governo angolano contraiu com o governo chinês durante o mencionado período, chegando em 2016 a representar cerca de 75% do PIB angolano, dos quais cerca de 43% têm como credor a China.

Em quarto lugar, apesar dos mencionados aspetos negativos, a relação entre ambos os países evoluiu significativamente entre 2002 e 2017, abrangendo vários setores, com foco no setor comercial, sendo que em 2008 Angola converteu-se no maior parceiro comercial da china em África e, em 2010 ambos os países assinaram oficialmente uma Declaração conjunta sobre uma parceria estratégica.

Finalmente, aplicando a teoria neorrealista e respondendo também à interrogação formulada no título da presente dissertação, foi possível concluir no fim da investigação que, entre 2002 e 2017, a China ocupou na política externa angolana um papel crucial como parceiro estratégico e como principal fonte de financiamento para o plano nacional de reconstrução nacional que Angola tinha, no período imediatamente posterior ao término da guerra civil. Angola, por sua vez, tratava de sobreviver no contexto da nova realidade que vivia, dentro de um sistema internacional anárquico. Tal como defendem os neorrealistas, *external balancing* pode consistir numa estratégia de fortalecimento de alianças e/ou de criação de meios para enfraquecer um

opponente mais forte ou ameaçador. No caso angolano, concluímos que ao procurar parceria com a China, Angola utilizou uma estratégia de *external balancing* ao fortalecer aliança com a potência asiática, no intuito de conseguir uma maior projeção de sua influência na sua região, para além de procurar desenvolver o Estado a nível interno. No entanto, esta estratégia foi utilizada pelo governo angolano, sem que isto implicasse desenvolver meios para enfraquecer a sua competidora regional mais direta, a África do Sul.

Capítulo 1. Angola: da guerra civil à paz

1.1 Angola no passado: a Província ultramarina portuguesa

Quando falamos de Angola, falamos de um país independente, localizado na parte sul do continente africano. Oficialmente denominado República de Angola, este país situa-se no Hemisfério Sul, na parte Ocidental da África Austral e ocupa uma área de 1.246.700 Km² (Sungu 2016, 74). Etimologicamente, Angola deriva de “Ngola”, nome atribuído a uma dinastia dos povos Ambundo¹⁵, fixados no médio-kwanza¹⁶. O país encontra-se limitado a norte e a Nordeste pela República Democrática do Congo, a sul pela Namíbia, a leste pela Zâmbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico (Zau 2002, 32).

Atualmente, não existem dúvidas de que Angola, com as características que apresenta e os elementos que a constituem (território, povo e soberania), é um Estado soberano, internacionalmente reconhecido. Mas, esta nem sempre foi a realidade do país, pois a Angola que conhecemos hoje, nem sempre existiu e nem sempre esteve na posição em que se encontra atualmente. Durante muito tempo existiam, no território que é hoje reconhecido como pertencente à Angola, distintos reinos, que tinham etnias próprias, suas línguas, bem como uma hierarquia própria estabelecida. Para cada um destes reinos, havia um monarca que governava com regras e normas próprias. É neste sentido que Isabel Henriques (1997) estabelece que a Angola que conhecemos hoje, resulta de “uma operação histórica de muito longa duração, que se construiu associando africanos e portugueses” (Henriques 1997, 105). Por sua vez, Michel Cahen (2018) afirma que não faz sentido “falar do espaço ‘Angola’ antes do século XVI, precisamente porque os reinos africanos tinham as suas próprias histórias” (Cahen 2018, 532).

Podemos assim, destacar alguns dos reinos que existiam no território de Angola, antes da chegada dos portugueses, como foram os reinos do Congo, Matamba, Ndongo, Planalto Central e

¹⁵ Ambundo: entende-se quem pertence à etnia Mbundu, uma das várias existentes no território angolano, e também quem fala a língua Kimbundu (Zau 2002, 32).

¹⁶ Médio-kwanza: denominação dada ao curso médio do rio Kwanza, o maior rio que pertence exclusivamente ao governo angolano (ANGOP, 2013).

o reino de Benguela¹⁷. Merece especial menção o reino do Congo, já que era o mais desenvolvido na época, nos âmbitos social, político e económico (Tavares 2018, 86). Foi também este reino que teve o primeiro contacto com os portugueses, em 1482, quando o navegador Diogo Cão, que havia sido enviado pelo então titular da coroa portuguesa, D. João II, chegou à foz do rio Zaire, e manteve o primeiro contacto com o na altura rei do Congo, Nzinga-a-Nkuvu, que havia herdado o trono de seu pai, Nimi-a-Lukeni, fundador do reino (Alves 2005, 31).

O principal objetivo dos portugueses quando começaram a chegar em Angola no século XV, era que Angola, tal como os demais países africanos, se convertesse numa base comercial. Durante a ocupação portuguesa em Angola, o cristianismo teve um papel muito importante, ao estar intimamente ligado ao processo de colonização e também ao serviço da coroa portuguesa. Através da cristianização de muitos angolanos, os portugueses trataram de introduzir vários aspetos da cultura portuguesa em Angola, e serviram-se do cristianismo também, para justificar e facilitar a presença portuguesa no território (Rubini 2016, 4).

Depois desse primeiro contacto, os portugueses contactaram também com os povos Ambundo, na ilha de Luanda, onde Diogo Cão teve a possibilidade de conhecer e conversar com o soberano e fundador do reino do Ndongo, o rei Ngola Mussudi (Tavares 2018, 88). Mais tarde, em 1575, Paulo Dias de Novais, um aristocrático e explorador português, foi enviado à Luanda, e com ele foram mais cem famílias e quatrocentos soldados portugueses, dando origem à fundação de uma colónia, que mais tarde viria a desenvolver-se e alargar-se por todo o território angolano (Tavares 2018, 90). Neste sentido, Grilo (2009) afirma que Portugal começou verdadeiramente a colonização em Angola, em 1575, com a fundação da cidade de Luanda, por Paulo Dias de Novais¹⁸ (Grilo 2009, 4).

É certo que não foi com os portugueses que os angolanos conheceram a existência do fenómeno da escravatura. Tal como estabeleceu Filipe de Carvalho (1999), na altura em que os

¹⁷ Ver anexo 1 com mapa de localização dos reinos antigos em Angola.

¹⁸ Inicialmente, era chamada São Paulo da Assunção de Loanda ou simplesmente São Paulo de Loanda e depois passou a ser Luanda, até aos dias de hoje (Saldanha, 2018, 2). Ver anexo 1, com o esboço da Planta da Cidade de S. Paulo de Loanda fundada por Dias de Novais.

portugueses chegaram em Angola, “a existência de indivíduos reduzidos à condição de escravos já era ali uma realidade” (Carvalho 1999, 233). Antes da chegada dos portugueses, em Angola existia a denominada escravatura doméstica, numa escala reduzida e sem fins comerciais. Anos após a chegada dos portugueses, era indiscutível o fato de que a maioria dos angolanos havia adquirido a condição de escravo, estando submersos no que ficou conhecido por escravatura comercial, ou também, escravatura à grande escala. Autores como Tavares e Carvalho consideram que a existência da escravidão a nível doméstico, entre os angolanos, acabou por contribuir e justificar, em parte, a prática da escravatura comercial utilizada pelos colonos portugueses (Tavares 2018; Carvalho 1999, 234).

O desenvolvimento da escravatura comercial praticada pelos portugueses, destruiu a solidariedade entre os clãs, que existia entre os distintos reinos, bem como a moral, já que a ambição começou a surgir entre muitos soberanos angolanos, que facilitavam o comércio de escravos dos portugueses, através da entrega de jovens angolanos, destinados ao tráfico. A situação para os muitos angolanos que foram destinados ao tráfico de escravos era cada vez pior e o número de pessoas que conhecia este destino aumentava cada vez mais, tendo-se tornado a atividade mais lucrativa na época (Tavares 2018, 89).

Devido à esta situação, dá-se em 1570, a primeira grande revolta contra o tráfico de escravos, liderada por Bula Matadi, um homem que, apesar de fazer parte da aristocracia no antigo reino do Congo, organizou uma guerra de resistência contra a exploração e domínio português, pois estava insatisfeito com o sofrimento ao qual seu povo estava submetido. Esta revolta, que terminou com a morte de Bula Matadi, foi rapidamente aniquilada pelo rei, que contou com o apoio militar dos portugueses (Sungu 2016, 76).

Muitos anos mais tarde, quando Portugal se encontra sob o domínio da dinastia Filipina, também conhecida como dinastia de Habsburgo, os portugueses vão perder o controlo da cidade de Luanda, devido à chegada dos holandeses (Rubini 2016, 4). Nesta altura, Nzinga Mbandi, rainha dos reinos do Ndongo e da Matamba, que já contava com o apoio de outros reinos como o Congo e Kassanje, vai ver os holandeses como os aliados perfeitos, já que ambas as partes tinham

um inimigo comum: os portugueses. Nzinga Mbandi pretendia expulsar os portugueses ao norte e ao sul do rio Kwanza¹⁹ (Figueiredo 2016, 68-71). Alguns autores como Fonseca (2012), referem-se ao termo 'guerras angolanas', para descrever este período (1580-1660) em que os portugueses tiveram como primordial inimiga a rainha Nzinga Mbandi (Fonseca 2012, 76). Nzinga Mbandi é considerada pelos angolanos como uma heroína nacional. Tal como estabeleceu Sungo (2016), trata-se de uma heroína que, “pelas suas políticas de governação, ficou historicamente consagrada como o maior ícone de resistência contra o império colonial português” (Sungo 2016, 77).

Vai ser somente em 1654 que os portugueses vão conseguir recuperar Luanda, das mãos dos holandeses (Rubini 2016, 4), quando “Salvador Correia no comando de 1000 soldados partindo do Brasil reconquistou Luanda” (Figueiredo 2016, 68-71). Entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 decorreu a Conferência de Berlim. Esta Conferência fez Portugal perceber a necessidade de tornar a ocupação territorial das suas colónias (Silva 2017, 61). Foi neste contexto que Portugal delimitou oficialmente a atual fronteira entre Angola e a Namíbia, logo no ano seguinte à Conferência (Tavares 92, 2018). Depois disso, Portugal continuou a expandir a sua ocupação em Angola, com o objetivo último de ocupar todo o território. Foi um longo percurso até que finalmente, em 1920, Portugal conseguiu a ocupação e domínio total do território angolano. Com o domínio total do território, ficou então solidificado o Estado colonial em Angola (Rubini 2016, 4). É importante perceber que a ocupação de Angola, acontece dentro do contexto da expansão do império marítimo português. Portugal pretendia ter o monopólio nos domínios de navegação e comércio nos territórios conquistados, assim como fazer prevalecer suas crenças cristãs sobre as crenças dos povos locais, os quais eram vistos como povos pagãos (Fonseca 2012, 54).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), muitos países colonizados começaram a organizar-se internamente, com o objetivo de estabelecer resistência contra os portugueses que, nesta altura, já haviam dominado territórios inteiros e consolidado a colonização. Em 1950, este processo começa a ganhar grande relevância em Angola, e terminou por se converter num grande e largo combate armado, onde tivemos por um lado, os três movimentos de libertação nacional

¹⁹ Rio Kwanza é o maior rio pertencente exclusivamente à Angola.

angolanos, nomeadamente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e, por outro, os colonos portugueses (Rubini 2016, 5).

Devido à onda de revoltas que passou a ser praticada pelo povo angolano, os portugueses, juntamente com outros poderosos Estados aliados, trataram de reforçar e readaptar o aparato militar utilizado na dominação dos povos locais. Deste modo, Portugal teve apoio de grandes potências como os Estados Unidos, a França, Alemanha e a Grã-Bretanha (Persici 2010, 64). Isto aconteceu porque muitas potências ocidentais, como os Estados Unidos, posicionavam-se contra as lutas de libertação da África Austral, já que essas lutas ameaçavam a política do poder branco que havia sido instalada na região.

Foram essas políticas de dominação pela minoria branca em território angolano, que levaram os povos locais a revoltarem-se contra o regime. Um grande exemplo disso foi a grande revolta de 4 de fevereiro de 1961, uma resposta do povo angolano contra as políticas de dominação das grandes potências ocidentais, que fez parte de um projeto maior, que era o de libertação nacional. Vai ser com a revolta de 4 de fevereiro que os movimentos de libertação nacional vão começar a ganhar muito destaque no território angolano (Persici 2010, 65). A década de 1960 ficou marcada por uma onda de independência de países africanos²⁰ (Agostinho 2011, 19). A revolta de 4 de fevereiro de 1961, foi realizada num contexto em que muitos países africanos, incluindo a República Democrática do Congo, vizinha de Angola, haviam alcançado a independência no ano anterior. Para os angolanos, a data de 4 de fevereiro de 1961 representa um acontecimento histórico, e é celebrada todos os anos como o dia do início da luta armada de libertação nacional (Lusa, 2019).

Essa onda de revoltas levou com que Portugal viesse a realizar reformas dentro de suas colónias. Autoras como Liberato (2015), afirmam que Portugal foi “quase forçado a empreender reformas que permitissem sustentar a ideia de que não tem colónias, mas sim províncias

²⁰ De facto, o ano de 1960 é celebrado como sendo o ano de África, pois foi quando uma grande parte dos países africanos alcançaram a independência: Mali, Togo, Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Madagáscar, Mali, etc. (Rocha, 2010; Morais 2010).

ultramarinas” (Liberato 2015, 31-51). É neste contexto que Angola, por exemplo, passou de ser colônia a ser oficialmente mais uma das províncias de Portugal: a Província Ultramarina portuguesa (Grilo 2009, 4).

Apesar de terem um ponto de união - a resistência contra a colonização portuguesa -, cada um dos três movimentos de libertação nacional anteriormente mencionados, tinha sua própria base social, bem como suas próprias alianças estratégicas, de acordo com os objetivos e interesses almejados. O MPLA, tem suas raízes entre os povos Ambundo²¹ e era majoritariamente composto por mestiços. Quanto às alianças, este movimento dava preferência às relações com a Cuba e a União Soviética. A UNITA, por sua vez, tem suas raízes entre os Ovimbundo²², e tinha como principal aliado, a África do Sul. Por último, o FNLA, tem suas origens nos povos Bacongós²³, e tinha como principais aliados os Estados Unidos e o Zaire (Rubini 2016, 5).

A luta entre esses três movimentos de libertação e os portugueses vai durar vários anos, até que em 25 de abril de 1974, um grande acontecimento vai ajudar a mudar definitivamente o rumo das relações entre ambas as partes envolvidas no conflito: a histórica Revolução dos Cravos (Rubini 2016, 5). Tal como estabeleceu Agostinho (2011), “os efeitos da revolta militar de 25 de abril de 1974 sentiram-se, tanto no país como nas colônias” (Agostinho 2011, 28). Esta Revolução, teve um grande impacto e representa um evento histórico de grande relevância, para ambos os lados. Para Portugal, significou o fim de uma era. Neste dia, o regime em Lisboa foi derrubado por oficiais de carreira portugueses, na sequência de uma revolta militar (Ibid, 28). Como resultado, deu-se o fim da ditadura em Portugal, e o governo ficou dividido no que diz respeito ao destino das ex-colônias ultramarinas. Enquanto uns defendiam a continuidade de uma certa forma de autoridade, através de um sistema federado, a maioria dos partidos já defendia que

²¹ Os Ambundos, também conhecidos por Ambundu ou Mbundu, são o segundo maior grupo étnico em Angola, representando quase um quarto da população total do país (Coelho, 2015).

²² Os Ovimbundo são um grupo étnico existente em Angola que descendem da etnia Bantu, uma etnia com grande representatividade não só em Angola como também na África Subsariana (Isso, 2008).

²³ Os Bacongós, também conhecidos por Congos, são um grupo étnico também de descendência Bantu, que habitam grandes partes do continente africano, incluindo partes de Angola, Gabão e a República Democrática do Congo. São os povos que formam parte do território outrora designado por Reino do Congo (Nkondo, 2019).

as colônias deveriam ser definitivamente independentes de Portugal (Correia 1991, 59). Para os angolanos, foi o acontecimento definitivo que contribuiu para alcançar a tão desejada independência, pois foi com a queda da ditadura e com o novo poder estabelecido, além das consistentes revoltas por parte dos angolanos, que Portugal decidiu que era hora de conceder livremente a independência dos territórios que tinha sobre seu domínio (Rubini 2016, 5).

Neste sentido, foi em 1975 que Portugal reconheceu finalmente o poder aos três movimentos angolanos e assinou oficialmente a independência do país. Este fator foi também impulsionado pela comunidade internacional, já que quando o novo poder fora estabelecido em Portugal, o mesmo passou a sofrer constantemente pressões internacionais, vindas de governos de todo o mundo, assim como de organizações como a ONU e a OUA (Agostinho 2011, 28). Assim, a independência de Angola ficou marcada para o dia 11 de novembro de 1975, quando na sequência da conferência de Mombaça²⁴, membros do governo português, por um lado, e dos movimentos de libertação, por outro, sentaram-se à mesa, e definiram os pontos em comum e assinaram o que ficou conhecido por Acordo de Alvor (Ibid, 29). Por consequência, Angola ergueu a sua bandeira como Estado soberano e deu-se a criação de um governo transitório, formado conjuntamente por elementos dos três movimentos de libertação nacional que estiveram envolvidos nas lutas contra a colonização, nomeadamente o MPLA, a UNITA e FNLA (National Geographic, 2019).

“O Estado Português reconhece os movimentos de libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola - F. N. L. A., Movimento Popular de Libertação de Angola - M. P. L. A., e União Nacional para a Independência Total de Angola - U. N. L. T. A., como os únicos e legítimos representantes do povo angolano” (Acordo de Alvor 1975, 1).

²⁴ Conferência realizada em Mombaça, no Quênia, em 1974. Realizou-se em novembro de 1974 (Sita 2017, 29).

1.2 Da independência à paz falhada dos acordos de Bicesse

Desse modo, a independência de Angola ficou estabelecida oficialmente no Acordo de Alvor, assinado a 15 de janeiro de 1975, onde se estipulava que um governo de transição seria formado para liderar o país. O governo seria então presidido por um colégio presidencial, que estaria composto por representantes dos três movimentos de libertação já mencionados: UNITA, MPLA e a FNLA. Se nos remetermos ao texto do Acordo, podemos encontrar no seu artigo 15º o seguinte:

“O Colégio Presidencial é constituído por três membros, um de cada movimento de libertação, e tem por tarefa principal dirigir e coordenar o Governo de Transição”
(Acordo de Alvor 1975, 2).

Assim, a 11 de novembro de 1975, os angolanos celebram a vitória e conquista da independência. Esse povo, que vivera durante séculos sob domínio português e escravizado pelos portugueses, agora constituía-se num Estado soberano e independente, com fronteiras próprias e que passaria a ser governado por representantes locais. No Acordo de Alvor, todas as partes concordaram que deveriam ser realizadas eleições gerais para uma Assembleia Constituinte, dentro de um prazo que não deveria ser superior a 9 meses, tal como se pode confirmar no artigo 40º do Acordo (Acordo de Alvor 1975, 6). Como se pode compreender, este Acordo albergava todas as esperanças dos angolanos, de um futuro melhor.

Em suma, podemos resumir a história do processo colonial português em Angola, através de três elementos, nomeadamente a exploração dos recursos naturais, da população e uma política de privilégios para a minoria branca, que era basicamente a população que se deslocava de Portugal (Persici 2010, 60). A política de privilégios para a minoria branca era também apoiada por outras potências como os EUA. Já na década de 1960, o Presidente Lyndon Johnson manifestou seu apoio ao regime minoritário dominado pela raça branca. Certamente, as grandes potências temiam que as lutas de libertação dos povos africanos, pusessem em risco a política do poder branco na região e conseqüentemente, seus interesses na zona. Como era de se esperar, essas políticas não eram bem-vindas para os africanos, incluindo os angolanos. Foi por isso que essa década ficou marcada também pelas lutas contra o Ocidente, no intuito de ganhar

independência de seus colonizadores (Ibid, 60).

Recordamos que, antes da colonização e da existência de Angola, tal como a conhecemos hoje, existiam nesta localidade distintos reinos, com culturas próprias e formas de organização do poder. No entanto, após a colonização e com a realização do Acordo de Alvor, a independência total de um único território denominado Angola já era inquestionável. Diante deste cenário, começou-se a notar o espírito de competição entre os movimentos de libertação nacional, que agora viam desaparecer a única razão que os manteve unidos todo esse tempo: a luta contra os colonos portugueses. Estava mais do que claro para os povos locais que, Angola deveria ser governada por angolanos e não por estrangeiros. Mas, a questão que se colocava era: quais angolanos? Como era de se esperar, cada um dos movimentos que esteve envolvido na luta de libertação nacional, esperava ter a posse do poder. É neste contexto que Correia (1991) afirmou que os movimentos iniciaram uma ação de recrutamento intensivo de militantes para as suas fileiras, de modo a reforçar os efetivos armados que tinham (Correia 1991,136). Ou seja, estavam-se a preparar para possíveis conflitos na hora da tomada do poder, sem terem em consideração as regras e os limites estipulados pelo Acordo de Alvor, cujo artigo 32 ° estabelecia que, os três movimentos deveriam levar a cabo a constituição de forças armadas mistas (Acordo de Alvor 1975, 5).

Assim, este Acordo cujo sucesso dependia unicamente da vontade das partes que o assinaram, era no momento, a pedra angular de todo o processo de descolonização e conseqüente independência do Estado angolano. É neste sentido que Agostinho (2011) menciona, por exemplo, que “se realmente esse acordo fosse obedecido, talvez o rumo da história de Angola não seria tão dramático” (Agostinho 2011, 30). No entanto, John Stockwell estabeleceu que ataques mútuos entre o MPLA e a UNITA foram realizados, pouco tempo depois da assinatura do Acordo (Stockwell 1979, 53).

A África do Sul também merece destaque no processo de paz em Angola. Aliada da UNITA e da FNLA, o país invadiu o sul de Angola em agosto de 1975 e em outubro estendeu o seu avanço, chegando a ocupar mais de metade da costa. A África do Sul queria enfraquecer forças

contra o apartheid e contra a independência da Namíbia. Em resposta à invasão sul-africana, Cuba, aliada do MPLA, mandou grande quantidade de tropas em outubro. Com a interferência cubana, ficou assegurado o controle da capital Luanda por parte do MPLA, onde Agostinho Neto foi apontado como líder do movimento (Hodges 2004, 72).

Devido à situação de instabilidade e insegurança que se vivia no país, grande parte da população europeia abandonou Angola logo após a independência. Com eles, foram também investimentos e conhecimento especializado. Em dezembro de 1979 morre o líder do MPLA, Agostinho Neto, em Moscovo (Grilo 2009, 6). A morte inesperada e suspeita²⁵ de Neto, com apenas 56 anos, deixou a sociedade angolana, que havia conquistado recentemente a independência, no mínimo, abalada. No entanto, o partido escolheu quase que imediatamente um novo sucessor: José Eduardo dos Santos (Francisco 2013, 95). A escolha de Dos Santos não foi aleatória, pois Agostinho Neto, enquanto líder do movimento e posteriormente do partido MPLA, sempre mostrou sua grande simpatia para com Dos Santos, e acreditava que ele daria continuidade na política angolana que ele implementara e lutaria pela estabilidade do regime (Ibid, 96).

Para muitos angolanos e não só, Portugal deveria ter cumprido melhor com suas responsabilidades como potência colonizadora e deveria ter realizado a independência de Angola em melhores condições. Não deveria ter 'lavado as mãos' simplesmente. O certo é que, nesta altura, tal como mencionou Sita (2017), Portugal também não estava no seu melhor momento político. A situação política de Portugal agravou-se bastante com os já mencionados acontecimentos da Revolução de 25 de abril (Sita 2017, 30). Essa revolução foi um acontecimento singular no contexto internacional que se vivia na altura (Ferreira 2004, 143). A importância dessa Revolução para os portugueses foi crucial, já que marcou o fim de um longo período ditatorial que se vivia no país (Bernardo 2007, 2). Sendo assim, os portugueses tinham todos os seus recursos quase que exclusivamente dedicados à resolução dos problemas internos que os afetavam mais

²⁵ Agostinho Neto encontrava-se internado em Moscovo, na altura de sua morte. Oficialmente Agostinho morreu de causas naturais, segundo o reporte médico emitido pelas autoridades russas. As circunstâncias estranhas que estiveram envolvidas na morte do Presidente angolano, como o envio por parte das autoridades russas de uma primeira urna vazia à Angola, fez com que a desconfiança aumentasse por parte dos angolanos (Francisco 2013, 95). Até hoje existe diante da sociedade angolana uma suspeita de que o governo russo esteve envolvido na morte de Neto. No entanto, essas suspeitas nunca foram confirmadas.

diretamente e, havia pouca disponibilidade para dedicar à Angola toda a atenção que a complexidade da situação exigira.

Durante todo este processo de paz no território angolano, muitas foram as ações e tentativas levadas a cabo no intuito de terminar definitivamente o conflito armado angolano. A primeira de todas aconteceu na Cimeira de Nakuru, realizada pelas autoridades do Quênia, em junho de 1975, numa tentativa de suavizar a situação em Angola. Esta cimeira, culminou na assinatura de um acordo entre os principais líderes dos movimentos, que ficou conhecido como Acordo de Nakuru, assinado no mesmo mês de junho de 1975. Este Acordo foi realizado numa tentativa de recuperar o que se havia estabelecido no anterior Acordo de Alvor, de modo a permitir que ainda fosse possível a transferência pacífica de poderes, que havia sido agendada para novembro. Apesar das boas intenções do governo do Quênia, os esforços do Acordo de Nakuru tiveram efeitos escassos, quase nulos. Já não se podia falar de um governo de transição em Angola pois, três meses antes da data estabelecida para a transição pacífica do poder, membros da UNITA e da FNLA, haviam anunciado, a 9 de agosto, a sua retirada do Acordo de Alvor (Carvalho 2015, 46). Diante destes acontecimentos, um Decreto-Lei do governo português estabeleceu a suspensão parcial do Acordo de Alvor, em agosto de 1975²⁶. Logo após essa suspensão do Acordo, Angola não tardou em sentir os efeitos de intervenções armadas internacionais, que muitos interesses tinham no território angolano, tudo isto dentro do contexto da Guerra Fria. Como é compreensível, com a intervenção das forças armadas internacionais, aquilo que havia começado e poderia ter terminado como um conflito meramente doméstico entre os movimentos de libertação nacional, começou a desenvolver-se e a ganhar novas dimensões (Sita 2017, 31).

Diante desta situação, foi realizada a Conferência de Gbadolite, em junho de 1989 na atual República Democrática do Congo. Essa conferência ficou também conhecida como a Cimeira para a Paz em Angola, e contou com a presença de 18 Chefes de Estados africanos. Um dos principais resultados positivos que se destacam dessa Cimeira, foi o fato de ter reunido pela primeira vez, os

²⁶ Decreto-Lei no 458/A-75, de 22 de Agosto de 1975.

líderes dos dois grandes partidos: do MPLA e da UNITA. Jonas Savimbi foi o convidado de honra do MPLA nessa Conferência, o que permitiu Dos Santos criar uma boa imagem diante da sociedade internacional e do próprio Savimbi. Ficou assim conhecido como tendo uma personalidade inclinada ao diálogo e com interesse na reconciliação nacional (Sebastião 2015, 82). A grande razão pela qual essa Conferência não teve o efeito esperado, foi a falta de concordância na agenda dos dois Presidentes, já que, enquanto o Dos Santos pretendia falar sobre o cessar-fogo e processo de reconciliação, Savimbi estava mais interessado em discutir assuntos políticos de seu interesse (Ibid, 82).

Chegados a esse ponto, a Guerra Civil estava latente. Os movimentos de libertação nacional trataram de conseguir a ocupação de zonas influentes, ao mesmo tempo que se preparavam para a ofensiva contra as áreas controladas por outros movimentos. Assim, a UNITA estabeleceu-se basicamente na zona do Planalto Central, ocupando, por exemplo, a província do Huambo e do Bié. O MPLA, por sua vez, tinha seus militantes a ocupar uma grande parte do Leste de Angola. No entanto, este movimento possuía uma considerável presença também nas províncias de Luanda e Cabinda. Por último, a FNLA, desde que foi criada, sempre esteve mais concentrada na zona Norte do país (Sita 2017, 31).

Com a anteriormente mencionada ingerência armada de forças estrangeiras, o conflito atingiu dimensões cada vez maiores. Os países vizinhos, apesar de não concordarem com as desavenças partidárias existentes em Angola, rapidamente tomaram partido e apoiavam seus aliados, em função dos interesses que tinham no país. Destaca-se aqui a África do Sul, a potência africana que tinha uma real capacidade, em termos políticos e militares, de influenciar o rumo dos acontecimentos em Angola. Importa lembrar que nesta altura, a África do Sul também tinha muitos interesses em jogo, que se poderiam ver afetados em função do partido que ganhasse os conflitos em Angola. Como principal interesse da potência sul-africana em Angola, podemos mencionar a prolongada guerra contra a SWAPO²⁷ na Namíbia (Döpcke 1998, 133) da qual teremos

²⁷ SWAPO: Organização do povo do Sudoeste Africano, foi o Movimento de Libertação da Namíbia, o partido namibiano que lutou para conseguir a independência da Namíbia contra a África do Sul (Deutsche Welle, 2020).

oportunidade de explorar com mais detalhes ao longo deste trabalho.

A história de Angola marca o mês de março de 1975 como a data do início da guerra civil, quando as primeiras lutas entre MPLA e a FNLA ocorreram. Os conflitos foram aumentando, bem como o número de ofensivas dos três movimentos. A cidade de Luanda, maiormente controlada pelo MPLA, era a mais cobiçada pelos três movimentos. O território angolano viu-se, assim, mergulhado numa onda de violência. Com a aproximação da data de proclamação da independência (11 de novembro), os três movimentos trataram de ter bem definidos seus aliados e de criar coligações. Assim, podia-se distinguir, por um lado, o MPLA, que tinha o apoio militar da União Soviética e de Cuba, por outro lado, a FNLA e a UNITA, que contavam com o apoio da África do Sul, o Zaire e dos Estados Unidos (Borrego 2015, 89-90). O grande objetivo de todos eles, era conseguir ter e manter a posse e controle da cidade de Luanda, para poder assim declarar diante do mundo, a independência de Angola, quando o momento chegasse (Sita 2017, 36).

Foi assim que, na véspera da proclamação da independência, a 10 de novembro de 1975, as forças da coligação preparavam-se para atacar Luanda, de modo a que a mesma estivesse controlada pela coligação UNITA-FNLA, no dia 11 de novembro e que fossem eles a declarar a independência de Angola. As expectativas desses dois grupos não tiveram muito êxito, pois as forças do MPLA e seus aliados anteriormente mencionados, foram capazes de resistir às ofensivas todas e manter o controle de Luanda, no fim da batalha que ficou comumente conhecida como a Batalha de Luanda. O MPLA conseguiu, assim, expulsar a presença dos demais movimentos da capital, para que pudesse consumir seu poder em Angola (Sita 2017, 36-38).

Na meia-noite do dia 11 de novembro de 1975, a bandeira de Portugal foi erguida pela última vez e os portugueses deixavam definitivamente Angola. Com este acontecimento, dava-se por terminada a época colonial em Angola, ao mesmo tempo em que os três movimentos, preocupados, tratavam de reafirmar o poder (Sita 2017, 39). O sonho dos angolanos tornou-se então realidade. Portugal, pela primeira vez em décadas, estava disposto a abandonar livremente Angola. Este ato de Portugal, se bem foi aplaudido pela comunidade internacional, foi também criticado, no sentido em que muitos consideraram que houve um fracasso na gestão do processo

de independência da ex-colónia (Ribeiro 2014, 18). Tal como mencionou Sita (2017), Portugal, “lavando as mãos da situação, deixou a resolução dos problemas na mão dos nacionalistas angolanos” (Sita 2017, 39). Algo equiparável ao que fizeram os ingleses na Palestina, talvez.²⁸ Dispensa explicações o estado em que os conflitos chegaram neste país, aquando da saída ‘irresponsável’ dos ingleses.

Com toda esta situação, chegamos ao dia 11 de novembro de 1975, data programada para a proclamação da independência de Angola. O destino do país poderia ter sido outro, que não a guerra, se nesta data, o Acordo de Alvor tivesse sido respeitado por todas as partes envolvidas. No entanto, no dia 11 de novembro, dá-se em Angola um acontecimento curioso: a constituição de dois governos distintos: a República Popular de Angola, proclamada pelo movimento MPLA e a República Democrática de Angola, proclamada pela coligação dos movimentos FNLA e a UNITA. O primeiro governo (do MPLA) ficou, assim, estabelecido na capital Luanda e o segundo, na cidade do Huambo.

Em contraste com o reconhecimento quase imediato de vários países, que recebeu o governo do MPLA, o governo proclamado pela coligação FNLA/UNITA, nunca chegou a ter reconhecimento de nenhum Estado ou membro da comunidade internacional. Devido à esta situação e a falta de entendimento em termos de liderança, entre os líderes dos dois movimentos, o governo proclamado no Huambo, teve uma existência muito curta. O MPLA, pelo contrário, estabeleceu em Luanda o seu controlo administrativo em quase todos os postos fundamentais da sociedade, tendo obtido o reconhecimento diplomático de uma boa parte dos países, como foi o caso de certos países europeus, em fevereiro do ano seguinte, como a França, a Inglaterra e, mais tarde, também Portugal. Ficou assim criado um governo monopartidário (Sita 2017, 40). Não surpreendentemente, a UNITA e a FNLA, começaram a lançar várias ofensivas contra o MPLA, utilizando como pretexto a luta contra o comunismo em Angola. Dos dois movimentos da oposição, merece especial menção a UNITA que, com apoios adquiridos, converter-se-á num movimento revolucionário, que contestará o poder do MPLA, até o final da Guerra Civil em Angola (Ibid, 41).

²⁸ A Palestina foi um mandato atribuído à Inglaterra em 1920 (Sochaczewski 2014, 127). Enquanto tiveram interesse, os ingleses mantiveram-se no país, usufruindo de todos os benefícios e riquezas lá presentes. No entanto, quando começaram os conflitos israelo-palestinos, os ingleses, diante da complexidade da situação, decidem no dia 14 de maio de 1948 abandonar a palestina deixando os palestinos à sorte (Abdala, 2014).

A Guerra Civil teve início poucos meses depois da independência, em 1975. Em menos de um ano, o governo angolano estava desintegrado (Sebastião 2015, 82). Por ser um país rico em recursos naturais, sobretudo petróleo e diamantes, Angola sempre esteve na mira de potências internacionais. Assim, tendo coincido depois com a Guerra Fria, enquanto a luta bipolar durou, Angola acabou por converter-se num dos campos de batalha, utilizados pelas duas grandes potências que se enfrentaram durante a Guerra Fria, nomeadamente os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Persici 2010, 57). É por esta razão que autores como Hoekstra (2019) afirmam que o apoio recebido pela UNITA de potências estrangeiras, fez com que este partido passasse de um “pequeno incómodo na periferia do território de Angola..., para uma força poderosa..., capaz de controlar grandes áreas de território por todo o país” (Hoekstra 2019, 1325 Tradução da Autora). Não fosse pela ingerência externa, o conflito angolano provavelmente teria tido um rumo e duração distintos._

Persici afirma também que embora existissem diferenças étnicas importantes entre os movimentos de libertação, essas não foram a principal causa dos conflitos entre esses movimentos. O que realmente contribuiu para o alargamento da luta entre os movimentos foi o fator ideológico, já que com a Guerra Fria, cada movimento de libertação tratava de ser fiel à ideologia da potência aliada, das quais recebiam materiais e suporte financeiro, que os permitia continuar com os conflitos. Se a estes fatores somarmos a natureza do próprio colonialismo português, e o fracasso na preparação do país para uma transição estável, podemos facilmente compreender que as condições para a Guerra Civil estavam criadas (Persici 2010, 66). Sousa Jamba afirma que “depois da independência, em 1975, Angola entrou na Guerra Fria e os políticos defenderam ideologias que tinham mais a ver com a história do Ocidente do que com a realidade africana” (Jamba 1999, 1).

Com o fim da Guerra Fria (1991), acreditava-se que o conflito angolano também chegaria ao fim, já que o conflito bipolar deixava de existir e com ele, deixaria também de existir a necessidade de continuar a defender a ideologia de seus aliados, pelo que seria terminado o fornecimento de armas e apoio financeiro. Foi neste mesmo ano em que se assinaram os Acordos de Bicesse, em Estoril, Portugal (Persici 2010, 86). O Acordo foi assinado em maio de 1991, na

tentativa de acabar com o conflito interno e estabelecer definitivamente a paz em Angola. Este acordo, que tendo sido mediado por Portugal, foi assinado também na presença das duas grandes potências que, de um modo ou outro, estavam envolvidas no conflito: os EUA e a URSS. Estas duas potências marcaram presença na qualidade de observadoras. Era esperado pelos angolanos que com a presença do país colonizador como mediador e das duas potências que permitiram que o conflito se prolongasse e tomasse outras dimensões, o conflito em Angola conhecesse o seu fim de modo total e definitivo (Sebastião 2015, 85). Outro acontecimento que reforçou a confiança dos angolanos neste acordo, foi o apoio fornecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que se comprometera a garantir o funcionamento e cumprimento do mesmo. Por esta razão, a ONU enviou à Angola uma missão de paz, que ficou conhecida como UNAVEM II, liderada pela diplomata Margareth Anstee. Esta foi a segunda missão enviada pela ONU nesse país, já que a primeira (UNAVEM I), havia sido realizada entre 1989 e 1991 (Pureza, Simões, José, & Marcelino, 2007). Voltaremos a falar mais adiante no trabalho, com mais detalhes, sobre essas missões da ONU em Angola.

A guerra tinha terminado temporariamente com a assinatura dos Acordos de Bicesse, já que ambos os partidos concordaram em resolver sua disputa por meio de eleições livres e justas monitoradas internacionalmente (Hoekstra 2019, 1325). No entanto, apesar de todo este contexto internacional favorável ao cumprimento dos Acordos de Bicesse, as esperanças dos angolanos viram-se frustradas. Os anos seguintes a este acontecimento mostraram uma realidade totalmente distinta pois, infelizmente para os angolanos, os Acordos de Bicesse não trouxeram os resultados esperados. As partes envolvidas no conflito não respeitaram os princípios estipulados no mesmo, sobretudo no que diz respeito à desmobilização das tropas, e não havia condições suficientes para que o acordo resolvesse o problema dos angolanos. O Acordo estabelecia a preparação de eleições multipartidárias e presidenciais a serem realizadas no ano seguinte à assinatura do mesmo. No final, estas eleições foram realizadas, mas sem antes cumprir-se com o objetivo de formar uma força militar angolana única, requisito já estabelecido no já mencionado Acordo de Alvor (Persici 2010, 83). Ao mesmo tempo, acreditava-se que tanto a UNITA como o MPLA, ainda guardavam as suas maiores e principais armas, como método de proteção para um possível retorno dos conflitos

no período pós-eleições (Hodges 2004, 13). Outro elemento que também merece aqui atenção, no que diz respeito ao fracasso dos Acordos de Bicesse, foi o escasso apoio financeiro que a Missão da ONU teve, para poder assegurar a paz em Angola, tal como afirmou a então representante especial das Nações Unidas no país, Margareth Anstee (Sebastião 2015, 86).

De 29 a 30 de setembro de 1992, tiveram lugar as primeiras eleições presidenciais, que foram consideradas pela ONU e pelo resto da comunidade internacional como sendo eleições globalmente justas e livres. No entanto, os momentos posteriores ao ato eleitoral foram marcados por um clima de instabilidade e incertezas. Estas primeiras eleições não serviram, em absoluto, o objetivo de paz no território angolano. Após um ano da realização do Acordo, quando as primeiras eleições foram realizadas, o MPLA viu-se favorecido com uma vitória de 49% dos votos, contra 41% da UNITA (Fortes 2019, 8). Como nenhum dos líderes obteve uma maioria absoluta, dava-se a necessidade de realizar uma segunda volta das eleições. Apesar das eleições terem sido supervisionadas pela ONU, quando os resultados afirmaram a vitória do MPLA, Jonas Savimbi, o líder da UNITA, acusou a vitória eleitoral de José Eduardo dos Santos como fraudulenta, tendo-se recusado a aceitar os resultados. Como resultado, em novembro do mesmo ano dão-se severos enfrentamentos entre as tropas lideradas por Savimbi, e as forças do eleito governo do MPLA (Grilo 2009, 6). Devido ao clima de incertezas que se vivia, o país havia retornado à guerra no final do mesmo ano e a realização da segunda volta das eleições tornou-se impensável. Nesta nova fase da guerra civil, existia um sentimento comum em quase toda a Comunidade Internacional, bem como entre muitos angolanos, que culpavam a UNITA pelo estado em que o país se encontrava, sem que uma paz efetiva e duradoura pudesse ser alcançada (Persici 2010, 87-88).

Chegados a esse ponto, deparamo-nos com uma Angola independente, mas totalmente submergida no caos que a guerra provocara. Desde a independência que o território angolano sentiu a falta de organização e de um poder organizado que pudesse garantir estabilidade e paz para todos os angolanos. Afinal, estamos a falar de povos que foram forçados a conviver juntos como um só, durante anos subjugados ao poder colonial, e que de repente haviam alcançado a independência e precisavam de estabelecer um governo. A guerra vai perdurar durante um tempo, até ao momento em que se realizou a assinatura de um novo Acordo, que ficou conhecido como

Protocolo de Lusaka (National Geographic, 2019), assinado em novembro de 1994.

1.3 Do acordo de Lusaka ao sucesso do acordo de Luena (1994-2002)

Como mencionado, a UNITA era culpada por muitos como sendo a causadora da continuação dos conflitos angolanos. Além de incumprir os acordos de Bicesse, atacando e ocupando constantemente partes do território angolano, também participava no comércio ilegal de armas, de onde provinha grande parte de seu financiamento, o que permitia ganhar certa vantagem sobre o MPLA. No entanto, a partir de 1994, a UNITA começa a perder essa vantagem e começa a perder a capacidade militar que tinha. Ao mesmo tempo, uma grande produção de petróleo começa a dar lucros ao governo do MPLA, o que vai permitir ao governo rearmar o seu exército e estar melhor preparado para combater a UNITA, considerada uma ameaça à paz nacional (Persici 2010, 89).

Cerca de dois anos após a realização das primeiras eleições multipartidárias angolanas, em novembro de 1994, a UNITA já estava quase à beira da derrota. Sentindo-se pressionada e com pouca capacidade de resposta, a UNITA viu-se obrigada a ceder e concordar com os termos de um novo acordo de paz assinado em novembro de 1994, na Zâmbia, que ficou conhecido como Protocolo de Lusaka, nome da cidade em que foi assinado. Esse Protocolo foi elaborado tendo como base os anteriores Acordos de Paz de Bicesse, com apenas algumas alterações mais adaptadas à realidade que se vivia no momento e depois de se ter visto o fracasso do anterior Acordo²⁹. Com este acordo, os dois líderes haviam-se comprometido em pôr fim aos conflitos e proceder à unificação das forças armadas nacionais (Grilo 2009, 6-7). A ONU, como sempre, esteve presente também para monitorizar o cumprimento do Acordo, tendo o Conselho de Segurança enviado assim a terceira missão em Angola, a UNAVEM III (Persici 2010, 90). No início, Margareth Anstee foi a enviada para representar a ONU nas missões de paz em Angola. Ela tentou de várias formas, embora sem êxitos, negociar o fim das hostilidades em Angola. Mais tarde, Margareth foi substituída por Alioune Blondin Beye, que esteve envolvido nas negociações de paz do Protocolo de Lusaka (Sebastião 2015, 87).

²⁹ O Acordo foi 'inspirado nos Acordos de Bicesse, mas foram introduzidas algumas inovações importantes, incluindo a partilha de poder, a não realização de eleições antes de concluir com questões militares, a implementação do processo de paz e o despacho duma força de capacetes azuis da ONU, onde agora UNAVEM III, chegou a dispor de 7.000 homens.' (Sebastião 2015, 87)

Com este novo Acordo de Lusaka, uma vez mais, as esperanças dos angolanos de alcançar a paz efetiva e duradoura renasce. Em junho de 1995, a ONU enviou os capacetes azuis para supervisionar todo este processo de integração e desmobilização das tropas. Tudo parecia correr bem e os angolanos voltavam a ter esperanças e a creditar que finalmente a paz seria instaurada. No entanto, apesar de ter assinado o Protocolo de Lusaka, a UNITA continuava a realizar clandestinamente suas atividades de ataque e ocupação de territórios. A integração das forças foi suspensa em 1996, já que a UNITA atrasava todo o processo de desmobilização. Apesar disto, em 1997 o governo do MPLA, numa tentativa de manter a estabilidade nacional, constituiu o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), onde foram incluídos vários deputados da UNITA (Alves 1998, 579).

Apesar dos esforços do governo do MPLA, em 1998 retomaram-se os confrontos e o MPLA vai suspender o GURN, com a justificação do incumprimento das obrigações por parte da UNITA. Vai ser nessas condições que o MPLA vai declarar publicamente que nunca mais voltaria a cooperar com Savimbi e que o único caminho para a paz seria a guerra, devido a falta de confiança que tinham nesse partido, tendo em conta os sucessivos incumprimentos que se foram observando ao longo dos anos (Grilo 2009, 6). No ano seguinte, em 1999, a ONU retirou os capacetes azuis do país e deixou apenas ajuda humanitária, já que considerava que as perspectivas de paz em Angola eram praticamente nulas (Persici 2010, 91). Considera-se que foi uma atitude prematura por parte da ONU ao retirar grande parte da sua força de manutenção de paz. Somamos a este fato, a morte do representante da ONU e moderador principal do protocolo de Lusaka, Alioune Blondin Beye, que falecera num acidente de aviação, deixando a missão sem liderança (Sebastião 2015, 87). Chegados a este ponto, o MPLA estava convencido de que a guerra seria o único meio possível para alcançar a tão desejada paz duradoura e efetiva para todos os angolanos. Consequentemente, o Presidente José Eduardo dos Santos declarou o fim do Protocolo de Lusaka.

A guerra continuou durante os anos seguintes, ao mesmo tempo que a capacidade de resposta da UNITA diminuía gradualmente, com as numerosas ofensivas das Forças Armadas Angolanas (FAA) que o governo do MPLA implementava. Sentimentos de desmoralização e dúvidas começaram a surgir entre os militantes da UNITA (Hodges 2004, 17), até que no início de 2002,

estando escondido na província angolana do Moxico, Jonas Savimbi junto com outros rebeldes, viram-se cercados pelas FAA, tendo muitos deles acabado mortos devido à falta de acesso a bens alimentares. Pouco depois, em fevereiro do mesmo ano, morreu também Jonas Savimbi, em uma emboscada realizada pelo governo do MPLA. Com a morte de seu líder, o clima de dúvidas e incertezas que já existia no grupo e a falta de recursos que tinham, a UNITA aceitou, sem resistência alguma, o reinício das conversações para a paz, que tiveram lugar na capital da província do Moxico, em Luena (Persici 2010, 92). Não passou muito tempo, e as partes assinaram logo um novo acordo de paz, que ficou conhecido como Memorando de Entendimento de Luena. Este foi assinado a 4 de abril de 2002. Tratava-se assim de um documento que vinha reforçar e complementar o anteriormente assinado Protocolo de Lusaka, com vista a pôr fim de um modo definitivo aos conflitos armados no país (Grilo 2009, 7). Pela primeira vez, um Acordo para a paz teve o resultado esperado. Esse Memorando foi assinado em Luena, no dia 4 de abril de 2002. Por esta razão, os angolanos celebram o dia 4 de abril todos os anos, como o dia nacional da paz no território nacional (Sebastião 2015, 1).

Atualmente a República de Angola é um Estado unitário, que tem um regime presidencialista e multipartidário, baseado numa Constituição que foi adotada em fevereiro de 2010³⁰. A mesma constituição garante no seu artigo 2.º.1³¹ a separação de poderes, nomeadamente o executivo, legislativo e judicial, que funcionam de forma independente (Constituição de Angola, 2020). Em 2008, celebraram-se as primeiras eleições legislativas, no período pós-guerra civil, que culminou com uma vitória clara do MPLA, tendo alcançado 82% dos votos. As eleições contaram com vários observadores internacionais e foram consideradas livres e justas pela Comunidade Internacional (Miguel 2014, 24).

³⁰ A primeira foi aprovada em 1975, denominada Lei Constitucional da República Popular de Angola. Pode ser encontrada em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf>

³¹ Artigo 2.º.1: “A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa” (Constituição de 2010).

1.4 As missões de paz da ONU em Angola: UNAVEM I, II, III e MONUA

Antes de falar especificamente sobre as missões de paz da ONU em Angola, é crucial mencionar a importância e relevância que essas missões têm no panorama internacional, bem como explicar, ainda que de modo sucinto, em que consistem as mesmas. A importância dessas missões é reconhecida por vários autores como Fernando Alves (2005) e Sam Stuart (1984). Alves estabelece que as missões ocupam um papel fundamental na agenda de Estados do mundo inteiro, sendo direcionadas principalmente para zonas de maiores conflitos, sejam étnicos ou de libertação, tudo no intuito de alcançar a paz em todo o mundo (Alves 2005, 5).

Não existe uma definição exata de missões de paz que tenha sido formulada pela ONU, pelo que não é possível citar uma interpretação oficial do conceito (Stuart 1984, 21). No entanto, podemos encontrar no livro da *Internacional Peace Academy* que as missões de manutenção da paz consistem em prevenir, moderar e pôr fim aos conflitos internos ou entre Estados através da intervenção pacífica de um terceiro, organizada em termos internacionais e fazendo uso de forças multinacionais de vários tipos:

“...International peacekeeping...is the prevention, containment, moderation and termination of hostilities between or within states, through the medium of peaceful third party intervention organized and directed internationally, using multinational forces of soldiers, police and civilians to restore and maintain peace” (International Peace Academy 1984, 22).

Por sua vez, Alves define missões de paz como “instrumentos e técnicas que podem ser usadas no controle de conflitos, bem como para suavizar tensões criadas, propiciando uma saída amigável para situações difíceis”. O autor acrescenta ainda que as missões de Paz realizadas ao longo dos tempos, tiveram de ampliar seus campos de atuação, passando a abranger também situações como ajuda na retirada de tropas, redução de armamentos e supervisão de eleições (Alves 2005, 11). Um exemplo disso foram as missões de paz realizadas pela ONU em Angola, que veremos mais adiante.

Se formos ao site oficial das Nações Unidas, constatamos que as missões de paz constituem uma das ferramentas mais eficazes que a ONU tem à disposição, para “...ajudar os países anfitriões de missões a percorrer o difícil caminho do conflito até à paz”. Estas missões têm como objetivo principal “manter a paz e a segurança, mas também para facilitar os processos políticos, proteger os civis, auxiliar no desarmamento, desmobilizar e reintegrar ex-combatentes, apoiar processos constitucionais como a organização de eleições, proteger e promover os direitos humanos, ajudar a restaurar o Estado de direito e afirmar a autoridade do Estado” (Nações Unidas, 2020)³².

Alan James e James Boyd mencionam os elementos indispensáveis para a existência e implementação de uma missão de paz. Basicamente os autores apontam que a missão deve ser estabelecida dentro de um marco internacional amplo, contando com uma presença militar ou quase-militar de índole internacional, deve contar com o consentimento expresso das partes envolvidas no conflito, sendo essa condição essencial para o sucesso da mesma, e deve ter como objetivo inicial e principal a resolução de conflitos de um modo pacífico (Boyd 1998; James 1990, 1-2).

“As operações de manutenção da paz são mandatadas pelo Conselho de Segurança da ONU e as suas tropas e forças policiais são cedidas pelos Estados-membros.” (Nações Unidas, 2020)

Tal como ficou comprovado até aqui, a ONU sempre esteve presente em Angola, durante todo esse processo de conquista pela paz no território, através de missões de paz que foram estabelecidas no país. Podemos contabilizar quatro missões de paz realizadas pela ONU em Angola, entre 1989 e 1999, nomeadamente a UNAVEM³³ I, II, III e MONUA³⁴.

³² Para mais informações sobre as missões de paz das NU e os princípios que as guia, visitar: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf

³³ UNAVEM: United Nations Angola Verification Mission

³⁴ MONUA: Missão de Observação das Nações Unidas em Angola.

A UNAVEM I

Esta foi a primeira missão de paz da ONU em Angola, aprovada pela Resolução 626, a 20 de dezembro de 1988 (Moita 2005, 2). Essa primeira missão foi enviada com o objetivo de dar apoio no processo de retirada das tropas cubanas de Angola e visava também sobre a questão da independência da Namíbia. Assim, após várias tentativas e fracassos durante anos, um acordo tripartido viu a luz.

O acordo foi assinado entre Angola, África do Sul e Cuba, sob supervisão da ONU a 22 de dezembro de 1988 (Paulo 2004, 28). Os objetivos dessa primeira missão haviam sido cumpridos, levando ao fim da missão em maio de 1991 (Simão, Guedes & Nieto 2017, 114). A UNAVEM I é considerada a mais bem-sucedida missão de manutenção da paz da ONU em Angola (José 2008, 168). Não obstante, essa missão é criticada por alguns autores (Simão, Guedes & Nieto 2017), que consideram que essa missão, tal como as seguintes, esteve condicionada pelos interesses das grandes potencias como os EUA, que na altura ainda se orientavam por uma lógica colonial e não tinham particular interesse que se alcançasse realmente a paz em Angola.

Por este motivo, os autores consideram que erros críticos foram cometidos durante o processo de pacificação levado a cabo pela ONU. Mencionam por exemplo, as eleições realizadas em 1992, quando ainda existiam dois exércitos operativos no país. Este facto levou mais tarde ao retorno dos conflitos, já que ditas eleições consagraram o MPLA como vitorioso e ditos resultados foram fortemente contestados pela UNITA. Portanto, os efeitos positivos dessa primeira missão tiveram curta duração (Simão, Guedes & Nieto 2017, 114-115).

A UNAVEM II

Tal como já referido, em maio de 1991 foi assinado o Acordo de Paz de Bicesse, que teve Portugal como mediador e os EUA e a URSS como observadores. Foi no contexto deste novo Acordo que se criou a segunda missão de verificação da ONU em Angola, a UNAVEM II (Pereira e Farinha 2008, 10). Foi estabelecida pelo Conselho de Segurança da ONU, através da Resolução 696 de 30 de maio de 1991 (*Human Rights Watch, s.d.*). A ONU pretendia assim apoiar na implementação do Acordo de Bicesse, que previa um cessar-fogo e instauração da paz no território

angolano, bem como a desmobilização das tropas de ambos os partidos, no intuito de criar um exército único. Também estabelecia a criação de uma nova Constituição para o país e a supervisão das eleições presidenciais e parlamentares, a realizar nos dias 29 e 30 de setembro de 1992 (José 2008, 169). Apesar dos esforços que a ONU teve na implementação dos Acordos de Bicesse, mobilizando cerca de 350 militares observadores, vários elementos internacionais que colaboravam com muitos locais, 120 polícias e mais de 400 observadores, a UNAVEM II acabou por ver seu objetivo frustrado quando, em outubro de 1992, a UNITA recusou-se a aceitar os resultados das eleições presidenciais, tal como já ficou explicado anteriormente. No entanto, a operação da UNAVEM II, não terminou logo após ao fracasso eleitoral de 1992 (Ibid, 169-70). Diante das circunstâncias apresentadas, a ONU decidiu estender a missão da UNAVEM II, tendo sido encerrada apenas em 1995. A ONU encerrou a UNAVEM II com clara consciência de que o conflito em Angola ainda não estava resolvido e que seriam necessárias ações futuras para alcançar a paz definitiva no território (*Human Rights Watch, s.d.*).

A UNAVEM III

Apesar do fracasso da anterior missão, a ONU não desistiu de tentar ajudar no processo de paz angolano e continuou com suas atividades na tentativa de conseguir uma resolução pacífica dos conflitos. Quase quatro anos após a segunda missão, foi lançada a terceira missão dessa organização, a UNAVEM III, aprovada pela Resolução n.º 976 de 8 de fevereiro de 1995. Essa missão teve como mediador o maliano Alioune Blondin Beye, como o novo Representante Especial do Secretário-Geral e Chefe da Missão da ONU em Angola, tendo substituído Margaret Anstee³⁵. A missão teve os mesmos observadores que se fizeram presentes na anterior missão, nomeadamente Portugal, os EUA e a Rússia (Pureza, Simões, José, e Marcelino 2007, 11).

Uma vez mais, a ONU pretendia apoiar a implementação de um acordo de paz, desta vez, o Protocolo de Lusaka, mas com a grande diferença de ter autorizado a mobilização de uma força de maior dimensão e capacidade de atuação, quando comparada com a força da anterior missão,

³⁵ Margaret Anstee fala em entrevista sobre as conversações de paz em Angola, em 1993: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conversacoes-de-paz-para-angola-12/>

a UNAVEM II (Jett 2000, 82). Acredita-se que foi, de certo modo, para compensar o fracasso que havia sido a UNAVEM II, que a ONU achou necessário montar uma das maiores operações de paz alguma vez realizada no continente africano. Em comparação com a anterior missão, a UNAVEM III contou com cerca de 3.600 tropas, 280 observadores policiais, teve mais de 700 elementos civis incluindo locais e contou também com 75 voluntários da Organização. Pode-se dizer que a experiência obtida da anterior missão fez a ONU perceber o tamanho do problema que enfrentava e a necessidade de um maior investimento e esforço para a sua resolução. A UNAVEM III manteve, entre outros objetivos, o mesmo objetivo final: alcançar a paz definitiva no território nacional, através de uma resolução pacífica dos conflitos, baseada no diálogo entre os dois movimentos enfrentados (Moita 2005, 3). A UNAVEM III esteve presente em Angola até junho de 1997, quando o arrastar dos conflitos fez com que fosse repensada a presença da ONU em Angola (José 2008, 172). Essa missão foi substituída pela MONUA.

MONUA

Quando em 1996 Portugal é eleito como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, começa a desempenhar um papel fundamental no estabelecimento da quarta e última missão da ONU em território angolano. Foi basicamente uma remodelação da anterior UNAVEM III, já que o continuar dos conflitos obrigou a rever as estratégias utilizadas durante a anterior missão, de modo a que fossem mais eficazes (Moita 2005, 4).

Assim, Portugal desempenhou um papel essencial no estabelecimento dessa nova missão de paz, que ficou conhecida por MONUA. Portugal participou ativamente nessa missão e as forças portuguesas da MONUA ficaram em território angolano até 1999 (Branco 2015, 104). Tal como as outras missões, esta foi aprovada pelo Conselho de Segurança através da Resolução n.º 1118 de 30 de junho de 1997. O fracasso de todas as anteriores missões teve um denominador comum: a falta de confiança que existia entre o governo do MPLA e a UNITA, o que levou a um atraso importante nos processos de desmobilização das tropas de ambos os lados e, conseqüentemente, de um cessar-fogo. Basicamente, era recorrente o incumprimento das regras estabelecidas pelo

Protocolo de Lusaka, o que punha em causa o estabelecimento de uma paz definitiva. Tudo isso levou a ONU a repensar e alterar o carácter da missão, tendo o Conselho de Segurança aprovado uma nova missão, MONUA que esteve mais virada para a observação, tendo sofrido uma redução importante em termos de meios e recursos implementados, quando comparados com os das missões anteriores.

Outra das principais diferenças da MONUA com as anteriores missões foi o facto de dar um maior enfoque a mecanismos que permitissem gerar e assegurar, antes de qualquer coisa, um clima de confiança e estabilidade entre os dois movimentos enfrentados, já que haviam percebido que a ausência de confiança mútua entre o MPLA e a UNITA tornaria sempre impossível a implementação de qualquer acordo de paz, por mais eficaz que pudesse parecer (Moita 2005, 5). A MONUA durou até 1999. A ONU era na altura o único ator internacional que possuía um mandato oficial para estar presente em Angola e ajudar na negociação pacífica da paz no território (Pureza, Simões, José, e Marcelino 2007, 5).

Capítulo 2. Os principais vetores da política externa angolana

2.1 Política externa: conceito e principais características

Analisar a política externa consiste numa tarefa que se tornou cada vez mais importante e interessante para estudiosos e analistas das Relações Internacionais. Assim, podemos compreender que hoje em dia, a análise de política externa já se apresenta como uma área de estudos bem consolidada dentro do vasto campo em que consiste a disciplina das Relações Internacionais. Considera-se que a análise de política externa, como um campo de estudo distinto, teve origem pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial (Freire 2011, 14). Isso pode ser evidenciado através da existência de revistas especializadas nessa matéria em diversas partes do mundo (Salomón e Pinheiro 2013, 40), como é o caso da *Foreign Policy Analysis* nos Estados Unidos, a Revista Política Externa no Brasil, ou por exemplo a Revista Brasileira de Política Internacional, a Revista Mexicana de Política Exterior e muitas outras, bem como uma diversidade de livros, capítulos de livros e artigos sobre política externa, que serão mencionados ao longo desse capítulo.

Salomón e Pinheiro mencionam também que a obra de Richard Snyder, Henry W. Bruck e Burton Sapin de 1945, intitulada *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics* constitui a pedra angular na consagração da análise da política externa como um campo de estudos com identidade própria. Uma obra na qual se considera a política externa como o resultado da soma das decisões que foram sendo tomadas ao longo do tempo por decisores políticos. No entanto, embora essa tenha sido a principal marca deste campo, desde a sua constituição, importa salientar que a análise da política externa não se limita no processo decisório. Trata-se de um campo bastante amplo, que vai incluir outros aspetos como as influências, o contexto envolvente ou as práticas sociais existentes no momento, que vão ter impacto em todas as etapas do processo, desde a criação de uma simples agenda, à implementação das decisões tomadas (Salomón e Pinheiro 2013, 42).

No início, os Estados foram sempre o foco e principais atores na análise da política externa, como campo de estudo. No entanto, com o passar do tempo, tem sido cada vez maior a consideração da atuação de outros atores não estatais, como a União Europeia (UE), por exemplo, que tal como os Estados, é capaz de projetar seu poder no espaço internacional, para alcançar objetivos próprios (Saraiva, 2004). Embora possamos afirmar que a política externa não constitui um domínio exclusivo dos Estados, estes continuam a ocupar o papel de principais atores ou atores por excelência, que atuam, criam e implementam decisões, executando assim suas políticas externas. Tendo em conta o tema do nosso trabalho, analisar a China na política externa angolana, este capítulo terá um foco na análise de política externa, mais virada para o papel que os Estados têm nesse processo, sendo que os mesmos continuam a ser os principais formuladores de política externa.

Quando pensamos em política externa, podemos deduzir só pela expressão 'externa', que estamos a falar de políticas que atuam ou que no mínimo transcendem as fronteiras nacionais. Tal como estabelece Raimundo (2012) podemos entender a política externa, como um conjunto de cálculos e decisões levados a cabo pelo Estado, com vista a alcançar ou melhorar determinados ganhos de interesse nacional. Um contributo similar é dado por Santos (2012), ao entender a política externa como o total das ações, decisões e procedimentos desenvolvidos por Estados, que são executados por órgãos com a devida autoridade, utilizando recursos e instrumentos específicos, que tenham à disposição em cada momento (Santos 2012, 1). Rodrigues (2004) também analisou sobre o assunto, concluindo que a política externa permite aos Estados arquitetar, conservar e alargar o poder e consequente influência que têm fora de suas fronteiras (Rodrigues 2004, 46).

No quadro da sua política externa, o Estado atua de acordo com seus valores e princípios internos, o que pode ser simples quando o ambiente, além-fronteiras nacionais, em que atua favorece estes princípios. Quando ocorre o contrário, o Estado tende a usar meios necessários para transformar o ambiente a seu favor (Raimundo 2012, 140). Seguindo essa linha de pensamento, Gomes (1990) também contribui estabelecendo uma relação de causa e efeito entre a força político-económico-militar e uma política externa eficaz, no sentido em que quanto maior for

essa força, mais eficaz resultará ser a política externa do Estado (Gomes 1990, 55). A mesma ideia foi defendida por Sita (2017, 22). Por sua vez, Bembe (2016), afirma que a política externa de um Estado tem unicamente duas bases fundamentais, que seriam o poder real do Estado, conhecido e disponível para ser projetado no entorno mais próximo ou em qualquer outro lugar, e as características do meio em que se encontra o Estado, especialmente a estrutura e projeção de poderes das grandes potências existentes em cada momento no sistema internacional (Bembe 2016, 5).

Os interesses e objetivos estratégicos e nacionais são os principais componentes da política externa de um Estado. Sendo assim, um Estado será mais abrangente e ambicioso na implementação de sua política externa quando tiver uma maior capacidade material (nível interno) de influência no sistema ou ocupar uma posição importante ou privilegiada no sistema internacional (Sauter 2017, 49). Certamente, Sauter ao falar de interesse nacional e de posicionamento do Estado no sistema internacional, remete-nos à ideia defendida por neorealistas como Kenneth Waltz (1979), que enfatizam a necessidade de sobrevivência dos Estados dentro do sistema internacional, um sistema que o autor caracteriza por anárquico (Waltz 1979, 104-106).

Segundo Waltz, não é uma estratégia inteligente para os Estados tentar conseguir o máximo de poder possível, tendo em conta a realidade do sistema em que se vive, pois, o sistema tal como é, não o permitirá e poderá agir contra os interesses do Estado (Ibid, 104-106). É relevante também o contributo de Mearsheimer, que ao contrário de Waltz, considera que conseguir o maior poder possível é uma boa estratégia para os Estados, que queiram assegurar a sobrevivência dentro do sistema e conseguir hegemonia (Mersheimer 2007, 72). O poder ou hegemonia, não é um fim em si mesmo, mas sim o meio mais eficaz para garantir a sobrevivência do Estado. Se aplicarmos isso à análise da política externa, podemos dizer que as decisões tomadas pelos Estados, não estão unicamente dedicadas a conseguir garantir a defesa nacional, mas também a lograr um maior e melhor posicionamento dos mesmos no anárquico sistema em que convivem com outros atores. Assim, enquanto Waltz defende um Neorealismo defensivo, Estados necessitam sobreviver no entorno anárquico, Mearsheimer defende um realismo ofensivo, obter vantagens sobre seus rivais, embora sempre indicando a sobrevivência como fim último

(Waltz 1979; Mersheimer 2007).

Bembe (2016) traz um contributo muito interessante, ao caracterizar a política externa como inevitável. Segundo o autor, os Estados são forçados a conduzir atividades de política externa, para poder satisfazer os mais variados interesses que acaba por criar uma ligação entre os Estados, de modo a resolver problemas ou satisfazer interesses comuns. Deste modo, os Estados precisam de manter contatos internacionais, pelo que acaba por ser uma necessidade, a relação com outros Estados ou com outros atores que atuam no cenário internacional (Bembe 2016, 3). Essa ideia é também defendida por Gomes (1990), ao estabelecer que não existem Estados autossuficientes, mas sim interdependentes. Os Estados encontram-se todos inseridos num “determinado meio de inter-relações e influências recíprocas que o condicionam” (Gomes 1990, 57). Com a análise destes autores, podemos assim equiparar o Estado ao ser humano, associando a natureza do Estado à própria natureza humana, no sentido em que nenhum dos dois pode viver no isolamento. No final das contas, os Estados são geridos por humanos e são os humanos que acabam por criar e compor os Estados, bem como decidir as normas que os regem.

Sita (2017) e Gomes (1990) ressaltam três aspetos principais na política externa de um Estado, nomeadamente o meio em que se encontra (a estrutura do sistema internacional), os interesses e objetivos pretendidos e, por último, as regras e princípios pelos quais uma política externa deve ser regida (Gomes 1990, 56; Sita 2017, 22). Quanto aos dois primeiros aspetos mencionados, dispensam grandes explicações, pois é fácil perceber que o Estado, ao elaborar a sua política externa, deverá ter em conta as características do meio em que se encontra e também os próprios interesses nacionais. No entanto, vamos fazer uma breve menção sobre o terceiro aspeto, analisando alguns dos vários princípios muito bem explicados por Gomes. Tratam-se de regras ou princípios que, segundo o autor, devem ser considerados ao elaborar uma política externa, que se espera ser eficaz (Gomes 1990, 66-67):

Em primeiro lugar, segundo o autor, os interesses e objetivos pretendidos devem ser bem definidos. Basicamente, a definição inicial dos objetivos permitirá que a política externa resultante seja consistente e tenha uma utilidade identificável. Em segundo lugar, uma vez estabelecidos os

objetivos e interesses, a política externa ao ser aplicada, deve velar pela continuidade na defesa desses interesses previamente estabelecidos. O autor esclarece que não se trata de ter uma política externa imutável, mas sim que embora a política externa deva ser flexível e facilmente adaptável à realidade e oportunidade vividas em cada momento, deverão sempre tratar de manter uma certa continuidade que deverá ser guiada pela história e o bom senso. Relacionado a este princípio, o autor menciona ainda a importância do consenso nacional, a qual considera necessária para ser possível manter a continuidade e defesa dos interesses nacionais. Havendo um consenso nacional, conseqüentemente teremos também uma coesão institucional dentro do Estado, evitando que as instituições internas, contradigam ou dificultem as decisões tomadas a nível externo (Ibid 66-67). Ou seja, podemos dizer que será necessário e condição *sine qua non*, que os fazedores de política externa procurem um consenso nacional no que diz respeito aos objetivos a serem alcançados, já que isso facilitará a continuidade e defesa dos mesmos.

Ainda relacionado com o explicado anteriormente, o autor menciona a necessidade da existência de coerência e sintonia entre a política externa de um Estado e as demais políticas de nível interno. Ao estarem sincronizadas, ambas poderão tirar partido uma da outra, perseguindo objetivos comuns e não perturbando o desenvolvimento uma da outra. O autor vai ainda mais além e menciona uma crescente tendência da evolução internacional em fundir política interna e externa, chegando ao ponto de não existir uma linha distintiva que seja facilmente identificável. Aqui podemos relacionar com o estabelecido por Freire (2011) ao afirmar que a política externa não existe de modo isolado e que se caracteriza por ser o resultado das dimensões doméstica e internacional, estando ambas presentes durante todo o processo de constituição da política externa (Freire 2011, 13).

Por último, Gomes menciona que toda política externa deve ser elaborada tendo em conta um plano temporal estabelecido para a sua execução. Acrescenta ainda que para que esse plano seja mais ou menos cumprido, é necessário que os objetivos estabelecidos sejam o mais realistas possíveis, de acordo com as capacidades próprias de cada Estado, evitando objetivos demasiado ambiciosos, que muitas vezes acabam por levar o Estado a situações de crises difíceis de se superar (Gomes 1990, 68-69).

Não existe uma definição única e absoluta de política externa, mas sim existem semelhanças nas várias definições existentes. Por exemplo, segundo Freire, “...entende-se por política externa o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações” (2011, 18). No entanto, de acordo com as várias definições aqui analisadas, e numa ótica dos Estados, foi possível elaborar a seguinte definição de política externa: Política externa é o conjunto de decisões e ações políticas tomadas por representantes com legitimidade própria para o efeito, decisões que são projetadas desde dentro para fora da esfera doméstica do Estado, sofrendo assim influências domésticas e com vista a satisfazer os interesses nacionais, tendo como fim último garantir a sobrevivência do Estado, dentro de um sistema com características próprias, considerado anárquico.

2.2 A política externa angolana no período do pós-independência (1975-2002)

É inegável que Angola se tem tornado numa grande potência na região da África Austral, no continente africano e no mundo. Inevitavelmente, essa crescente importância do país, tem feito com que a política externa do mesmo, seja alvo de debates e estudos. Tal como ficou espelhado em pontos anteriores, Angola esteve durante vários séculos sob domínio português e vai ser somente em 1975, que a antiga colónia portuguesa vai conquistar oficialmente a sua independência. A independência angolana foi rapidamente reconhecida pelo Brasil, em novembro do mesmo ano, tendo sido esse o primeiro país a reconhecer a jovem república (Silva 2016, 483).

Quanto ao continente africano, a maioria dos países africanos, reconheceu a jovem República Popular de Angola em 1976, ano em que a mesma foi admitida na OUA, atual União Africana (UA) (AngoNotícias, 2012). Este reconhecimento, estendeu-se também aos demais países da ONU, o que levou a admissão de Angola como membro da Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 1976, aquando da 31ª Sessão da Assembleia (Embaixada de Angola em Portugal, 2020). Importa ressaltar que o reconhecimento por Portugal não foi automático, sendo que a ex-

potência colonizadora reconheceu Angola como Estado independente, apenas a 22 de fevereiro de 1976, embora a independência tenha sido em 1975 (Portal Diplomático da República Portuguesa, 2020). Por outro lado, como era esperado, os EUA e a África do Sul não fizeram parte desse conjunto de países que apoiou Angola logo no início. No entanto, o reconhecimento feito pelos demais países já constituiu, na altura, uma vitória diplomática para o MPLA, frente aos outros dois movimentos, a UNITA e a FNLA (Francisco 2013, 73).

Desde que Angola se tornou independente, a 11 de novembro de 1975, tratou de criar e desenvolver relações diplomáticas, abrindo representações diplomáticas em várias partes do mundo, como forma de se afirmar diante da sociedade internacional e defender interesses nacionais (Bembe 2016, 5). No entanto, autores como Francisco (2013), consideram que a política externa angolana remonta muito antes da independência do país, com as pequenas ações diplomáticas desenvolvidas pelos, na altura, movimentos de libertação nacional, nomeadamente o MPLA, a UNITA e o FNLA (Francisco 2013, 14), sobretudo o MPLA. De fato, torna-se quase obrigatório mencionar o MPLA, ainda como movimento de libertação nacional, ao falar da formulação da política externa angolana. O que foi denominado Programa Maior e Programa Mínimo do MPLA, de 1960, viria mais tarde a servir de bases para a política externa do governo angolano após a independência. Nesse mesmo programa, no seu ponto terceiro, já se fazia menção à solidariedade para com os demais povos africanos que também se encontravam sob domínio estrangeiro, bem como o respeito pela soberania dos Estados (MPLA, 1960)³⁶.

As lutas de guerrilhas travadas durante o período colonial, proporcionaram aos líderes angolanos, certo nível de experiência que acabou sendo útil na criação do Ministério das Relações Exteriores logo após a independência, em 1975, bem como nas negociações que se foram fazendo a nível diplomático. Já nessa altura, a diplomacia era reconhecida pelos ‘novos’ líderes angolanos, como uma arma crucial no exercício da política externa de um Estado. Tanto o na altura Presidente, Agostinho Neto, como o seu sucessor José Eduardo Dos Santos, reconheciam firmemente a relevância que tinha a diplomacia, como meio de conservar a independência e

³⁶ “3. Unidade Africana: Solidariedade total para com todos os povos africanos que lutam pela sua independência completa contra o colonialismo e o imperialismo, e em particular para com os povos e movimentos políticos que lutam contra o colonialismo português.” (MPLA 1960, 1).

assegurar a soberania e integridade territorial de cada Estado (Alves 2013, 139-140).

Observam-se nos anos seguintes à independência, relações estabelecidas com Estados ideologicamente semelhantes, sendo a maioria deles da Europa Central e do Leste, incluindo outros Estados que historicamente estiveram presentes em Angola, como o caso do Brasil e Cuba. O período pós-independência foi bastante dramático para a política externa do país, devido à instabilidade política que se viveu na altura, com os recorrentes ataques entre os dois grandes movimentos de libertação nacional, que se converteu numa guerra civil duradoura e que causou imensos danos a distintos níveis no país. Logo após a independência, a ameaça de destituição do poder que se havia instaurado com a transição fez com que cada movimento procurasse aliados afins a seus interesses. Foi nesse contexto que o governo de Angola, sob comando do MPLA, manteve relações estreitas com antiga URSS, no sentido de conseguir apoios a nível de segurança e defesa, bem como apoio económico no que toca à reconstrução do país e formação de quadros nacionais (Bembe 2016, 11-12).

Somado a todos estes fatores internos, um terceiro fator externo aparece nessa equação: a Guerra Fria³⁷. Esta guerra travada pelas duas grandes superpotências na época, os EUA e a URSS, teve um impacto enorme no desenvolvimento da guerra civil que se travava também em território angolano, bem como nas políticas e acordos adotados pelos líderes nacionais. Os efeitos da Guerra Fria viram-se refletidos em solo angolano, desde que este jovem país alcançou a independência em 1975, até ao fim do conflito bipolar em 1989 (Fortes 2019, 5). Como se sabe, foi uma guerra de ideologias, o capitalismo era defendido pelos EUA e o comunismo pela URSS. Estas duas grandes potências disputaram durante anos o domínio ideológico no resto do mundo, sobretudo em África, onde as consequências da bipolaridade foram mais acentuadas, especialmente no caso de Angola, onde a mesma contribuiu no alargamento e desenvolvimento dos conflitos internos. Como estabeleceu Alves, a influência da Guerra Fria em África foi tal, que levou com que a política externa adotada por cada Estado estivesse direta ou indiretamente ligada

³⁷ Guerra Fria: é o nome usado para designar o período de rivalidades ideológicas entre os EUA e a URSS, que durante anos estiveram confrontados, ainda que de modo indireto, através de terceiros aliados de ambos lados. Encontrava-se o mundo bipolarizado, por um lado, o Bloco Oriental, e por outro, o Bloco Ocidental. Considera-se que o período vai desde 1947, com a Doutrina Truman de luta contra o avance do comunismo, até 1991, com a dissolução da União Soviética (Arguelles 2015, 138).

à segurança de cada um dos blocos (Alves 2013, 193). No entanto, embora as duas grandes potências da Guerra Fria tenham contribuído maioritariamente para a internacionalização dos conflitos armados angolanos, também outros países interferiram, em maior ou menor medida, nesse processo. Seria o caso, por exemplo, da África do Sul e Cuba (Fernando 2013, 51).

A figura de Presidente assumiu desde a independência um papel fulcral no desenvolvimento e aplicação da política externa em Angola. Isto ficou plasmado tanto na primeira Lei Constitucional de 1975 (artigos 38º e 39º) como na atual Constituição aprovada em 2010, na qual se estabelece que ao Presidente cabe as funções de ratificação dos tratados internacionais, decidir sobre a política externa do Estado bem como levar a cabo a acreditação dos representantes diplomáticos no estrangeiro (Constituição de Angola, 2010, 41). Angola logo após a independência esteve na mira não só das duas grandes potências que estavam em confronto na Guerra Fria, mas de muitas outras, como foi o caso de Cuba, África do Sul, Brasil, de entre outras, cada uma com seus objetivos e intenções próprias. O certo é que embora um Estado recém-independente, Angola conseguiu rapidamente desenvolver relações com um vasto número de países que eram do seu interesse. Segundo aponta Bembe, isso deve-se ao fato de Angola ser um país com uma riqueza tão grande e diversificada, que não passa despercebido no cenário internacional (Bembe 2016, 11). Além disso, Angola sempre teve um território com uma grande vantagem geoestratégica no mundo bipolar, vantagens que são visíveis também nos dias de hoje, por motivos que analisaremos mais adiante neste trabalho.

Um facto curioso sobre Angola que havíamos mencionado antes de modo sucinto, é que na altura da independência, devido ao desacordo existente entre os movimentos de libertação nacional, que até então estavam unidos contra os invasores portugueses, proclamaram-se duas repúblicas no mesmo território. Ao mesmo tempo que o MPLA proclamava a nova República Popular de Angola, na capital Luanda, a coligação UNITA-FNLA, tratou de estabelecer um governo alternativo, com sede no Huambo, proclamando assim a República Democrática de Angola. Assim, Jonas Savimbi (UNITA) proclamou a mesma no Huambo e Holden Roberto (FNLA) reforçou a mesma proclamando-a no Uíge. Devido à estes desentendimentos, cada um dos movimentos tratou de procurar ajudas externas para assegurar o poder e liderança do território. Diante dessas

circunstâncias, a procura do reconhecimento dentro da comunidade internacional como o legítimo representante do povo angolano, foi prioridade número um na agenda do MPLA (Francisco 2013, 69). Assim, logo após a independência, o MPLA teve grande ajuda por parte da URSS, já que os líderes do MPLA compartilhavam (ou diziam compartilhar) os mesmos ideais comunistas, em troca de fornecimento de armas de guerra, bem como um certo apoio financeiro. Assim, grande parte do armamento utilizado pelas FAPLA³⁸ era proveniente da ajuda soviética, calculada aproximadamente em 618 milhões de dólares em armamentos. A UNITA, por sua vez, teve o apoio dos EUA (Alves 2013, 148).

Outro país que também esteve presente no período pós-independência foi a Cuba, apoiando o MPLA. Embora as relações diplomáticas entre Cuba e Angola tenham iniciado logo após a independência angolana, vai ser somente em julho de 1976 que ambos os países vão assinar um convênio que se estendia a distintas áreas de colaboração, nomeadamente as áreas da saúde, construção, indústria, educação, etc. (Alves 2013, 143). Temos também a Itália, que em 1977 assinou com Angola um Memorando de Intenções com objetivo de cooperação entre os dois países, tendo culminado na assinatura de um acordo de cooperação bilateral, em 1978 (Ibid, 149). Temos ainda a França, que incrementou significativamente relações bilaterais com Angola, logo após a visita a Luanda de François Poncet, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1981 (Ibid, 149).

Por sua vez, o Brasil partilha com Angola uma história similar, já que ambas as potências fizeram parte do império colonial português. Mas diferente de Angola, o Brasil alcançou sua independência muitos anos antes de Angola. De fato, foi no século XIX, ano 1822 que o Brasil conquistou sua independência, enquanto que Angola apenas se tornou independente mais de um século depois, em 1975. No entanto, como potência independente, sempre foi do interesse do Brasil a independência de Angola e de outros países de expressão portuguesa, devido aos benefícios que uma língua comum poderia trazer. Como é comprovável na realidade, a partilha de

³⁸ FAPLA: Forças Armadas Populares de Libertação de Angola. Foi o exército utilizado pelo MPLA, durante a guerra civil. As FAPLA duraram até 1991 com o fim do mono partidário, e o este exército foi mais tarde substituído pelas Forças Armadas Angolanas (FAA) (Tchalyongo, 2019).

um mesmo idioma leva também a uma maior proximidade entre povos de distintas nações e facilidade nas comunicações bilaterais e partilha de interesses. Foi por este motivo que o Brasil foi incluído na lista dos primeiros países que reconheceram a independência angolana. De facto, tal como já foi referido, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer Angola como país independente, no mesmo ano em que a independência angolana foi proclamada, em 1975 (Silva 2016, 483).

Não poderíamos deixar de mencionar também as demais ex-colónias portuguesas como Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Moçambique, que juntamente com Angola, acabaram por formar o grupo dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), também conhecidos como a África lusófona. Como mencionamos anteriormente acerca do Brasil, o fato de existir um idioma comum, é de extrema importância no âmbito de relações entre países. Após a independência dos PALOP, os mesmos trataram muito rapidamente de criar estratégias que permitissem recuperar e desenvolver laços de amizade e cooperação, aproveitando-se do fato de partilharem idioma e história comuns. Foi o caso, por exemplo de Angola e Moçambique, que assinaram um Tratado de Amizade, de Cooperação e Ajuda Mútua, a nível partidário e governamental, a 19 de setembro de 1978, apenas 3 anos após a independência angolana (Agência Angola Press, 2003).

Uma das consequências dessa união entre os países da África Lusófona, foi permitir aos PALOP adquirir meios e legitimidade suficientes para intervir e apoiar em crises de outros países africanos como foi o caso do apartheid na África do Sul, ou por exemplo a independência da Namíbia, nos quais o governo angolano teve um papel exemplar. Outro acontecimento importante foi também o apoio dos PALOP na libertação de Nelson Mandela³⁹. Todos esses acontecimentos, contribuíram para que surgisse no seio da sociedade internacional, a ideia de uma nova era para a África Austral. Uma África Austral capaz, composta por países dispostos e capazes de criar condições suficientes de cooperação, com vista a alcançar a paz na região (Alves 2013, 151).

Uma das características que sempre foi constante na política externa de Angola foi a

³⁹ Nelson Mandela, foi Presidente da África do Sul entre 1994 e 1999. Considerado o mais importante líder negro africano, ícone da liberdade, pelo seu engajamento na luta pelos direitos dos negros, luta contra o racismo e o apartheid na África do Sul. Engajamento que o levou à prisão por 27 anos. Foi merecedor do Prémio Nobel da Paz de 1993 (Gessat, 2020).

solidariedade para com outros Estados africanos e não só. Embora seja certo que também existiram interesses nacionais, sobretudo de segurança interna, como incentivo da participação angolana em muitas das crises na região em que se encontra, o certo é que Angola, desde a sua independência, mostrou-se uma potência disposta e capaz de dar um grande contributo no alcance da paz e estabilidade na região austral e, conseqüentemente no continente africano. Por exemplo, uma das preocupações do governo angolano foi pôr fim ao regime do apartheid em vigor na África do Sul, considerado na altura como uma ameaça à paz no continente.

Outra questão que guarda bastante relação com o problema do apartheid na África do Sul, e que também preocupava o governo angolano, era a independência da Namíbia. Assim, depois de várias tentativas e esforços, Angola consegue de modo legítimo encontrar uma solução para esses dois problemas através da implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta resolução versa sobre a independência da Namíbia e conseqüente ajuda ao movimento independentista namibiano SWAPO, que durante anos lutou por essa independência. A resolução reconheceu a SWAPO como o único e legítimo representante do povo namibiano. Também toca na questão do regime do apartheid, proporcionando apoio ao movimento sul africano ANC⁴⁰ que durante anos combateu esse regime no país (Simão, Guedes, & Nieto 2017, 114).

“Angola acolheu a SWAPO e permitiu-nos utilizar o seu território para levar a cabo a luta política, diplomática e armada para libertar a Namíbia” - Patrick Nandago⁴¹ (Jornal de Angola, 2020).

Outro fenómeno curioso a mencionar é o que ficou conhecido por política de *linkage*. Cujo propósito essencial era condicionar a independência namibiana da África do Sul, com a retirada das tropas cubanas que se encontravam em Angola ao apoio do MPLA. Foi uma política fomentada sobretudo pelos Estados Unidos, juntamente com a África do Sul, que até então apoiava a UNITA e

⁴⁰ ANC: corresponde ao Congresso Nacional Africano, antigo movimento e atual partido político sul-africano, criado na década dos 40, com o objetivo de lutar pelos direitos dos negros na África do Sul e contra o apartheid. Constitui atualmente o maior partido político no país (Deutsche Welle, 2020).

⁴¹ Embaixador namibiano acreditado em Angola (Jornal de Angola, 2020)

partilhava interesses. Como já ficou mencionado nesta dissertação, a relação entre o MPLA e os EUA nunca foi a de ‘melhores amigos’, pois seus interesses caminhavam em direções opostas. O interesse norte-americano em apoiar Portugal como potência colonizadora justificava-se, em parte, porque os EUA tinham uma importante base militar nos Açores, e também pelo interesse que tinham em apoiar a subsistência de regimes de supremacia branca existentes em África, como o caso do apartheid na África do Sul (Fernando 2013, 43).

Agostinho Neto, no curto período que teve como Presidente do partido MPLA e da República Popular de Angola (1975-1979), tentou estabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos. No entanto, aos EUA interessava que a África do Sul mantivesse suas tropas em território angolano, como forma de apoio ao regime de supremacia branca então vigente naquele território. Por outro lado, os EUA sabiam que a presença das tropas cubanas em Angola ameaçava seus interesses a respeito da África do Sul e também com a UNITA. Assim, os Estados Unidos vão colocar a questão da retirada das tropas cubanas de Angola como condição *sine qua non*, para a normalização da relação entre o seu governo e o governo angolano. Vão ainda mais além e condicionam também a independência da Namíbia com a retirada de Cuba sobre o território angolano, o que foi visto com grande indignação por parte do governo angolano e muitos outros países pertencentes à ONU. Para Angola, a presença cubana em seu território era, em primeiro lugar, uma questão de relação bilateral entre ambos os países e, em segundo lugar, justificava-se para combater a constante invasão que a África do Sul realizava em território angolano, violando assim sua soberania e integridade territorial. Por essas razões, não deveriam constituir um problema nas relações entre Angola e o EUA (Francisco 2013, 78).

Contudo, a política de *linkage* fracassou, pois não teve suporte por parte das Nações Unidas, tendo sido considerada ilegítima, porque não constava na já aprovada Resolução 435/78 que versava sobre esse assunto. Além disso, ficou reconhecido pelas Nações Unidas que a presença cubana em Angola entrava na esfera dos assuntos internos de ambos os países, já que se tratava de um acordo bilateral entre Angola e Cuba, no qual países terceiros não deveriam interferir. Neste sentido, Angola conseguiu que a ligação entre a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas em seu território fosse recusada (Alves 2013, 184). Diante do

fracasso dessa política, os EUA vão lançar mais tarde uma política de *constitutive engagement* com o principal objetivo de incluir a África do Sul como um dos Estados que legitimamente contribuiu para a pacificação do continente, sem que fosse conotada como uma das causadoras da desestabilização da região da África Austral (Francisco 2013, 101).

Chegados à década de 80, ainda com a questão da Namíbia por se resolver, somadas as ações tomadas pelo governo angolano para fortalecer relações com a anterior OUA⁴² e com outros países como o Gana, Sudão, Malásia etc., a diplomacia do governo angolano passou por momentos de tensões (Alves 2013, 190). Em dezembro de 1982, Angola reuniu-se pela primeira vez com a África do Sul, na Ilha de Sal (Cabo Verde), onde ambos os países discutiram sobre a situação da retirada dos militares sul africanos que ainda se encontravam em território angolano, ao apoio da UNITA, e também sobre a possibilidade de se implementar definitivamente a já mencionada Resolução 435 da ONU que, entre outros aspetos, versava sobre a independência da Namíbia (Francisco 2013, 102). A 21 de março de 1990, Angola finalmente consegue um dos seus grandes objetivos na região: a independência da Namíbia (Nebe, 2020). Nessa altura, embora ambos os países haviam chegado a um acordo e se haviam posto fim as rivalidades até então existentes, o apartheid na África do Sul persistiu. No entanto, o mito da superioridade militar sul-africana que existia entre os angolanos, aos poucos foi perdendo relevância (Francisco 2013, 109).

Quanto à China, foco da presente dissertação, o governo angolano levou a cabo várias ações, com vista a regularizar as relações com a potência asiática, que muito interessava para o desenvolvimento económico do país. O estabelecimento dos primeiros contatos oficiais mais diplomáticos entre ambos os países foi realizado na sede das NU, onde ambos os países defendiam a candidatura do líder africano da Tanzânia, Salim Ahmed Salim, para o cargo de secretário-geral das Nações Unidas (Alves 2013, 190-91). No entanto, somente quase uma década após a independência angolana, a China reconheceu o jovem país. Assim, em janeiro de 1983, estabeleceram-se as relações diplomáticas entre ambos os Estados (Pautasso 2010, 112). Analisaremos com mais detalhes as relações sino-angolanas, no capítulo seguinte.

⁴² OUA: Organização da Unidade Africana, antecessora da União Africana.

Como já ficou provado, Angola tornou-se num dos principais campos de batalha da Guerra Fria (Sita 2017, 18). Alves (2013) aponta que durante esse tempo, a política externa dos Estados que foram vítimas diretas desse conflito, estava aliada à segurança de cada bloco. Quando a Guerra Fria termina, com a queda da URSS, principal apoiante do governo angolano (MPLA), Angola era um dos muitos Estados africanos com regimes monopartidários e viu-se numa situação de confronto entre o regime socialista e monopartidário até então em vigor e a implementação de um regime democrático e de economia de mercado, com vista a impulsionar o desenvolvimento económico do país. Assim, Angola decidiu que era altura de mudanças significativas no sistema e decidiu dar início a uma nova fase na sua diplomacia, inclinando-se para a intensificação da diplomacia económica⁴³ e apostando no investimento em tecnologias de informação (Fortes 2019, 6). Pretendia assim apostar numa maior inserção do país no contexto da sociedade internacional, no geral, e em África, com ênfase na região da África Austral, em particular.

Durante o governo de Agostinho Neto, o foco principal era manter a independência conquistada e preservar a soberania do território. No entanto, Dos Santos ao chegar a época dos 90, sabia que era necessário abrir o país ao mundo e adaptar-se a um mundo cada vez mais globalizado, se quisesse obter financiamento para desenvolver económica e socialmente o país. Afinal, o idealismo socialista, mostrou-se incapaz de proporcionar à jovem nação os resultados que precisava. O desmantelamento do bloco socialista só confirmou essa realidade (Francisco 2013, 115).

Por essa razão, era importante estabelecer e/ou reforçar relações com países que até então não mantinham grandes relações com Angola, como era o caso da África do Sul e os EUA.

⁴³ Diplomacia económica: desenvolvida pelos estados a nível bilateral ou no seio de Organizações Internacionais. É aplicada quando a intervenção do Estado na economia se releva útil, para suprir falhas existentes no mercado nacional. Nesse sentido a diplomacia económica serve de instrumento para defender, a nível externo, interesses económicos do Estado e para servir de apoio às empresas nacionais, já que permite incentivar investimento estrangeiro e aumentar as exportações, criando mais empregos qualificados (Galito, 2012). Também definimos diplomacia económica como “uma forma de diplomacia, o uso de uma vasta gama de instrumentos económicos e políticos do Estado (através da/pela sua política externa) com o propósito de atingir determinados interesses económicos (ou políticos) nacionais, particularmente no exterior” (Ponte e Sousa 2019, 49).

Angola sabia que a cooperação mais intensiva e entendimento com a África do Sul era condição *sine qua non* para o estabelecimento de uma paz duradoura na região e um clima de estabilidade. O ponto que marcou uma reviravolta na relação entre os dois países foi a visita à capital angolana do então Ministro dos Negócios Estrangeiros sul africano, Roelof Pik Botha, em 1990. Como consequência, quatro anos mais tarde, a 27 de maio de 1994, ambos os países estabeleceram finalmente relações diplomáticas formais a nível de embaixadas (Agência Angola Press, 2017). Levou seu tempo, mas finalmente os dois países resolveram suas diferenças e decidiram cooperar. Iniciou-se assim uma nova era para essa região do globo, onde a África do Sul implementou esforços para se afirmar como a porta-voz da região, sempre competindo com o governo angolano, que também tenciona ser um ponto de referência na região. Era inevitável que ambas as potências chegassem a um ponto de cooperação e convivência pacífica. Tal como estabeleceu Mearsheimer (2001), as grandes potências tendem a temer-se umas às outras e estão constantemente a tentar aliviar o clima de tensão através de uma maior partilha de poder no sistema internacional (Mearsheimer 2001).

Importa mencionar também que, em resultado das transformações políticas e económicas ocorridas em Angola, os EUA já tinham mais interesse em fortalecer as relações com Angola, para que estas fossem de mútuo interesse. Angola, também tinha interesse nisso, pois sabia que a relação com os EUA favoreceria a obtenção da ajuda financeira internacional que precisava, bem como o apoio das instituições financeiras internacionais como o FMI. A relação entre ambos os países desenvolveu-se muito, de tal modo que em maio de 1993, os EUA reconheceram finalmente o governo angolano e seu Presidente José Eduardo dos Santos. Angola converteu-se, na altura, num grande parceiro comercial dos EUA dentro da região austral (Fortes 2019, 7). O autor menciona assim, entre outras mudanças, a adoção por parte de Angola do multipartidarismo, uma economia de mercado, a implementação da democracia e a abertura do mercado internacionalmente (Ibid, 9). Bembe reforça ainda dizendo que Angola, com a nova conjuntura internacional que se apresentava, viu-se obrigada a atualizar suas prioridades no sentido de conseguir uma política externa mais ativa, já seja bilateral ou multilateralmente (Bembe 2016, 8).

Keohane e Milner (1996) estabeleceram que, de um modo geral, quando o país abre suas portas para o mundo global e para a internacionalização, novas coalizões são criadas, abrindo assim novas oportunidades para o país, como consequência dessa abertura (Keohane e Milner 1996, 15). É certo que a abertura do país e a adoção da economia de mercado trouxe para Angola benefícios e novas oportunidades. Mas, também deixou o país mais vulnerável e dependente do contexto internacional. Como ficou explicado pelos autores, a abertura dos países culminou no aumento do comércio internacional e do fluxo de capitais entre as economias. Consequentemente, aumenta também o nível de exposição das economias domésticas às pressões do mercado mundial. Portanto, as economias tornam-se mais sensíveis aos choques de preços internacionais. Em palavras dos autores, “A internacionalização, portanto, significa que os choques econômicos do exterior serão mais plenos e rapidamente traduzidos na economia doméstica...” (Ibid, 15 Tradução da Autora). Como consequência, os choques económicos acabarão por ter grandes impactos nas economias domésticas e poderão gerar crises políticas, sobretudo em economias menos estáveis. Os autores acrescentam ainda que, muitas vezes o impacto das pressões internacionais em economias domésticas é tal que acaba por forçar profundas reformas nas políticas e instituições nacionais (Ibid, 15-16).

Aplicando o anteriormente exposto ao caso de Angola, vemos que ao abrir-se ao mundo, ficou vulnerável ao impacto que a variação do preço do petróleo causava, já que o governo criou durante anos uma economia não diversificada, dependente quase que exclusivamente de recursos naturais, com destaque para o petróleo. Fortes (2019) menciona que a transformação do modelo económico e político em Angola ocorreu em condições muito delicadas. Em termos políticos, com a queda do muro de Berlim e o fim da URSS, o governo havia perdido um dos seus maiores aliados e financiador. Em termos económicos, a crise do petróleo de ocorrida entre 1990 e 1991, também conhecida como crise do Golfo (relativo à Guerra do Golfo⁴⁴), levou a uma redução significativa das reservas cambiais do governo angolano, e reduziu assim a capacidade importadora do mesmo (Fortes 2019, 9).

⁴⁴ Crise do Golfo, também conhecido como Terceira crise, foi o terceiro grande choque mundial que ocorreu no mercado petrolífero, ligado à invasão iraquiana no Kuwait e com origem na crise económica iraquiana resultante das dívidas obtidas durante a guerra contra o Irão (Melo 2008, 17-18).

It seems clear that the economic as well as political effects of internationalization are neither simple nor uniform (Keohane & Milner 1996, 15).

Em suma, desde que o país alcançou a independência, pelo menos nos primeiros 15 anos seguintes, a política externa implementada pelo governo do MPLA, resumiu-se, à defesa constante de sua soberania como Estado independente e o reconhecimento do mesmo diante da comunidade internacional. Foi uma das razões que fez com que o país tratasse de ter o apoio da URSS e de Cuba logo nos primeiros anos do governo, o que fomentou a constante e duradoura hostilidade dos EUA, no contexto da Guerra Fria (Francisco 2013, 71). No entanto, foi graças ao apoio que o MPLA teve, por parte de potências como a URSS e de Cuba, que o governo conseguiu, após longos anos de conflitos, uma vitória militar sobre os outros dois movimentos UNITA e FNLA; e também conseguiu que se respeitasse sua integridade e soberania territorial, com a retirada das tropas sul-africanas e zaienses que ainda se encontravam presentes no país. Na verdade, quanto à FNLA, que havia sido apoiada pelo Zaire, o seu fracasso já havia começado pouco depois da independência, e sua força foi sendo cada vez reduzida, sendo substituída pela UNITA no papel de maior movimento de oposição ao MPLA. Por sua vez, a UNITA, teve momentos de fracasso e outros de ressurgimentos, como por exemplo na década de 80, quando se afirmou como a principal alternativa para o povo angolano, como força política e militar, situação que prevalece até hoje, no que diz respeito à força política (Francisco 2013, 72).

Com o fim da Guerra Fria e desmoronamento da URSS, somadas as reformas implementadas pelo governo do MPLA, o fim do apartheid na África do Sul, bem como o novo contexto internacional no pós-Guerra Fria, estavam criadas as condições favoráveis para a negociação da paz entre o governo do MPLA e a UNITA (Ibid, 116).

Salientamos que essa dissertação versa sobre a política externa angolana do século XXI, tendo como ponto de partida o ano de 2002. No entanto, era imprescindível apresentar um breve resumo da política desenvolvida nos anos anteriores à 2002, para percebermos melhor o contexto e a realidade do país em anos posteriores. Afinal, muitas das políticas ainda hoje existentes

constituem uma continuação e extensão das políticas criadas durante o período do pós-independência, como ainda veremos mais adiante.

2.3 A política externa angolana no pós-guerra civil

João Porto e Jenny Clover (2003) estabeleceram que em 2002, ocorreu na Assembleia Nacional de Angola, um ato histórico, que pôs oficialmente fim ao maior e mais longo conflito na África Austral, a guerra civil angolana. O fim da guerra trouxe consigo uma variedade de questionamentos sobre as relações entre Angola e seus vizinhos, sobretudo em questões de cooperação interestadual sobre assuntos de relevância estratégica para a região em que se encontra inserida (João Porto & Jenny Clover 2003, 65).

Porém, entre 2002 e o fim dessa década, os anos foram marcados por uma tentativa de reconstrução nacional a todos os níveis, bem como esforços por parte do governo angolano em conquistar seu lugar no cenário regional e internacional. Mesmo durante a guerra civil, Angola sempre deu sinais de ser uma potência relativamente importante para outros, se tivermos em conta que os conflitos internos no país conduziram à participação de potências não-regionais, algumas com bastante peso internacional, tal como foi o caso da URSS e os Estados Unidos (Bonacina & Serpa 2017, 132).

Voltando ao mencionado sobre a importância dos acontecimentos anteriores à 2002, é certo que com a paz definitiva em 2002, o governo angolano liderado pelo MPLA, teve a oportunidade de moldar e desenvolver melhor as bases de sua política externa. Não obstante, essa política não surgiu do nada. Teve influência de toda a experiência adquirida pelo governo enquanto movimento de libertação nacional, e depois enquanto travava uma guerra civil com a UNITA e a FNLA. De fato, podíamos dizer que as linhas mestres da política externa começaram a ser desenvolvidas significativamente logo após a independência. Podemos mencionar a Terceira Reunião Plenária do Comité Central do MPLA, realizada em Outubro de 1976, onde foram traçados vários pontos importantes, dos quais podemos destacar (Francisco 2013):

- Estabelecer e desenvolver relações diplomáticas com todos os países do mundo. Tendo como base o respeito mútuo pela soberania nacional e integridade territorial... (Ibid,69);

- Anular e invalidar todos os compromissos internacionais firmados ilegítimamente por Portugal em nome de Angola. Apenas os acordos realizados pelo novo e legítimo governo seriam válidos, a luz das normativas aprovadas (Ibid,70);
- Proteger os cidadãos angolanos no estrangeiro, bem como salvaguardar seus interesses (Ibid,70);
- Respeitar os princípios estabelecidos pela Carta das Nações Unidas e pela OUA (atual União Africana) (Ibid,70);
- Por último, e não menos importante, praticar a solidariedade para com os povos que ainda se encontravam oprimidos e apoiar movimentos de libertação nacional que ainda lutavam pela independência de seus povos, como foi o caso da SWAPO na Namíbia (Ibid,70).

Igor Silva estabeleceu que existe um consenso entre os estudiosos de Relações Internacionais, sobre a posição de agente regional importante que Angola tem e mantém desde 1975, ano de sua independência, sendo que em 2002, com o fim da guerra civil, as capacidades do Estado angolano incrementaram-se significativamente (2015, 140). Na mesma linha de pensamento, Ricardo de Oliveira afirmou que a década do pós-guerra civil serviu de grande aprendizagem para os angolanos, em matéria de política e economia (Oliveira 2015, 191).

Com diferentes enfoques, exemplos e argumentos, muitos autores falam em reformas quanto aos principais objetivos da política externa angolana do pós-guerra civil, tendo em conta que em período de guerra, como é compreensível, o Estado esteve diretamente focado na resolução dos conflitos armados internos. Oliveira pronuncia-se, dizendo que “na esfera internacional, o objetivo da reforma tem sido diminuir as pressões externas e melhorar a reputação de Angola” (2015, 191). Para alcançar este objetivo, o autor menciona duas estratégias chave que têm sido utilizadas pelo governo angolano. A primeira é a diversificação das parcerias, o que implica uma vontade do governo angolano de não permanecer na dependência exclusiva de parceiros tradicionais. Ora é neste âmbito que podemos enquadrar a parceria com a China, tema central desta dissertação. A outra estratégia consiste em reformular antigos alinhamentos. Aqui podemos pensar em alinhamentos que Angola tem com parceiros tradicionais como Portugal, de

modo a procurar que os interesses nacionais do governo angolano também estejam significativamente presentes e sejam levados em conta. Angola efetivamente não deixou de valorizar outros parceiros mais tradicionais.

O FMI é outro exemplo disso. Segundo os analistas do Centro de Pesquisa de Assuntos Políticos e Económicos de Angola (CEDESA), os modelos propostos pelo FMI, embora com grandes potencialidades, não são suficientes, para levar o desenvolvimento económico angolano ao nível seguinte, pois o país ainda carece de um setor privado bem desenvolvido e forte, que pudesse movimentar a economia, bem como de instituições fortes o suficiente, com capacidade de garantir um livre funcionamento do mercado. Assim sendo, embora sejam necessárias as políticas propostas pelo FMI, torna-se igualmente necessário complementar essas políticas com outras, propostas por novos parceiros como a China, que ajudem assim a encontrar um certo equilíbrio dentro daqueles que são aos objetivos finais de desenvolvimento do país (CEDESA, 2021).

Sobre esse assunto, Carlos Alves menciona que o início do século XXI trouxe consigo uma nova fase diplomática para Angola e introduziu na agenda política do Estado angolano a diplomacia económica, a inovação e as tecnologias da informação (2013, 193). Segundo este autor, os diplomatas angolanos fizeram o esforço de desenvolver a partir de 2002 ações para resolver conflitos em África, concretamente naqueles países que fazem fronteira com Angola, por significarem ameaças mais imediatas e próximas à estabilidade angolana (Ibid, 225). Também Sita (2017) anotou que Angola, depois da guerra civil (2002), baseou a sua política externa numa diplomacia pacífica, no contexto regional, através das diversas organizações africanas das quais faz parte. Podemos assim mencionar a União Africana, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), ou até mesmo a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) (2017, 22). Como era esperado, a paz trouxe inúmeros benefícios para o território angolano. Deu-se a reconciliação nacional e a implementação da democracia (Bembe 2016, 11).

Com a paz estabelecida em Angola, surgiu outra necessidade de reforma na política externa, no sentido de redefinir a mesma, bem como atualizar a lista dos objetivos a serem

alcançados no domínio externo. Durante anos, a política externa teve como principal objetivo defender a tão valorizada independência que o país havia alcançado, e também a integridade do território. No entanto, com a paz, o governo viu-se na necessidade de expandir mais seus objetivos e redefinir uma política externa não só focada na defesa da do território, mas também encaminhada a outros objetivos como a reconstrução do país e a promoção da imagem de Angola no cenário internacional, como uma potência regional, a não ignorar (Simião 2014, 5). Nesse sentido, Simião acrescenta que, Angola tratou de desenvolver relações amigáveis e de cooperação com todos os países do mundo, baseadas nos “princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, reciprocidade de vantagem e não ingerências nos assuntos internos de cada país” (Ibid, 38).

Já no período pós-independência, os políticos angolanos reconheciam a relevância da cooperação como instrumento político necessário para a consecução da diplomacia e alcance dos objetivos pretendidos. Durante esse período, o MPLA por exemplo usou-se da cooperação com certos países como a URSS, Cuba etc., para conseguir apoio e combater a UNITA e conseguir implementar o socialismo no país (Alves 2013, 141). Com o fim da guerra civil, a importância desse instrumento não diminuiu. De fato, tal como indicou Bembe, Angola viu-se com a inevitável necessidade de ampliar a cooperação bilateral com certos países, no intuito de impulsionar o desenvolvimento económico no país (Bembe 2016, 9). Podemos mencionar aqui os acordos celebrados entre Angola e África do Sul, em novembro de 2007, no sentido de cooperarem em matéria de petróleo e do turismo. Ficou também declarada a intenção por parte de ambos os Estados, de estabelecimento de isenção de vistos para cidadãos portadores de passaportes ordinários angolanos e sul-africanos. Essa declaração de intenções vai ser finalmente implementada na prática em 2017, entrando em vigor em dezembro do mesmo ano, com a assinatura de um acordo de isenção de vistos entre ambos os países (Agência Angola Press, 2017).

A partir de 2002, também a China sob o Presidente Hu Jintao, intensificou o investimento direto estrangeiro e Angola não ficou de parte. Quase dois anos mais tarde, Angola conseguiu

ajuda financeira por parte da China, de cerca de dois mil milhões de dólares, para levar a cabo os projetos de reconstrução do país. Por sua vez, a China obteve o direito de levar a cabo a produção do petróleo em território angolano, através da empresa chinesa de energia Sinopec (Alves 2013, 219).

2.4 Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

As políticas interna e externa angolanas foram levadas a cabo sempre no sentido de conseguir o reconhecimento internacional como um Estado independente, com autonomia e governo próprio e como um ator importante na região, capaz de velar, junto com outros, pela paz e segurança no continente, denunciando todos os atos que pudessem ameaçar a consecução desses objetivos, como foi o caso da política de *linkage*, anteriormente explicada. Neste sentido, é imprescindível mencionar a passagem dessa jovem nação, Angola, pelo CSNU, já que até então havia sido um dos maiores logros conseguidos pelo governo angolano. Mencionaremos também alguns logros associados direta ou indiretamente com a entrada no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Apenas alguns poucos meses após o fim dos conflitos civis e a assinatura dos Acordos de Paz em abril de 2002, este jovem país anunciou, em julho do mesmo ano, perante a comunidade internacional a intenção de se candidatar como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Um dos fundamentos que utilizou em sua candidatura, foi a sua participação e empenho para a resolução dos conflitos armados na República Democrática do Congo, no Congo Brazzaville e na histórica região dos Grandes Lagos Africanos. A região dos Grandes Lagos, situada na África Austral, tem um histórico constante de conflitos e de instabilidade e Angola tem tido um papel crucial na obtenção da paz na região. Um papel que foi reconhecido tanto pela ONU como por países africanos (Aguirre, 2019).

Angola, tendo conseguido convencer os demais Estados e obtido 181 votos a favor, conseguiu seu lugar como membro não permanente do CSNU, por um período de 2 anos, durante

os quais, como era esperado, os assuntos africanos tiveram relevância (Simião 2015, 78). É de se referir que a China foi um dos principais países apoiantes da candidatura angolana no CSNU (Bernardo 2019, 59). O CSNU é um órgão da ONU, que tal como estabelecido no Artigo 24^o 45 da Carta das Nações Unidas (1945), tem como “principal responsabilidade a manutenção da paz e da segurança internacionais” (Nações Unidas 1945, 20).

A presença de diplomatas angolanos no CSNU trouxe benefícios para o país, pois além de poderem ter a oportunidade de levar assuntos de segurança do continente africano na mesa dos debates das NU, permitiu também aos diplomatas adquirir experiência valiosa no exercício de suas funções, bem como desenvolver e melhorar a estrutura e funcionamento do MIREX⁴⁶. Um outro assunto que constituiu uma grande vitória para o governo angolano, durante a sua presença no Conselho, foi a questão da Conferência dos Grandes Lagos Africanos ter vencido as barreiras do CSNU, já que Angola chamou à atenção da Comunidade Internacional, incluindo esse tema na agenda diplomática do Conselho em 2003 (Pedro 2018, 38-39).

É de notar que o fato de Angola ter conseguido assumir pela primeira vez o assento como membro não permanente do CSNU (em 2003), pouco depois de haver terminado com os conflitos armados em seu território, em 2002. Aqui podemos, talvez, interpretar esse acontecimento como uma estratégia da ONU, no sentido de manter ‘controlada’ essa jovem nação que após longos anos de guerra civil, havia alcançado a paz. Afinal, a guerra em Angola constituía uma ameaça não só à paz regional, mas também internacional. países vizinhos, incluindo Angola.

Outro acontecimento a destacar foi o fato de Angola ter assumido a presidência rotativa anual da SADC, em janeiro de 2011. Constituída por 15 países⁴⁷, as fronteiras da SADC vão desde

⁴⁵ “Artº. 24 1. A fim de assegurar uma ação pronta e eficaz por parte das Nações Unidas, os seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que, no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade, o Conselho de Segurança aja em nome deles” (Carta das Nações Unidas de 1945).

⁴⁶ MIREX: Ministério de Relações Exteriores de Angola, criado logo após a independência em novembro de 1975. Segundo o site oficial desse Ministério, o mesmo foi criado com a responsabilidade de “auxiliar o Presidente da República na coordenação, formulação, planificação, execução e avaliação da política externa e de cooperação internacional da República de Angola em todas as suas vertentes, para afirmação do país na defesa dos interesses nacionais no contexto internacional.” (Ministério das Relações Exteriores, 1975)

⁴⁷ “África do Sul, Angola, Ilhas Maurícias, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo (RDC), Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zimbabué e Botsuana” (AngoNotícias, 2011).

o Norte do Congo-Kinshasa até a Cidade do Cabo na África do Sul, delimitando assim quase todo o continente africano a sul do Equador (AngoNotícias, 2011). Desde 2002, a política externa e diplomacia angolana tiveram sempre como uma das principais bases o petróleo. O mesmo constituiu-se também como uma das principais fontes de receitas do Estado. Autores como Alves (2013), apontam que o petróleo foi utilizado “como ‘arma política’ e como instrumento de ‘diplomacia económica’, permitindo ao Estado estar ‘imune’ a pressões internacionais e desenvolver uma política externa assertiva, com a Sonangol⁴⁸ a desempenhar um papel importante nessa estratégia” (Alves 2013, 220). Em janeiro de 2007, com o interesse e consentimento do governo angolano, Angola passou a integrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), como membro de pleno direito (Marques, 2006).

O governo angolano através da sua política externa, tem conseguido contribuir para garantir a defesa e unidade nacionais. De facto, Angola desde que alcançou a paz definitiva em seu território, tem-se assumido como um Estado com grande relevância geoestratégica e um grande ator velador pela paz e segurança na região em que se encontra. Leva a cabo uma política externa que sempre trata de respeitar a soberania de outros Estados e atuar com base no princípio de igualdade jurídica entre os Estados. Como é esperado, uma nação como a angolana que, durante séculos, viveu sob domínio e controle português, atribui um significado ainda mais poderoso para a questão da igualdade entre os Estados, o princípio de não ingerência em assuntos externos de cada Estado e o princípio de igualdade entre os Estados, todos consagrados no artigo 12 ° da Constituição (Constituição de Angola 2010, 7). Deste modo, não há dúvidas de que Angola tem exercido um papel imprescindível no que diz respeito à pacificação do continente africano, sobretudo regionalmente, contribuindo sem precedentes na identificação e eliminação competente das principais causas dos conflitos, privilegiando sempre o diálogo como método preferencial de resolução e utilizando também uma diplomacia preventiva. A segurança, juntamente com o desenvolvimento, têm sido uma das principais questões que motivam a agenda política e diplomática angolana (Bembe 2016,11). Ao estar como membro não permanente do CSNU,

⁴⁸ Sonangol é uma empresa petrolífera estatal angolana. Segundo a informação disponível no site oficial da empresa, trata-se de uma “concessionária exclusiva para a exploração de hidrocarbonetos líquidos e gasosos no subsolo e na plataforma continental de Angola. As suas atividades abrangem prospeção, pesquisa, desenvolvimento, comercialização, produção, armazenagem, transporte e refinação dos hidrocarbonetos e dos seus derivados e podem ser desempenhadas de forma autónoma ou em associação com empresas estrangeiras” (Sonangol, 2020)

Angola teve a oportunidade de transmitir todos esses valores para o mundo.

Assim, sem chegar a interferir ilegitimamente nos assuntos internos de outros Estados, Angola tem conseguido, por meio do diálogo, exercer um papel crucial na resolução de conflitos, com grande ênfase sobre o conflito da Região dos Grandes Lagos (Sita 2017, 6). Este interesse em promover a paz na região justifica-se, entre outros motivos, pela consciência do governo angolano, de que um conflito ignorado perto de suas fronteiras pode chegar a atingir proporções indesejadas, e as consequências podem rapidamente expandir-se para seu território e ameaçar a paz e estabilidade conseguidas. Os duros anos conflituosos vividos no território, primeiro com a colonização e depois com a guerra civil, estão claramente marcados na memória de todos e cada um dos angolanos, que não têm interesse nenhum em reviver tais situações. A paz é um bem demasiado valioso e o povo, bem como o governo angolano, sabem que deverão preservá-la a todo custo.

Angola realizou vários esforços, no sentido de ter uma posição mais ativa no cenário internacional e conseguir definir seu lugar como potência africana com capacidades significativas, com objetivos próprios e capacidades consideráveis a nível político e económico, suficientes para levar a cabo ações que permitam a consecução dos interesses nacionais. Tudo isso permitiu que o país conseguisse conquistar mais uma vez a confiança de outros Estados, que pela segunda vez votaram em Angola como membro não permanente do CSNU, em outubro de 2014. A candidatura de Angola contou com 190 de um total de 193 votos (Pedro 2018, 41). Um aspeto importante é que ao ser reeleita, Angola conseguiu garantir tanto o apoio da UA como o apoio da China e Rússia que confiavam na capacidade Angola para voltar a ocupar o cargo (Bembe 2016,11). Ainda nesse mesmo ano, Angola assumiu também a presidência da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), onde priorizou a resolução dos conflitos armados na República Centro-Africana e na República Democrática do Congo, pois ambos conflitos são os que mais impactos desestabilizadores tinham e continuam a ter na região (Pedro 2012, 41). Paralelamente à sua segunda entrada no CSNU como membro não permanente, Angola assumiu também a presidência

do processo Kimberly⁴⁹ em novembro de 2014 (Rocha, 2014) e chegou a presidir o FORUM dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), entre 2014 e 2016 (REDE ANGOLA, 2014).

“Esta postura de promoção da paz e da segurança tem conduzido a um reconhecimento a nível internacional do papel de Angola como um parceiro estratégico para a construção da Paz e a estabilidade em África”- José Eduardo dos Santos (RTP NOTÍCIAS, 2014)

É evidente que a política externa angolana sofreu grandes transformações, desde que o país alcançou a independência, em 1975. Com a transição da guerra para a paz, o governo teve a oportunidade de redefinir sua política e objetivos a alcançar no domínio externo, e projetou a sua política externa no sentido de transmitir à comunidade internacional suas intenções como um garante da paz na região da África Austral. Aceitou novos desafios como o de membro não permanente do CSNU e procurou novos aliados dispostos a ajudar nessa jornada de transição para uma Angola desenvolvida, democrática e com maior relevância e influencia no cenário internacional. É nesse contexto em que a China aparece, como novo parceiro estratégico, tal como se poderá verificar no capítulo seguinte.

⁴⁹ Kimberly: Trata-se de uma entidade internacional, criada com o propósito de certificar a origem de diamantes. Foi criada com o intuito de combater e prevenir a compra e venda ilícita de diamantes, também denominada por venda de diamantes de sangue, que são aqueles provenientes de áreas conflituosas, guerras civis ou com abusos de direitos humanos (Rocha, 2014).

Capítulo 3. A presença da China em Angola desde 2002

3.1 A China em Angola no período pós-independência: Breve enquadramento

Começaremos por mencionar, ainda que de modo sucinto, o passado existente entre Angola e China, de forma a entendermos melhor como foram estruturadas as relações entre ambos os países desde a independência, e como evoluíram até ao início do nosso século. O Livro Branco da República da China, publicado em janeiro de 2021, afirma que apesar das dificuldades que a China enfrentava, a mesma esforçou-se, para conseguir apoiar os países que na altura lutavam pela sua independência e libertação nacional, como foi o caso de Angola (*China's State Council Information Office, 2021*). Após uma análise mais extensiva da literatura, foi possível confirmar que as relações sino-angolanas, existem desde a era colonial, embora em momentos distintos, quando a China manteve contato com os movimentos de libertação nacional angolanos (Mendes & Tian 2020, 57; Miguel 2014,55; Morais 2011, 21; Pereira 2011, 191; Borrego 2015, 41).

Não obstante, apesar de grande parte da literatura mencionar simplesmente a era colonial, temos por um lado, Wang e Elliot (2014) que afirmaram que a China, não é um ator recém-chegado em África, já que desde o estabelecimento da República Popular da China, em 1949, que a China tem marcado presença no continente (Wang e Elliot 2014, 1013). Por outro lado, Brito (2011), recuando um pouco mais no tempo, acrescenta que os primeiros contatos entre ambos os países remontam ao século XV, entre 1405 e 1433, com as missões diplomáticas da dinastia Ming⁵⁰. Na altura, o contacto com os povos africanos foi possível graças às viagens do navegador Zheng He, que procurava reconhecimento e novas oportunidades de comércio para China, e contestava a ocupação ou conquista utilizados por europeus em África (Brito 2011, 3). No entanto, nessa altura não se haviam estabelecido relações diplomáticas. De fato, a China não estabeleceu relações diplomáticas com nenhum país africano. Só em 1956 estabeleceram-se as primeiras

⁵⁰ A dinastia Ming governou a China entre os séculos XIV e XVII, sucedendo a dinastia Mongol dos Yuan (Pinto 2012, 208).

relações diplomáticas entre a China e África, especificamente com o Egito (Brito 2011, 6). No caso de Angola, as relações diplomáticas com a China, deram-se bem mais tarde, como poderemos confirmar mais adiante.

A China inicialmente deu apoio ao MPLA, fornecendo armamentos, treinamento militar para os angolanos, bem como bens alimentares. Essa ajuda chinesa foi crucial para a sobrevivência do movimento na altura. Mais tarde, a atenção das elites chinesas começou a ser captada pela FNLA. Por sua vez, o MPLA aproximou-se à URSS, o que fez com que a China começasse a prestar ainda mais atenção ao seu novo aliado, FNLA. Se por um lado a aproximação do MPLA à URSS fez com que o movimento perdesse o apoio da China, por outro lado, esse movimento passou a adotar as ideias socialistas da URSS, e conseguiu o apoio dos países socialistas durante a Guerra Fria. Com esse apoio, o MPLA tratava de conseguir fundos para suportar os custos que a luta pela independência acarretava (Mendes & Tian 2020, 59). Porém, a relação entre a China e a FNLA teve uma curta duração, pois o apoio enviado foi várias vezes alvo de sabotagem por parte do governo do Congo, o que fez com que a China cessasse o contacto com o novo aliado, a FNLA. Como resultado do fracasso nas relações com o MPLA e a FNLA, a China começou a estabelecer também relações com a UNITA (Ibid, 60).

Quando Angola alcançou finalmente a independência, em 1975, no contexto do fortalecimento do poder por parte do MPLA, a China decide retomar as ligações com o governo do MPLA. Vai ser então em 1983 que ambos os países vão estabelecer pela primeira vez, relações diplomáticas (Miguel 2014, 55). Mais tarde, no início da década de 90, a relação entre ambos os países foi-se intensificando cada vez mais. O mesmo foi acontecendo com a relação existente entre a China e os demais países africanos, com ênfase para a cooperação no âmbito de defesa (Miguel 2014, 55). Existe, porém, um consenso na literatura confirmando que no final dessa década, as relações entre ambos os países começaram a deixar de estar focadas em questões de defesa simplesmente (Miguel 2014, 55; Morais 2011,10; Pereira 2011, 191). Até então, o termo Investimento Direto Estrangeiro (IDE)⁵¹ não existia no contexto da relação entre a China e os países do continente

⁵¹ IDE: Morais (2011) apresenta uma definição de IDE bastante esclarecedora, ao mencionar que se trata de movimentos de capitais onde a posse e controle estejam intrínsecos. Ou seja, quando empresas chinesas compram ações em empresas estrangeiras, digamos angolanas, acabam por se

africano, incluindo Angola. Mas, com o fim da Guerra Fria, a China começou a considerar significativamente o uso do mesmo no continente africano (Morais 2011, 24). Assim, na viragem do século, quando a guerra civil termina em Angola, em 2002, assistiu-se a uma transição também no carácter das relações sino-angolanas, destacando-se o facto de passarem a ter uma vertente mais económica e comercial.

Sem dúvida alguma, a intensificação da presença da China no continente africano, representou uma das grandes alterações nas relações internacionais, no geral, e nas relações económicas internacionais, em particular, no início do século XXI (Borrego 2015, 7). Brito (2011) reforça essa ideia, dizendo que a presença chinesa em África, no século XXI é cada vez mais ativa e difere-se das práticas passadas em “em escopo, escala e importância.” (Brito 2011, 8).

Mendes e Tian (2020) trazem um grande contributo, ao diferenciarem quatro períodos possíveis nas relações sino-angolanas (Mendes & Tian 2020, 59): primeiro período (1949-1963) caracterizou-se basicamente pelo debate ideológico sino-soviético. Em 1950, iniciou-se uma rutura na relação entre ambos os países (China e URSS), que se intensificou na década dos 60 (Ibid, 59); foi nesse período que aconteceu o afastamento entre a China e o MPLA e a aproximação desse último a URSS; Segundo período decorre (1963-1974) caracteriza-se pelo início da política chinesa contestadora do hegemonismo e bipolaridade leste-oeste e uma certa reaproximação com o MPLA (Ibid, 59); Terceiro período (1974-2002) com o início da guerra civil angolana, a China reduziu consideravelmente sua presença em Angola. O ano de 1974 representa, assim, o início de um período de fracasso da política chinesa no território angolano, ao mesmo tempo em que se intensificava a presença soviética no mesmo. Com a saída da China e a entrada da URSS, os Estados Unidos começam a reforçar também sua presença em Angola. No entanto, a China começa a sua reaproximação com Angola no final da década, fundamentando essa nova aparição numa política de apoio aos restantes países em desenvolvimento, no sentido de reforçar a cooperação Sul-Sul. Mas, não vai ser até 2002 que as relações sino-angolanas vão incrementar de forma bastante considerável (Ibid, 61); Quarto período (2002-2017): inicia-se com o fortalecimento

tornar, de certo modo, coproprietárias, já que adquirem controle sobre a mesa e passam a ter direito de voto também. Segundo o autor, para ser considerado IDE, a compra tem de ser de mais de 10% do número total de ações na empresa estrangeira (Morais 2011, 15).

das relações bilaterais. Caracteriza-se fundamentalmente por ser uma nova fase nas relações entre ambos os países, com destaque para as relações no âmbito económico e comercial (Ibid, 57). Sobre esse período, analisaremos com mais detalhes no próximo ponto 2.

Tendo em conta os acontecimentos e a evolução das relações sino-angolanas aqui analisados, durante todo o período anterior à 2002, podemos finalizar dizendo que houve um período de instabilidades, devido à situação de guerra civil em Angola. Como referiu Pautasso (2010), até 1980, a diplomacia chinesa mudou de parceiros várias vezes, tendo acabado por apoiar os três movimentos nacionalistas angolanos em momentos distintos, refletindo uma política de incerteza nas relações estabelecidas e com um futuro incerto (Pautasso 2010, 111). Por esta razão, o reconhecimento diplomático de Angola como país independente, por parte da China, ocorreu somente em 1983, quase uma década após a independência angolana em 1975 (Ibid, 112).

3.2 A relação Angola-China entre 2002 e 2017

A viragem de século coincidiu também com uma onda de grandes transformações no cenário internacional, em várias partes do mundo. No caso de Angola, quando alcançou a paz em 2002, as autoridades nacionais trataram de estabelecer e ampliar relações de amizade e cooperação com vários os países do mundo, tendo como base o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, reciprocidade e igualdade de trato. Com a China, a situação não foi diferente. Até essa altura, a relação com a China havia sido pouco expressiva, já que durante o período pré- e pós-independência, os principais aliados do governo angolano, presidido pelo MPLA, haviam sido até 1990 a URSS e Cuba; e mais tarde os EUA com a abertura de Angola e reformas realizadas no país. No entanto, Mendes e Tian (2020) apontam que a partir de 2002, foram aumentando cada vez mais os contatos oficiais entre ambos os países, baseados sobretudo na vertente económica e no investimento externo chinês (Mendes & Tian 2020, 57).

Por sua vez, no caso da China, iniciou-se uma política de expansão levada a cabo pelo governo, culminando na procura de novos mercados, por parte de empresas privadas e estatais chinesas (Miguel 2014, 31). A literatura relevante sobre a China em África, parece concordar que esta potência emergente passou a aturar no cenário internacional do séc. XXI, incluindo África e

consequentemente Angola, com base numa estratégia de *soft power* (Duarte e Ferreira-Pereira, 2021; Fijalkowski 2011; Thompson 2005, 2; Ding 2008, 193). Joseph Nye (2009) afirma que o *soft power* “é a capacidade de obter resultados preferidos através da atração” (2009, 160 Tradução da Autora). Nesta linha de pensamento, Fijalkowski (2011) afirmou que no caso da China, ao ser uma economia de sucesso, tem-se convertido numa importante fonte de atração para os Estados africanos. O autor considera que a atratividade política e económica da China constitui a base fundamental do sucesso que o país tem tido no continente africano (Fijalkowski 2011, 223). Ao falar de atratividade, o autor remete-nos assim à ideia de *soft power*, como base fundamental da política externa chinesa. Além disso, na vertente política, a China procura afirmar o seu lugar no cenário internacional, como potência com relevância suficiente para influenciar as ‘regras do jogo’ internacional, após longos anos de bipolaridade capitalismo/socialismo, depois do fim da Guerra Fria e de uma fase de unipolaridade, com os Estados Unidos como a superpotência. A China pretendia assim influenciar a conjuntura internacional, no sentido de contrabalançar a estratégia de um mundo unipolar, a favor dos Estados Unidos, sendo a favor de um mundo multipolar, com vários centros e focos de poder (Morais 2011, 24).

A defesa do multilateralismo no quadro da governança global e regimes internacionais (Langenhove 2010, 263-269) por parte da China foi ganhando diferentes manifestações, não só no quadro das organizações internacionais já existentes, mas também através de novos blocos ou coligações, tais como os BRICS: Índia, Brasil, China, Rússia e África do Sul.

Segundo um estudo elaborado pelo Centro de Estudo e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola, o Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), criado no ano 2000, constitui o principal mecanismo de diálogo entre os países africanos e a China, no século XXI (CEIC 2019, 7). A China contestou assim o imperialismo, o colonialismo e a hegemonia, através do estreitamento de relações com países em vias de desenvolvimento, enquanto aumentava também sua influência no mundo (Morais 2011, 20). A disponibilidade da China como alternativa das superpotências ocidentais no continente africano, constitui um exemplo dessa nova realidade, que assenta num processo de evolução de um mundo unipolar pós-guerra fria, para um ambiente internacional multipolar e com vários centros e focos de poder (Ibid, 29).

Passamos de uma China mais neutra e passiva, para uma China com intenções claras de estabelecer o seu próprio lugar no cenário internacional. Desde que assumiu a presidência em 2013, Xi Jinping elaborou várias propostas e projetos destinados a impulsionar o desenvolvimento tanto económico como social, de países em desenvolvimento, realizando conferências bilaterais e multilaterais, como o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa, a Organização de Cooperação de Xangai, de entre outras iniciativas (*China's State Council Information Office*, 2021).

O surgimento de uma China mais ativa no cenário internacional, foi para muitos países africanos uma 'luz no fundo do túnel'. Vejamos o caso angolano. Quando a guerra terminou em 2002, o país estava devastado e com estruturas destruídas, cheio de dívidas e com uma economia a beira do colapso. Nessa altura, o então Presidente angolano José Eduardo dos Santos, implementou um programa novo de reconstrução nacional, que ficou conhecido como Programa de Reconstrução e Reabilitação (PRR), explicado no Relatório de Progresso realizado, em 2003, pelo Ministério do Planeamento do Governo de Angola, em conjunto com a Agências das Nações Unidas em Angola (Ministério do Planeamento; ONU, 2003). Um dos principais objetivos desse programa consistia na obtenção de ajuda por parte de doadores internacionais e esperava-se ajuda sobretudo dos Estados ocidentais. Apesar do otimismo do governo angolano, o programa não obteve os resultados esperados. Foi um fracasso tanto para Angola, como para os denominados doadores, dos quais se destacam o FMI e o Banco Mundial (Pereira 2011, 193).

Quando se discute a causa principal do fracasso desse programa, podemos encontrar duas leituras. Para o governo angolano, as condições impostas pelos Estados ocidentais eram muito exigentes em termos de cumprimento e não iam de acordo às necessidades do país. Para os doadores, por outro lado, o programa fracassou devido ao não cumprimento das condições exigidas, que consideravam obrigatórias para a implementação de reformas económicas e sociais no país, com vista ao desenvolvimento de uma economia mais sustentável no tempo. Tal como estabeleceu Waltz (1979), no âmbito externo, os Estados tratam de aumentar o poder e força que têm, de modo a garantir a sua sobrevivência e vão-se aliando a outros Estados quando sentem que

estão a ficar atrás (Waltz 1979, 126). Foi assim que diante de toda essa situação, quando a China se apresentou no cenário internacional como 'salvadora' dos países em desenvolvimento, o governo angolano viu rapidamente uma nova oportunidade para o país e não hesitou em fortificar os laços com a nova potência asiática em ascensão (Mendes & Tian 2020, 61-62). Tal como afirma Waltz, "Externally, states work harder to increase their own strength, or they combine with others, if they are falling behind" (Waltz 1979, 126).

Essa necessidade do governo angolano coincidiu com o período de expansão da política externa chinesa. A China buscava uma maior integração na comunidade internacional, de modo a construir uma imagem mais positiva sobre a sua política externa. Deveria ter um papel mais ativo e participar no 'jogo' das potências, pois a segurança nacional da China, dependeria também do desenvolvimento de suas capacidades económicas, tecnológicas e militares (Mendes & Tian 2020, 58). O desenvolvimento de todas essas capacidades vai também influenciar o âmbito de influência da China no cenário internacional, diante de outras potências. Como estabeleceu Snyder (2002), as grandes potências tentam expandir sua influência no sistema internacional, simplesmente quando surge o momento oportuno para tal, em que os benefícios deverão exceder sempre os riscos e custos associados à expansão (Snyder 2002, 153).

É o que tem acontecido com a China e os países africanos. A China claramente viu uma oportunidade de expansão de seu poder e presença internacionais, e numa perspetiva de relações Sul-Sul, tem reforçado a sua relação com Angola e demais países no continente, sem comprometer de modo direto a hegemonia norte-americana. Afinal estamos a falar de países africanos que se encontram geograficamente distante dos Estados Unidos da América. O certo é que, segundo apontou Jenkins, conselheira sénior para cooperação Sul-Sul e parcerias da UNICEF na China, a China tem muita experiência para partilhar com outros países em vias de desenvolvimento, já seja em questões de redução de pobreza, seja em questão relacionada com a melhoria da saúde das populações. Afirmou ainda que assim tem atuado o governo chinês, partilhado sua experiencia pelo mundo, através de várias plataformas e mecanismos regionais e globais, ao mesmo que tempo que também tem aprendido muito com outros países durante este processo (UNICEF,

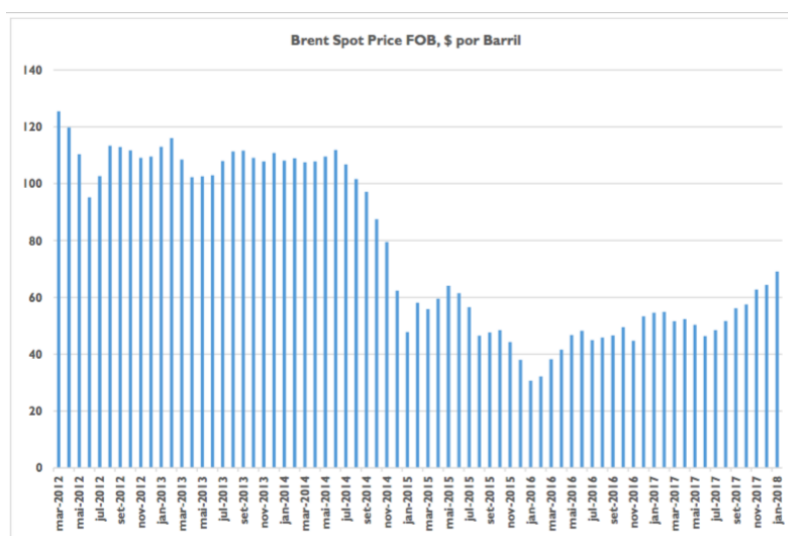
2019).

Chegados a esse ponto, as condições estavam criadas, para o que ficou conhecido como “casamento por conveniência” (Power & Cristina 2012). De fato, tal como referiram Mendes e Tian, “Angola assume-se como uma das prioridades chinesas no continente africano, não só devido ao seu estatuto como um dos principais exportadores de petróleo para a China, mas também devido à sua localização estratégica como local de passagem de capitais e mercadorias chinesas para o resto do mundo” (Mendes & Tian 2020, 64).

O continente africano no presente século, tem representado mais de 1/3 no total de importações chinesas de recursos naturais, com destaque para o petróleo, onde os países da região subsaariana têm maior destaque, sendo que Angola representaria cerca de 1/5 deste valor (Miguel 2014, 13). Angola e China assinaram o primeiro acordo de cooperação para o desenvolvimento, logo após a Guerra Civil em 2002, através do Eximbank⁵², um acordo estimado em cerca de 150 milhões de dólares americanos (Mendes & Tian 2020, 62). No entanto, o primeiro empréstimo garantido com petróleo foi assinado apenas em 2004, também através do Eximbank (Ibid, 32). Já desde o século passado, quando Angola alcançou a independência que o petróleo tem servido de base para as receitas petrolíferas que sustentam as políticas do Estado angolano. Entre 2004 e 2007, a produção de petróleo em Angola aumentou consideravelmente, havendo superado a de países como o Brasil e a Líbia. Este aumento na produção teve como causa também o incremento das relações sino-angolanas, sobretudo a partir de 2004. Pelo menos a médio-prazo, o petróleo continuará a ser o principal estímulo da economia angolana. Consequentemente, a falta de diversificação da economia trouxe desconfortos para a estabilidade económica de Angola, e tem-se traduzido numa limitação para o desenvolvimento económico do país ao tornar Angola vulnerável às flutuações do preço do petróleo no mercado mundial (Morais 2011, 10).

⁵² Eximbank: é um dos bancos chineses (*policy* banques) controlados pelo seu governo, responsável por levar a cabo políticas económicas chinesas, direcionadas no comércio e investimento internacionais (Mendes & Tian, 2020, 62).

Gráfico 1- Taxa de variação do preço do Brent (%)



Fonte: Governo de Angola, Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, 2018, pág. 30⁵³.

Devido ao excesso de dependência que o governo tem no petróleo, quando há uma queda no preço do mesmo, assistimos sempre a um feito dominó negativo, que se estende a toda a economia angolana, contraindo assim a atividade económica e reduzindo receitas e despesas públicas e privadas (Governo de Angola, 2018).

Em 2007, o ex-Presidente angolano José Eduardo dos Santos mencionou que existia uma sintonia entre os interesses de Angola e China, já que a China encontrou em Angola um parceiro para satisfazer suas necessidades de obtenção de recursos naturais e, por sua vez, Angola quer promover o seu desenvolvimento económico e social. Neste mesmo ano, as trocas comerciais entre os dois países quase que duplicaram, chegando a cerca de 12 mil milhões de dólares, e no ano seguinte, em 2008, com a alta do preço do petróleo, o comércio cresceu ainda mais, com um incremento de quase 75%, passando assim Angola a ocupar o lugar de maior parceiro comercial da China no continente africano (Morais 2011, 39).

Em 2009, no entanto, assistiu-se a um decréscimo do comércio, devido à queda do preço do petróleo e uma redução na procura do mesmo. Neste ano, o comércio sino-angolano sofreu uma diminuição na ordem dos 35% neste ano (Pereira 2011, 192). A economia angolana,

⁵³Disponível:<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/njax/~edisp/minfin601408.pdf>

fortemente dependente do petróleo, sentiu significativamente os efeitos da crise económica internacional, com a particularidade de que nessa altura já formava parte da OPEP e tinha a sua produção de petróleo mais controlada. Diante dessa situação, houve uma pequena reaproximação do governo do MPLA ao FMI, sendo que nesse mesmo ano, acordou-se um apoio financeiro por parte do FMI, no valor total de 1,4 mil milhões de dólares. Um dos objetivos desse financiamento foi conseguir uma posição orçamental sustentável e reduzir a inflação (Ibid, 187). Segundo o embaixador chinês em Angola, Zhang Bolun⁵⁴, “...tivemos problemas financeiros no ano passado», mas «Angola continua a ser o primeiro parceiro comercial da China em África, ocupando o primeiro lugar”- (Jornal de Angola, março 2010).

As palavras do embaixador sustentaram-se com ações concretas. Embora em 2009 as relações sino-angolanas foram abaladas pela crise económica e financeira internacional iniciada em 2008, o ano de 2010 trouxe novas oportunidades para ambos os países. Este ano merece especial referência, pois marcou o início de uma nova fase na relação. Deu-se um aumento no volume comercial bilateral, para 80,8%, durante os primeiros 9 meses do ano, se compararmos com o mesmo período em anos anteriores da relação⁵⁵. Assim sendo, como consequência do aprofundamento na relação, em novembro do mesmo ano, ambos os países anunciaram numa Declaração conjunta, pela primeira vez, o estabelecimento de uma parceria estratégica:

“As duas partes consideram por unanimidade que a China e Angola são parceiros estratégicos e que o reforço da cooperação plena entre os respetivos países corresponde aos interesses fundamentais e de longo alcance dos dois povos..., as duas partes decidem estabelecer a parceria estratégica” (Declaração conjunta entre Angola e a China, 2010)⁵⁶.

O ano de 2012 também representou uma data importante nas relações sino-angolanas. O

⁵⁴ Embaixador da China em Angola, naquele período.

⁵⁵ Informação obtida do site oficial da Embaixada da República Popular da China, na República de Angola: <http://ao.chineseembassy.org/por/sghd/t777312.htm>

⁵⁶ Nota de imprensa obtida em: https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2010/10/46/Integra-Declaracao-Conjunta-entre-Angola-China,bfd7acb7-90c8-48d9-a2d2-c8647916bf74.html

então embaixador da China em Angola, Gao Kexiang (2013), comentou num artigo de jornal, que desde 2006, Angola converteu-se num dos maiores parceiros comerciais da China em África. O diplomata afirmou que em 2012, “o balanço comercial sino-angolano totalizou um valor recorde de 31,7 mil milhões de dólares, equivalente a quase mil vezes o montante registado 30 anos antes” (Kexiang, 2013). Só entre 2002 e 2012, as relações comerciais entre os dois países aumentaram mais de 2 mil por cento⁵⁷. A parceria sino-angolana abrange vários campos que vão desde a política, economia, educação, saúde e até à tecnologia e agricultura. Porém, as relações comerciais figuram como uma parte fundamental nessa relação, uma vez que, tal como referimos, Angola representa um dos principais parceiros comerciais da China no continente.

Um aspeto importante a mencionar é que desde 2002, os projetos de cooperação para o desenvolvimento do governo angolano com a China foram, e ainda são, na sua maioria, projetos de construção e reconstrução das infraestruturas nacionais. (Mendes & Tian 2020, 64). No entanto, além desses, outros projetos e acordos foram feitos também dentro de outros setores e atividades anteriormente mencionados. Mas, o ramo da construção foi a porta de entrada para as várias empresas chinesas que procuravam expandir seus mercados. De facto, o setor de construção e obras públicas tem sido um dos sectores com maior taxa de crescimento. Só entre 2002 e 2008, teve uma média anual de crescimento de quase 40% (Pereira 2011, 188). Assim, várias empresas chinesas têm sido responsáveis por grandes projetos de construção em Angola, tirando o lugar a outras empresas brasileiras e portuguesas, como a portuguesa Teixeira Duarte ou a brasileira Oderbrecht, que até então eram as que dominavam o mercado angolano de construção, no que diz respeito aos grandes projetos (Mendes & Tian 2020, 65).

⁵⁷ Informação obtida de: <http://novojournal.co.ao/economia/interior/parceria-estrategica-da-china-com-angola-aplica-principio-oil-for-money-7445.html>

Tabela 1 – Projetos realizados por empresas chinesas em Angola

Projeto de construção/requalificação	Empresa responsável
Requalificação da Estrada Kifangondo-Caxito-Uíge-Negage.	China Road and Bridge Corporation
Construção do Hospital Geral de Luanda.	Chinese Overseas Engineering Company
Requalificação do sistema de abastecimento de água de Caxito	China National Electronics Import and Export Corporation
Construção da Cidade do Kilamba: um dos maiores projetos habitacionais no pós-guerra civil.	China International Trust Investment Corporation-Construction

Fonte: autora com base em dados obtidos nas obras de Mendes e Tian (2020, 65) e Bernardo (2019, 67).

Segundo Kiala (2010), essa situação deve-se ao fato de o governo angolano ter procurado parcerias estratégicas que pudessem contribuir na reconstrução nacional e no processo de desenvolvimento económico. Para tal, Angola utilizou um novo modelo de diplomacia conhecido por ‘modelo angolano’ (*Angola’s model*), onde a noção chinesa de cooperação *win-win* está presente (Kiala 2010, 313). A designação ‘modelo angolano’ surge pelo fato de Angola ter sido pioneira na sua utilização e, basicamente consiste no método de financiamento privilegiado pela China, no qual são emitidas linhas de créditos em países africanos que têm como garantia o acesso aos recursos naturais (Corkin 2011, 169-170). Assim, através do *Angola’s model*, a China encontra-se fortemente envolvida no programa de reconstrução nacional, como meio de garantir o contínuo acesso ao petróleo.

O governo angolano tem usado como justificação dos acordos com a China e as várias linhas de créditos suportadas pelo petróleo, a necessidade de reconstrução nacional e desenvolvimento económico do país. Quando se quer determinar o crescimento económico de um

Estado, a primeira evidência em que os analistas se baseiam, são os dados acerca do Produto Interno Bruto (PIB) do mesmo. A tendência evolutiva do PIB angolano durante os primeiros anos da primeira década do século XXI foi positiva, pelo menos até 2008, quando se inicia a crise financeira.

Numa análise feita pelo *The Economist* (2011), concluiu-se que durante a primeira década do século XXI, Angola foi o país com maior taxa de crescimento económico no mundo, de entre as consideradas economias emergentes (Ovadia, 2013). Embora não tenha sido a única variável com influência, a relação com a China teve claramente uma grande influência nesse resultado, já que se converteu num dos maiores importadores do petróleo angolano, recurso que constituiu e ainda constitui, a principal fonte de receitas do Estado angolano. Contudo, a questão que se coloca é que tipo de crescimento? Este crescimento económico gerou desenvolvimento do país? onde se vê refletido e quem se beneficia dos mesmos?

Claro está que a população, no geral, pouco ou nada tem sentido os benefícios finais dos vários acordos celebrados com a China ou do tão comentado, na altura, crescimento económico. Falar de altas taxas de crescimento económico com um cidadão angolano comum provavelmente não despertaria um sentimento positivo, pois a única coisa que o cidadão conhece é a realidade que vive, que contradiz qualquer outra realidade que possa ser analisada ou medida em números ou indicadores meramente económicos. Isto é assim porque o crescimento económico não acompanhou o desenvolvimento social. Se tomarmos como exemplo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, podemos ver que durante o período entre 2002 e 2017, a taxa de desenvolvimento humano em Angola foi muito baixa.

Tal como mencionou Dala (2018), o período acima mencionado (15 anos), é altamente revelador da relação existente entre o IDH e a riqueza que o país produziu. Segundo o autor, os anos seguintes à guerra civil foram marcados por um otimismo baseado no significativo

crescimento económico que o país alcançava, pelo menos até 2008⁵⁸, ano em que iniciou a grande crise internacional, cujos efeitos rapidamente recaíram sobre a não diversificada economia angolana, fortemente dependente do petróleo. Se é certo que, em termos mais concretos, o PIB per capita de Angola passou de 635 dólares americanos (USD) no início do século (2000), para 4.671 USD (Dala 2018, 35), apenas oito anos mais tarde, o mesmo otimismo não foi verificado em termos de desenvolvimento humano⁵⁹. Durante os primeiros 15 anos de paz, a média de IDH de Angola foi de 0,495, o que coloca o país no grupo de países com baixo desenvolvimento humano. A posição média do país no IDH foi 142 de 189⁶⁰ países. No entanto, notou-se um ligeiro aumento do DH, se tivermos em conta que a posição do país no IDH passou de 166 em 2002, para 149 em 2017 (Ibid, 43). Não obstante, tem sido difícil para Angola superar essa média e a situação não tem melhorado nos últimos anos. Por exemplo, até o ano passado 2019, a posição do país no IDH continuou 149 de 189 (ONU Angola, 2019).

Voltando à questão dos investimentos chineses em Angola, como resultado da política externa de ambos os países, alguns críticos chamam à atenção sobre uma possível neocolonização em África (Lumumba-Kasongo 2011; Zhao 2014). Aqui trazemos de novo a definição de Adams Bodomo: “neocolonialismo abrange todos os aspetos do colonialismo clássico, exceto a ocupação de terras estrangeiras, uma vez que todos os Estados da África permanecem tecnicamente independentes” (2018, 124 Tradução da Autora). Como vimos anteriormente, uma das razões para considerar a China como novo colonizador é, de acordo com Zhao, “...a importação de recursos da África e a considerável exportação de produtos manufaturados lá” (Zhao 2014, 1042 Tradução da Autora). Ou seja, segundo o autor, enquanto a China importa produtos primários que têm pouco valor agregado para África, mas de elevado valor para a China, os africanos converteram-se num grande mercado de produtos manufaturados chineses (Ibid 2014, 1042). Mentés e Tian (2020), por sua vez, mencionam que as relações sino-angolanas trazem mais vantagens para China do que para Angola (Mentés e Tian 2020, 66).

⁵⁸ Ver anexo 4 com a Tabela sobre o crescimento económico de Angola 2002- 2017, para mais detalhes. (Dala 2018, 36) <https://centralangola7311.files.wordpress.com/2018/08/desenvolvimento-humano-em-angola-2002-2017.pdf>

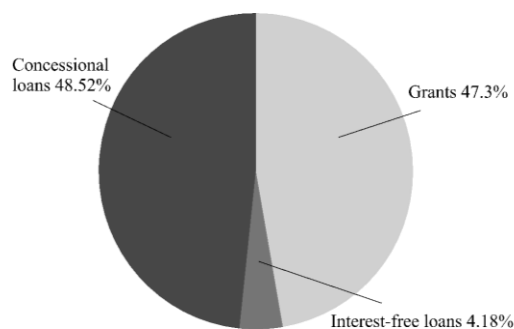
⁵⁹ Ver anexo 5 com a Tabela Índice de DH, para mais detalhes. (Dala 2018, 42)

⁶⁰ Tem sido difícil para Angola superar essa média e a situação não melhora nos anos seguintes. Por exemplo, no passado ano de 2019, a posição do país no IDH foi 149 de 189 (ONU Angola, 2019).

No entanto, a maior parte da literatura parece concordar que não se trata de uma nova partilha do continente africano, como aconteceu outrora com a invasão dos ocidentais, mas sim de um mundo globalizado, com novos focos de poder, novos mercados, acordos e oportunidades (Ighobor 2013, 7; Taylor 2006, 941; Miguel 2014, 13; Fijalkowski 2011, 223; Szunomar 2012, 6-7; Malaquias 2012, 26; Oliveira 2015, 453-455; Pautasso 2010, 119). Adicionalmente, consideram que a relação entre Angola e a China nunca se apresentou como a típica relação em que temos por um lado os “africanos desinformados” (*clueless Africans*) e, por outro lado, a China como potência dominante desta relação (Oliveira 2015, 369). Por sua vez Pautasso (2010) contribuiu dizendo que as relações sino-angolanas estão longe de representar uma neocolonização por parte da China. Estas, pelo contrário, representam uma mudança atual no sistema internacional, com a ascensão de países periféricos, com destaque para os BRICS e a multipolarização das relações internacionais (Pautasso 2010, 108).

Adicionalmente, podemos dizer que a presença chinesa em África não se resume na importação de produtos de África e exportação de produtos manufaturados, como alguns autores mencionam (Zhao 2014, 1042). Na cimeira do FOFAC, realizada em Joanesburgo em 2015, o Presidente Xi Jinping apresentou vários programas de cooperação com a África, que abrangiam vários setores importantes, tais como redução da pobreza, cultura, saúde pública, industrialização, entre outro. (*China's State Council Information Office* 2021, 11). Assim sendo, segundo dados oficiais do governo chinês, entre 2013 e 2018, o país disponibilizou um total de 270,2 bilhões RMB (Yuan), que foram destinados para assistência externa em três grandes categorias, nomeadamente em doações, empréstimos sem juros e empréstimos concessionais, sendo que estes últimos com 48,52%, ocupam a maior percentagem, e os empréstimos sem juros a menor, com apenas 4,18%, como se pode observar no gráfico seguinte (Ibid, 12).

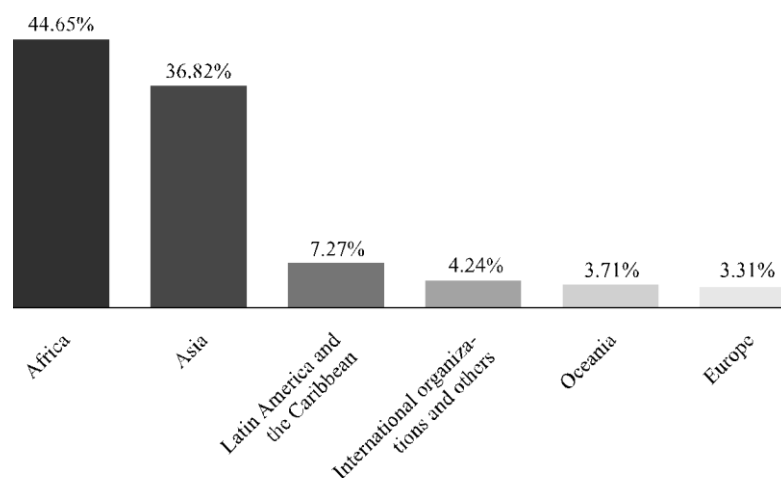
Gráfico 2 – Principais categorias da assistência externa da China em África



Fonte: *White Paper* da *China's State Council Information Office*, de Janeiro 2021.

Foi também possível confirmar com os dados disponíveis que, dentro deste mesmo período (2013-2018), a assistência externa chinesa concentrou-se maioritariamente em África, representando 44.65% do destino dessa ajuda externa chinesa, sendo a Europa, o lugar do mundo com menor percentagem, com apenas 3.31%. Isto justifica-se, pois, segundo os dados fornecidos pelo governo chinês, os países menos desenvolvidos representam uma prioridade no seu plano de ajuda externa (*China's State Council Information Office* 2021, 12-13).

Gráfico 3 – Distribuição da assistência externa chinesa no mundo



Fonte: *White Paper* da *China's State Council Information Office*, de Janeiro 2021.

Entre 2013 e 2018, a China conclui 423 projetos através de ajuda externa, sendo que a maioria dos projetos foram destinados ao setor de utilidade pública, abrangendo escolas, hospitais, construção civil, etc., seguidos dos programas de infraestruturas económicas com 80, sendo que projetos destinados à agricultura foram apenas 19, os programas relacionados com alterações climáticas foram 13 (*China's State Council Information Office 2021, 13*).

Certamente, não estão desprovidos de razão os que levantam a possibilidade de uma nova colonização ou partilha de África, incluindo o caso angolano. Tratam-se de preocupações bastante justificadas e merecedoras de debate. Não obstante, o passado angolano mostrou que Angola é um país que interessa a muitos, e não pela preocupação que têm pelo bem-estar dos angolanos, mas sim pelos recursos valiosos existentes nesse jovem país. Já no passado, enquanto durou a Guerra Civil e a Guerra Fria, ficou claro que cada potência interferia em Angola de acordo com seus próprios interesses. Se o bem-estar dos angolanos tivesse sido realmente a primeira preocupação da comunidade internacional, provavelmente a Guerra Civil não teria durado o tempo que durou nem teria atingido as proporções que atingiu.

Tudo isso leva-nos a levantar uma questão: que reais interesses poderão existir por trás das críticas e preocupações mostradas por outros atores, como os Estados Unidos, a UE ou até mesmo instituições como o FMI? Estarão realmente preocupados com o bem-estar dos angolanos ou estão preocupados por perderem o poder de negociação que tinham antes da China se apresentar como alternativa para Angola e outros países africanos? Independentemente de qual seja a resposta a essa pergunta, há questões sobre as relações sino-angolanas que merecem destaque. Embora não se considere aqui a presença da China em Angola como manifestação de uma neocolonização, existe sim uma preocupação com a falta de transparência existente sobre as várias linhas de crédito e financiamento proporcionados pela China e com o facto de que as mesmas possam ter contribuído, de certo modo, para alimentar um sistema de governo que permitiu durante anos a acumulação de riqueza por parte de uns poucos pertencentes às elites angolanas, agravando-se cada vez mais as desigualdades sociais e atrasando o crescimento económico e social do país.

É certo que os financiamentos proporcionados por instituições ocidentais, como por exemplo o FMI, tinham condições menos flexíveis (do ponto de vista do Estado angolano) e exigiam reformas económicas, diversificação da economia e transparência na aplicação e gestão dos fundos que poderiam não ser exatamente aquilo que o governo procurava, logo após o fim da Guerra Civil. No entanto, se o Estado angolano considerava as condições exigidas demasiado estritas, podemos considerar que a alternativa chinesa, pelo contrário, oferece demasiada flexibilidade e margem para os governos. Foi nesse sentido que Salman e Geeraerts (2015) afirmaram que, com as características que o sistema internacional atual apresenta, a China tem dado prioridade e foco em alcançar interesses e objetivos nacionais, e tem evitado assumir demasiadas responsabilidades (Salman e Geeraerts 2015, 8). Se somarmos o fato de que grande parte dos países africanos, como é o caso de Angola, carecerem de um sistema democrático bem desenvolvido, e instituições nacionais capazes de garantir a boa gestão e distribuição das receitas e fundos estatais, facilmente percebemos a razão pela qual a distância entre ricos e pobres é bastante considerável, e o desenvolvimento social parece estar estancado no tempo. Em todo o caso, o maior problema não está realmente na China ou no apoio chinês que Angola recebe.

As relações sino-angolanas são relações legítimas, dentro do âmbito de relações bilaterais entre Estados, em posições de igualdade e com interesses mútuos. A China não faz mais do que exercer o seu direito de cooperação no âmbito das relações bilaterais e respeitando o princípio de não interferência em assuntos internos de cada Estado. O verdadeiro problema está na gestão dos fundos recebidos por líderes africanos, pelo menos no caso angolano. É notória a falta de responsabilidade, solidariedade e empatia para com o povo. Existe ainda um distanciamento muito grande entre as elites, políticos angolanos e o cidadão comum. Embora esteja em curso alguma mudança na sociedade civil, sobretudo no seio da camada jovem, temos ainda, por um lado, um povo pouco exigente e que ignora, na sua maioria, os direitos que tem e o poder decisivo que lhe é próprio. A Ministra das Finanças angolana, Vera Daves, afirmou numa conferência de imprensa, que “há sempre um debate muito forte sobre os entregáveis⁶¹, da qualidade das obras, isso não depende do financiador, mas da relação do Estado Angolano e os empreiteiros” (Plataforma,

⁶¹ Entregáveis, relacionado aos financiamentos, no sentido de 'dinheiro emprestado'.

2020).

Por outro lado, temos alguns representantes que parecem não ser verdadeiramente conscientes da responsabilidade que têm, ou simplesmente ignoram-nas. A realidade mostrou que setores sociais fundamentais como a saúde e educação, não têm recebido investimentos proporcionais às necessidades de desenvolvimento que apresentam⁶². Quanto à educação, segundo dados fornecidos pelo governo angolano, houve um aumento no número total de alunos no sistema educativo nacional, de cerca de 2,5 milhões de alunos desde o início do século até 2018 e a taxa de alfabetização de jovens e adultos passou de 50% no início do século, para 75% em 2018. No entanto, ^[1]_{SEP} ainda há muito por se fazer, tendo em conta que ainda existem crianças não incluídas no sistema educativo, por razões como carência ou precariedade das salas de aulas, ou carência de professores bem formados (Governo de Angola 2018, 12). No âmbito da saúde, também se observaram algumas melhorias, sobretudo no que toca à redução da mortalidade infantil, que passou de 180 por 1000 em 2009, para 80 por 1000 em 2018. Não obstante, urge a necessidade de melhora contínua, com uma grande margem de progressão, quando olhamos para os consideráveis números de casos de cólera, febre-amarela, malária, sem nos esquecermos ainda dos casos de malnutrição crónica que ainda afeta 53% das crianças angolanas (Ibid, 12). Entre 2015 e 2016, a febre amarela afetou boa parte da população, com altas taxas de morbilidade (Ibid, 32). ^[1]_{SEP}

Dos projetos já realizados, fruto das relações sino-angolanas, que foram destinados à melhoria de serviços de utilidade pública, alguns revelaram ainda uma falta de transparência na gestão dos mesmos e colocaram em dúvida a qualidade dos resultados obtidos, como foi o caso da construção do Hospital Geral de Luanda. Este projeto obteve resultados duvidosos, que levou a sua reavaliação e revisão, resultando em mais gastos para o governo angolano, que teve de voltar a investir milhões adicionais, quando o projeto inicial já havia acarretado um custo de 8 milhões para o governo (Redvers, 2010). Nunca chegou a ser provada a culpabilidade nem da empresa chinesa responsável pelo projeto, nem do governo angolano.

⁶² Uma análise sobre os orçamentos aprovados pelo governo angolano entre 2002 e 2010, revelou que “em momento algum o governo concedeu 10% à saúde e à educação de forma individual. Cada um destes sectores jamais recebeu sequer 10% do bolo orçamental” (Dalas 2018, 46).

O certo é que se a gestão dessas linhas de crédito tivesse sido feita de maneira correta, tendo como objetivo diversificar e melhorar a economia angolana e, conseqüentemente, a vida dos angolanos, a relação com a China poderia trazer mais benefícios para Angola e ainda mais palpáveis, que se refletissem na melhoria das condições de vida do povo. Por este motivo, pensamos que a solução mais eficaz e duradoura para os vários problemas que o país apresenta depende, em grande parte, da boa vontade das pessoas que têm o poder de negociar em nome do país e de fazer a gestão eficiente das várias receitas que o Estado consegue como fruto da sua política externa, incluindo os créditos chineses. Afinal, o desenvolvimento e bem-estar de Angola é responsabilidade dos angolanos e não da China. Adicionalmente, segundo uma investigação feita pelo CEDESA, foi identificada a corrupção como a maior barreira ao desenvolvimento, somada a inexistência de uma administração pública eficiente (CEDESA, 2021).

Os analistas angolanos defenderam ainda que qualquer proposta que o governo angolano elabore, com vistas a desenvolver economicamente o país, deve ter em consideração a criação de uma agricultura forte e o aproveitamento das várias riquezas naturais que o país possui, de modo a evitar que os verdadeiros benefícios e mais-valias sejam aproveitados por terceiros através da exportação em bruto. Aqui poderíamos enquadrar o caso chinês, que é um dos maiores exportadores de petróleo e outros produtos naturais em Angola, e que acaba também por exportar em Angola, uma grande parte de produtos manufaturados. Sendo que a corrupção constitui o maior entrave ao desenvolvimento, a CEDESA considera condição *sine qua non* para o avanço da industrialização, a diminuição e posteriormente erradicação da corrupção em massa, a criação de condições necessárias para a obtenção de uma justiça funcional, que também não deverá ser vista e catalogada de corrupta ou incompetente. Os angolanos e não só, têm de poder confiar na administração pública e no sistema de justiça estabelecido (CEDESA, 2021).

À margem de todas essas questões, as relações sino-angolanas são consideradas excelentes e de mútuo benefício por ambos os países. No entanto, surgem dúvidas no que respeita à durabilidade dessa relação. Se pensarmos que Angola precisa da China para conseguir financiamento para reconstrução nacional e que a China precisa de Angola, para ter acesso à novos mercados e recursos naturais, o que será dessa relação quando Angola não precisar mais

dos mencionados financiamentos ou quando já não estiver disposta a fornecer petróleo nas condições que atualmente são acordadas? O que será dessa relação se, entretanto, a China conseguir novos parceiros com capacidade de fornecimento igual ou superior que os parceiros africanos? As respostas para todas essas questões, só o futuro poderá revelar. O certo é que como mencionou Morais (2011), os benefícios imediatos são evidentes, para ambos os lados. No entanto, a médio e longo prazo, as possibilidades já não são tão claras (Morais 2011, 10).

Não nos podemos esquecer que estamos a falar de um “casamento por conveniência”, onde não temos cultura nem história verdadeiramente comuns a unir ambos os países. Os chineses não se identificam com a cultura angolana e vice-versa, não há partilha de idiomas, nem hábitos comuns. Basta olhar para a comunidade angolana e negra na China, que é quase inexistente. Em Angola, tem aumentado a presença de chineses, mas que vão especificamente para certos projetos de construção e a maioria acaba por voltar ao seu país de origem passado pouco tempo. De entre os que permanecem, a maior parte prefere manter o isolamento e não conseguem uma integração favorável dentro da sociedade angolana.

Em suma, podemos dizer que as relações sino-angolanas remontam ao século passado, mas que foi com a viragem do século que as mesmas se intensificaram. Essa ideia encontra-se defendida em grande parte da literatura sobre o assunto (Begu, Vasilescu, Stanila & Clodnitchi 2018,1; Kiala 2012, 327; Ata 2009, 49). Taylor coloca ênfase no aspeto económico da relação, dizendo que, “...o impulso económico é hoje indiscutivelmente dominante” (Taylor 2006, 941 Tradução da Autora). Kingsley Ighobor afirma que de um modo geral, os líderes africanos partilham a perceção de que a relação sino-africana, não é ‘uma via de mão única’, e que está mais baseada no comércio, em condições de igualdade, entre as partes (2013, 7). No caso de Angola, é notório que ao longo do período 2002-2017, o governo angolano falhou na sua missão de diversificação da economia, levando com que a mesma ficasse refém do mercado petrolífero mundial. Dala (2018) menciona que não foi inteligente o aproveitamento feito pelo governo, das riquezas provenientes da exploração do petróleo (Dalas 2018, 46). Podemos adicionar que o aproveitamento feito dos benefícios com a aproximação sino-angolana também não foi muito eficaz. Conforme discutido acima, a aplicação das linhas de créditos angolanas provenientes da

China e asseguradas pelo petróleo, também foram um pouco mal aproveitadas e pouco transparentes, sendo que os setores sociais fundamentais da sociedade se beneficiaram pouco das mesmas.

Podemos finalizar dizendo que as relações sino-angolanas, embora com um futuro incerto, indubitavelmente caracterizam-se por um pragmatismo oportuno, reciprocidade e interesses comuns entre ambas as potências⁶³. Tal como afirmou Malaquias (2012) “A China é a nova melhor amiga de Angola, por agora” (Ibid, 26 Tradução da Autora).” (Ibid, 26). Ou, tal como afirmou Miguel, “...Não existem, porém, até agora, nenhuma história verdadeira das relações entre a China e África” (2014, 53).

⁶³ Atualmente, tal como manifestou o vice-presidente chinês, Wang Chen (2019), numa audiência concedida pelo Presidente angolano João Lourenço, ambos os países mantêm o interesse em fortalecer cada vez mais as relações bilaterais e o estatuto de ‘parceiros estratégicos’. Por sua vez, o Presidente angolano, João Lourenço, respondeu que, “desenvolver uma cooperação pragmática com a China é uma escolha estratégica inabalável para o país” (Lourenço, 2019). Neste mesmo encontro, ambas as partes se mostraram dispostas a estreitar a cooperação internacional, apostar no multilateralismo e defender o livre comércio. Para mais informações, visite: <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/china-reefirma-o-reforco-da-cooperacao-com-angola>

Capítulo 4: a China na política externa angolana: um caso de *external balancing*?

Como estabelecido no início da dissertação, tomamos como baliza temporal o período entre 2002 e 2017, sendo 2002 o ano em que Angola alcançou finalmente a paz e, 2017 o ano que marcou o fim do mandato do Presidente José Eduardo dos Santos, resultando na eleição de um novo Presidente, João Manuel Gonçalves Lourenço, pela primeira vez em mais de 30 anos consecutivos. Assim sendo, para efeitos de análise da China no quadro da política externa angolana na presente dissertação, foram considerados apenas os anos correspondentes ao mandato de José Eduardo dos Santos no século XXI. Além disso, escolhemos também a teoria do Neorrealismo, para ajudar na nossa tarefa analítica, visando dar resposta à seguinte pergunta de investigação: *Que papel a China tem desempenhado na política externa angolana desde o fim da guerra civil?*

Tendo por base as obras de Waltz (1979), Mearsheimer (2007) e Bendel (1994), devemos assinalar que o Neorrealismo tem proposições próprias que importam relembrar. Em primeiro lugar, o Estado como principal ator. Os neorrealistas ressaltam a importância do papel dos Estados no sistema, mas também reconhecem a existência e relevância de outros atores, como as organizações internacionais. Podemos citar a UA, UE, ONU, etc. Em segundo lugar, a anarquia ao invés da hierarquia, pois o Neorrealismo também conhecido como realismo estrutural, coloca ênfase na estrutura do sistema, o qual é considerado anárquico. Há um vazio de poder no sentido de não existir uma entidade suprema global que possa velar pela segurança de todos e garantir o cumprimento de todas as normas e leis internacionais. Basicamente, não há um 112 onde os Estados podem ligar sempre que se encontrem em 'apuros'. Em terceiro lugar, apontam a distribuição de capacidades como variável fundamental, considerando que o poder e a forma como as capacidades militares e económicas são distribuídos, constitui o elemento mais importante na hora de analisar as decisões tomadas pelos Estados. Em quarto lugar, a sobrevivência como fim último dos Estados (*Self-help principle*). Como consequência de conviverem todos num ambiente anárquico, os Estados lutam pela sobrevivência dentro do sistema.

Essa teoria aplica-se ao nosso tema de trabalho, pois se existem países que experimentaram mais recentemente, em primeira mão, os efeitos de estar dentro de um sistema anárquico, e ter de lutar constantemente por sua sobrevivência e alcance de objetivos e interesses nacionais, um destes países é sem dúvida Angola. Um país que durante séculos esteve sob domínio português, e teve de lutar pela sua independência. Mesmo após a independência esteve mergulhado numa guerra civil durante mais de 25 anos, durante a qual sofreu também os efeitos da Guerra Fria, com ingerências externas dentro de seu território, como ficou explicado em apartados anteriores.

No que toca às relações com a China, temos por um lado a China que segundo indicou o governo chinês, é guiada pela convicção de que é melhor ensinar as pessoas a pescar, do que simplesmente fornecer o peixe, conforme afirma o Livro Branco do governo Chinês de 2021⁶⁴. Neste sentido, segundo o governo chinês, a China trata de colaborar com outros países, ajudando países em vias de desenvolvimento a melhorar em questões de governança, partilhando experiências, ajudando na progressão tecnológica de entre outros domínios (China's State Council Information Office 2021,37). Foi nesse período mais expansionista, que a China decidiu entrar em terras angolanas, à procura de novas parcerias onde pudesse assim partilhar suas experiências e ajudar o país no seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que obtinha benefícios, como novos mercados para exportação de produtos e importação de outros recursos naturais como o petróleo.

Embora a sobrevivência seja vista pelos neorealistas como base da ação dos Estados num sistema anárquico, estes também reconhecem que isso não é suficiente para explicar todas as ações e decisões dos Estados. Ou seja, nem sempre os Estados atuam por razões de sobrevivência, mas sim por motivos diversos como poderia ser a 'ambição' ou desejo de conquistar ou aumentar seu poder dentro do sistema internacional. Os Estados, no mínimo, velam pela própria sobrevivência e no máximo impulsionam a dominação universal (Waltz 1979, 118). Segundo Lundborg (2018), não se trata de reconhecer a sobrevivência como sendo o único e

⁶⁴ Frase original, "*it is more helpful to teach people how to fish than to just give them fish*", pode ser consultada na página 37 do Livro Branco do governo Chinês, publicado em 2021, disponível em: http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202101/10/content_WS5ffa6bbbc6d0f72576943922.html

exclusivo objetivo dos Estados, mas sim um fim último comum a todos ou quase todos os Estados, apesar de existirem muitos outros objetivos que também podem estar na origem de certas ações e decisões, como por exemplo a maximização do poder (Lundborg 2018, 233). Para alcançar esses fins, incluindo o de sobrevivência, lembramos que os Estados podem usar certas estratégias. Segundo Waltz, estas podem ser de *internal balancing*, consistentes com o fim de desenvolver o Estado do ponto de vista económico e militar; *external balancing*, através da criação e/ou fortalecimento de alianças, ou também criando meios para enfraquecer ou fazer frente a um oponente; e *bandwagoning*, alinhando-se ao Estado mais forte ou o Estado ameaçador (Waltz 1979, 126-128).

Para maximizar seu poder e presença na região, bem como sua segurança, Angola tem vindo a desenvolver cada vez mais relações com a China, que como vimos, num princípio surgiu como alternativa ao apoio ocidental que Angola tanto precisava no período imediatamente posterior ao da Guerra Civil, para poder alcançar a consecução dos principais objetivos e interesses nacionais que tinha na época. As relações sino-angolanas, desde 2002 até 2017, sofreram um incremento bastante significativo, tendo-se desenvolvido e abrangido cada vez mais áreas de atuação, que vão desde a agricultura ao comércio, passando pela cultura, educação, etc. Assim, Angola tem aumentado, diversificado e intensificado sua relação com a China, o que permite ao país desenvolver suas capacidades internas, e ao desenvolver internamente suas capacidades, permite que o país possa ocupar uma posição cada vez mais imponente na região austral.

Salman e Geraerts (2015) mencionam alguns exemplos de atos e decisões que os Estados podem tomar, consistentes em estratégias de *external balancing*, tais como permitir o incremento do investimento estrangeiro direto de aliados, desenvolver mais atividades comerciais com os aliados, o fortalecimento e desenvolvimento de apoio diplomático com aliados estratégicos em fóruns internacionais, ou também intensificar a cooperação cultural. Tudo isso no intuito de desenvolver as capacidades do país e assegurar assim a segurança e sobrevivência do mesmo no sistema (Salman e Geraerts 2015, 5). Se analisarmos as relações sino-angolanas, poderemos confirmar vários desses exemplos. Como vimos anteriormente, o volume comercial entre Angola e a China tem tido um incremento exponencial desde que Angola alcançou a paz em 2002. Angola e

a China têm colaborado através Fórum de Cooperação China-África, e os vários setores de cooperação já abrangem a agricultura e muito mais.

Não é fácil definir uma estratégia que se aplique na totalidade no caso de Angola, quando analisamos a relação deste país com a China. Devemos ter em conta que são teorias criadas já há algum tempo e a realidade não só varia de uma zona do globo a outra, como também tem mudado ao longo do tempo. Além disso, as teorias podem às vezes servir para explicar globalmente as decisões de certos Estados, mas que não se aplicam na totalidade à realidade de outros. No caso de Angola, por exemplo, procuramos refletir sobre as estratégias defendidas por neorrealistas como Waltz, sendo que consideramos o *external balancing* como a mais indicada para explicar as relações sino-angolanas e para ajudar a dar resposta a nossa pergunta de investigação. Entendemos que Angola ampliou suas alianças e uniu-se a uma potência forte como a China (*external balancing*), para poder assim incrementar suas possibilidades de desenvolvimento e ser capaz de num futuro, competir mais eficazmente na região. De destacar que neste caso específico, Angola não só não se uniu a uma potência mais fraca do que a sua competidora mais direta, a África do Sul, como também não se uniu a uma outra potência regional que também considerasse a África do Sul como ameaça ou competidora. Uniu-se à China, uma potência emergente e estrangeira. Por outro lado, ao aliar-se à China, Angola conseguiu realizar vários projetos e desenvolver vários setores a nível nacional. Tal como vimos em capítulos anteriores, depois da Guerra Civil, Angola precisava urgentemente iniciar um processo intensivo de reconstrução nacional, e depois de ver suas tentativas frustradas com o ocidente, a China aparece como a 'salvadora'.

Para Snyder (2002), temos um Estado hegemónico quando o mesmo é a única grande potência no sistema. No entanto, se numa região existir mais de uma grande potência, já não podemos falar de Estados hegemónicos (Snyder 2002, 152). Há anos atrás, talvez fosse mais fácil identificar a África do Sul como a grande potência regional na África Austral. Mas, desde que Angola alcançou a paz em 2002, este país tem-se desenvolvido a um ritmo que tem permitido confirmar o potencial que o país tem, ocupando uma posição cada vez mais importante na região.

A afirmação de que a África de Sul é a grande potência regional, já não é tão clara e provavelmente deixará de ser verdadeira a longo prazo, se forem tomadas decisões certas pelo governo angolano, tanto a nível económico como político-social.

Walt (1990), por sua vez, afirmou que a ameaça não tem de ser exclusivamente militar, para que um Estado opte por uma estratégia de *external balancing*. Também se pode tratar de questões económicas ou até mesmo questões de liderança. Walt apresenta uma ideia interessante sobre o conceito e perceção de ameaça, considerando quatro potenciais fontes de ameaça, que podem explicar em que circunstâncias um Estado pode supor ou ser visto como uma ameaça para outros (Walt 1990, 21–26). Em primeiro lugar, o Poder agregado, referente à totalidade de recursos que um Estado tem disponíveis. Deste modo, os Estados com maiores capacidades ou recursos, podem ser mais suscetíveis de serem vistos como ameaças por outros estados (Ibid, 22). Aqui se pensarmos no caso de Angola, já desde o século passado, que a África do Sul representou uma potência importante na região, com elevados recursos e capacidades económico-militares, que o governo angolano não teve como ignorar. Em segundo lugar, a proximidade geográfica, referente à distância entre um Estado e potenciais Estados competidores. Neste sentido, os Estados mais próximos tendem a supor uma maior ameaça para um Estado, do que aqueles do outro lado do mundo (Ibid, 23). Claramente podemos perceber que para Angola, por exemplo, países como a África do Sul, ou os pertencentes a problemática Região dos Grandes Lagos Africanos, possam ser capazes de representar uma ameaça mais imediata, do que por exemplo o Japão ou a China. Em terceiro lugar, a capacidade ofensiva, referente ao poder que um Estado tem, traduzindo-se na capacidade de levar a cabo ações que possam causar consequências importantes para outros Estados, sejam estas positivas ou negativas (Ibid, 24). Entendemos assim que inevitavelmente, a capacidade ofensiva de um Estado vai estar intimamente relacionada com o poder agregado do mesmo e em menor grau, com a proximidade geográfica. Assim sendo, quanto maior o poder ofensivo, maior ameaça pode representar para outros Estados. Em quarto lugar, as intenções agressivas, referente ao modo em que um Estado pode ou não ser visto por outros, como potencial inimigo ou um perigo eminente (Ibid, 25-26). De todas estas características mencionadas por Walt, esta é capaz de ser a mais dependente de perceção de cada Estado. Não

obstante, a percepção de cada Estado também acaba por estar influenciada pela capacidade ofensiva e poder agregado que o outro Estado tiver.

A África do Sul no século passado representou um grande desafio para Angola e para a região, pois durante os primeiros anos, foram-se formando as bases que orientariam o sistema regional da África Austral; e durante este processo, a África do Sul posicionou-se gradualmente no centro desse sistema. No entanto, quando alcançou a independência (1975), Angola posicionou-se rapidamente como a segunda potência mais relevante da região, o que ficou evidente com o interesse e ingerências de várias potências estrangeiras importantes como os EUA, a União Soviética e Cuba, durante o período pós-independência. Angola teve logo notoriedade na região, pois tratou de alterar a ordem conservadora vigente que até então existia, sob a liderança da África do Sul, lutando contra o apartheid. Além disso, também acolheu várias forças nacionalistas refugiadas da África do Sul e também namibianas, enquanto a África do Sul, procurava desestabilizar Angola, fomentando o conflito civil existente, através do apoio militar concedido à UNITA, como ficou anteriormente explicado (Silva 2015, 141; SADC, 2018).

Assim, tendo em conta o histórico das relações entre as duas potências, Angola procurou estar vigilante no sentido de evitar o monopólio de poder e liderança na região por parte da África do Sul. Por ter sofrido com a colonização e posteriormente ingerências externas de vários atores durante a Guerra Civil, o governo angolano tornou-se consciente da necessidade de se impor mais como potência emergente, não só a nível regional, mas também global, conquistando assim seu próprio lugar no cenário internacional.

No século atual, é certo que as relações entre Angola e África do Sul são totalmente diferentes, estando baseadas no respeito mútuo pela soberania e integridade territorial de ambos, salvaguardado em vários tratados de cooperação e amizade. Lechini (2012) afirma que a “África do Sul pós-apartheid aparece como uma potência regional atraente” (Lechini 2012, 146). Uma potência que tem ocupado constantemente a posição de ator político-económico altamente significativo na região (Carmody, 2013). Se bem é certo que, por um lado, ambas as potências têm hoje uma relação pacífica, por outro lado, continua a existir a ambição de liderança regional,

quer da parte de Angola, quer da parte da África do Sul. Podemos sustentar essa afirmação tomando como exemplo a Bolsa Pan-Africana, proposta pela África do Sul em 2003.

É certo que um mercado bolsista ajudaria significativamente na afirmação económica de Angola, dentro do contexto regional e consequentemente internacional. No entanto, a economia é um grande pilar a ser considerado, quando o objetivo é alcançar a liderança regional. Os sul-africanos adiantaram-se logo e, em 2003, enviaram representantes da Bolsa de Valores de Joanesburgo, numa visita oficial à cidade de Luanda, com a proposta da criação do mercado pan-africano, com sede na África do Sul, que por sua vez colaboraria com Londres, para levar a cabo a modernização da bolsa. Essa iniciativa, não foi vista com bons olhos pelo governo angolano. Segundo o coordenador da Comissão do Mercado de Capitais angolano, Cruz Lima, os sul-africanos tinham “intenções de se apresentar como os ‘campeões ou guardiões’ das bolsas africanas junto da Bolsa de Londres”, e claro, diante do mundo. Foi considerada impensável a adesão de Angola nessa iniciativa, já que “Angola seria assim um ‘sub-mercado’ de Joanesburgo” (AngoNotícias, 2009).

O interesse de Angola por uma potência emergente como a China, resulta de uma estratégia de angariação de ajuda e apoio no desenvolvimento e reconstrução nacional, num contexto em que para Angola, toda a ajuda e colaboração é necessária nessa luta pela sobrevivência. Ao mesmo tempo, Angola vê na África do Sul também um parceiro importante, do qual recebe apoio e partilha de experiências, e vê como um exemplo a seguir. Tal é a importância que a África do Sul tem, que quando o novo governo assumiu o poder em 2017, a África do Sul foi o primeiro país a receber uma visita de Estado oficial, onde se manifestaram intenções de se estabelecer uma parceria estratégica entre ambos os países⁶⁵. A África do Sul, tal como a China têm ajudado assim o país a desenvolver capacidades internas no âmbito da saúde, educação, tecnologia, governança, etc. Inevitavelmente, ao melhorar as capacidades internas do país, aumenta as possibilidades de que Angola se torne mais competitiva num futuro próximo.

Assim, respondendo à nossa pergunta de investigação, podemos dizer que a China na

⁶⁵ Para mais informações sobre a primeira visita de Estado do governo de João Lourenço, visitar: <https://www.dw.com/pt-002/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-quer-parceria-estrat%C3%A9gica-com-%C3%A1frica-o-sul/a-41538129>

política externa angolana desempenhou entre 2002 e 2017 um papel de parceiro estratégico, com o objetivo de ajudar, inicialmente, com financiamentos para projetos de reconstrução nacional, já que Angola acabava de sair de uma Guerra Civil que havia devastado o país durante anos. Isto numa altura em que a conferência de doadores, que representava a maior esperança, para os angolanos tinha sido um fracasso. A China aparece como alternativa, a ‘luz no fundo do túnel’, para o governo angolano. Para Angola, foi uma questão de sobrevivência pura e dura. Essa relação acabou por prosperar e tem-se desenvolvido cada vez mais, sendo que hoje inclui cooperação em várias áreas.

Se é certo que a China representou uma grande alternativa para o governo angolano, sobretudo no início do século, permitindo satisfazer necessidades de financiamento para projetos mais imediatos e urgentes de reconstrução que Angola apresentava, alguns dados indicam que nem tudo foi positivo. Uma das questões levantadas a esse respeito, é a da qualidade duvidosa de projetos que foram realizados, com base nesta cooperação, como foi o caso do já explicado projeto do Hospital Geral de Luanda. Trazendo aqui outra vez o dito pela Ministra Vera Daves, no que respeita à “qualidade das obras, isso não depende do financiador, mas da relação do Estado Angolano e os empreiteiros”, podemos reforçar a ideia da necessidade de uma maior fiscalização e controle, para que estes projetos financiados possam trazer resultados positivos para o país. Afinal, tal como disse a Ministra, a entidade financeira “que é um banco, olha para as faturas e não para as paredes” (Plataforma, 2020).

No entanto, a consequência mais importante e que tem sido alvo de grandes debates e de mais críticas no cenário internacional, é a questão da dívida que o governo angolano contraiu com o governo chinês ao longo dos primeiros anos do presente século. Ao contrário do que se esperava, os financiamentos não ajudaram a tornar Angola mais competitiva. Os maiores beneficiados foram as elites angolanas, que se tornaram cada vez mais ricas, a corrupção agravou-se ao longo dos anos com a falta de fiscalização e controle na execução dos mencionados projetos, muito dinheiro foi desviado,⁶⁶ na maioria dos casos sem que ninguém fosse responsabilizado. E no

⁶⁶Com bases nas investigações patrimoniais feitas pelo Serviço Nacional de Recuperação de Ativos, as perdas em que o Estado incorreu ascendem a

meio disto tudo, temos hoje uma Angola ‘asfixiada’ com uma dívida gigante, cuja liquidação será ‘dolorosa’ sobretudo para o povo angolano, que no final acaba por ser sempre o mais prejudicado.

Até ao ano de 2017, passados 15 anos desde que o país alcançou a paz, e tendo intensificado gradualmente relações com o governo chinês durante este período, chegamos a conclusão de que as relações sino-angolanas evidenciam, de facto, uma estratégia de *external balancing*, por parte do governo angolano. Ao cultivar uma parceria com a China, uma potência mais forte, Angola conseguiu obter financiamentos que permitiram ao país realizar diversos projetos, com vista ao desenvolvimento nacional. Os anos seguintes à assinatura dos acordos de paz em Angola, mostraram que a sobrevivência deste Estado no sistema internacional, um dos fundamentos principais do Neorrealismo, tem guiado as decisões do governo angolano, no âmbito da sua política externa. Tendo em conta que a teoria neorrealista postula que o *external balancing* consiste na “criação e/ou fortalecimento de alianças, ou também criando meios para enfraquecer ou fazer frente a um oponente” (Waltz 1979, 126 Tradução da Autora), vemos que as relações sino-angolanas se enquadram no contexto de fortalecimento de alianças, se considerarmos que durante o período 2002-2017, as mesmas sofreram um incremento significativo. Quanto a aliar-se a um parceiro mais forte, para fazer frente a outro oponente, embora a África do Sul pudesse ser um exemplo neste sentido, consideramos que a relação de Angola com a China durante o mencionado período não contribuiu para tornar Angola um país mais capaz de competir para a liderança regional. Pelo contrário, acabou por contribuir para o aumento da corrupção e desvio de capitais, e deixou Angola com uma dívida externa gigante, tal como vimos anteriormente.

O incremento do investimento estrangeiro direto de aliados, de atividades comerciais e colaboração em fóruns internacionais, também vistos como parte de uma estratégia de *external balancing* (Salman e Geraerts 2015, 5), caracterizaram as relações sino-angolanas, desde 2002 até 2017, tendo Angola recebido grande parte do total de investimentos feitos pela China em África e

23,79 mil milhões de dólares”. Destes, “13,52 mil milhões foram desviados ilegalmente através de contratos fraudulentos com a petrolífera estatal Sonangol; 5,09 mil milhões foram retirados da Sodiam e da Endiama, empresas públicas ligadas aos diamantes; e os restantes 5,19 mil milhões desviados de outras empresas e setores de atividade”.- Presidente João Lourenço, 2020. Ver mais informação sobre a entrevista em: <https://observador.pt/2020/10/11/angola-24-mil-milhoes-de-dolares-desviados-do-estado-mais-de-metade-so-na-sonangol/>

convertendo-se num dos maiores parceiros comerciais da China no continente africano. No entanto, o balanço não parece ser muito positivo, no que toca aos benefícios que essa relação trouxe para Angola, principalmente com a questão da dívida externa. A dívida externa angolana, embora tenha conseguido manter-se, entre 2010 e 2014, nos 33% do PIB, teve um incremento significativo em 2015, correspondendo a 60% do PIB e, em 2016, com o recebimento de grandes empréstimos por parte da China, a dívida chegou a ocupar 75% do PIB, sendo que 43% do total desta dívida tem como credor a China (Pinto 2021).

Não obstante, embora ainda esteja em fase de desenvolvimento, com muito por se fazer a nível interno, Angola tem a seu favor uma série de fatores, como a abundância de recursos naturais como o petróleo e o diamante, uma extensão de mais de um milhão de quilómetros quadrados, incluindo uma vastidão de solos férteis, uma população maioritariamente jovem que, com a formação adequada, representaria uma grande força laboral, tem sido um Estado-membro crucial na SADC e outras organizações regionais e internacionais, com grande peso em matérias de resolução pacífica de conflitos, com especial menção ao seu papel nos conflitos dos Grandes Lagos africanos.

Por isso, Angola tem conseguido manter o interesse da China de tal modo que se converteu em 2006, no maior parceiro comercial da China em África, tendo tirado o lugar da África do Sul (AngoNotícias, 2006) e fechou o ano de 2020 como o terceiro parceiro comercial da potência asiática em África (Fórum Macau, 2021). Mas, o que poderá acontecer nos próximos anos é difícil de prever com precisão. O que temos por certo é o presente que no caso angolano ainda nos remete para um país com graves problemas de corrupção e desvios de fundos públicos, com uma riqueza desigualmente distribuída pela população, sendo que grande parte dela vive sem condições mínimas e dignas para um ser humano. A margem de progresso ainda é grande e a diversificação de parcerias estratégicas tem sido um grande instrumento do governo angolano, com vista a alcançar o desenvolvimento e melhorar as condições de vida dos angolanos, bem como o posicionamento de Angola no continente e no mundo. Tendo em conta esta realidade angolana, a China parece ter as condições e disponibilidade suficientes para ser um parceiro fiável durante este processo. No entanto, são necessárias mudanças, na forma como os acordos têm

side feitos, de modo a garantir que os mesmos tenham resultados mais positivos no futuro.

Conclusão

A realidade do sistema internacional atual difere muito daquilo que foi há quase 50 anos atrás, aquando da independência de Angola. Desde então, muitos foram os acontecimentos que de alguma forma caracterizaram e moldaram a ordem internacional vigente. Podemos aqui mencionar a crise do petróleo (1990-91), o fim da Guerra Fria em 1991, bem como a dissolução da antiga URSS e o surgimento de novos polos de poder.

Dos vários acontecimentos ocorridos até hoje, sem dúvida o surgimento de potências e regiões emergentes ocupam um lugar especial no que toca às transformações das 'regras do jogo' no sistema internacional. Neste contexto, a China inequivocamente representa um grande exemplo de uma potência emergente desafiadora da ordem vigente. Uma potência que tem ocupado um lugar cada vez mais dominante, e determinada na defesa do multilateralismo. Um dos grandes objetivos da China tem sido assim eliminar a distância existente entre os extremos Norte e Sul, em termos de desenvolvimento dos países. Por isso, à margem de outros interesses próprios que possam existir, o conceito de cooperação Sul-Sul é um dos pilares da política de expansão chinesa, que visa assim apoiar outros países em vias de desenvolvimento no mundo. Tal como a presente dissertação procurou demonstrar, a presença da China em Angola e a sua posição na política externa angolana deve ter em conta este contexto.

Angola, ao ser um país bastante atrativo em termos de recursos naturais, sobretudo o petróleo, mercado alvo para a exportação de produtos manufaturados, um país cheio de oportunidades devido à necessidade de apoio na reconstrução nacional e não só, não passou despercebido na consecução da política de expansão e de cooperação com investimento direto estrangeiro por parte da China. Por sua vez, o governo angolano que, desde a independência, sempre considerou a cooperação um grande instrumento da sua política externa do país, não deixou passar a oportunidade que a China representava e continua a representar, como novo parceiro estratégico e fonte de financiamento. A análise feita ao longo dessa dissertação, permitiu-

nos chegar a várias conclusões, que neste capítulo final serão destacadas.

Quanto ao caminho percorrido por Angola, desde que era uma colónia portuguesa até ter-se convertido no país que hoje conhecemos, podemos ressaltar aqui o facto de que os angolanos como um só povo não é uma realidade antiga. O espaço que constitui hoje Angola, deixou de ser conjunto de reinos independentes para passar a ser um único país soberano, formado por várias nações com origens étnicas muito variadas, o que parece ter sido uma das maiores causas dos desentendimentos, durante o período do pós-independência, devido à falta de acordo que existia em termos de guiões de governação. Claro que a isto devemos somar também os interesses políticos, económicos e outros, que cada movimento nacionalista defendia. Apesar do período difícil vivido pelos angolanos, desde a independência até 2002, caracterizado por uma Guerra Civil que devastou o país em todos os setores possíveis, Angola veio a afirmar-se como um país independente, com um sistema proclamado pela Constituição como democrático, e um povo ou uma nação com sentimento de união.

Tal como este trabalho demonstrou, durante o período de guerra civil angolana, muitas das grandes potências não puderam estar de fora e realizaram esforços para projetar seus próprios interesses nacionais, aproveitando-se da situação de instabilidade que existia no país. Merecem destaque as duas grandes potências que protagonizaram a Guerra Fria, os EUA e a URSS. Ambas as potências, apoiando lados opostos no conflito, tiveram um papel crucial no desenvolvimento e prolongamento da guerra civil angolana. Indubitavelmente, o alcance da paz em 2002, foi o acontecimento que simbolizou um ponto de viragem, um antes e um depois, no que toca à política interna e sobretudo externa, do país e, conseqüentemente, representou uma nova fase em termos de estabilidade regional e também internacional, se tivermos em conta que se tratava de um conflito que se alastrava e criava constrangimentos não só para os angolanos, mas para outros países vizinhos, colocando também em risco a paz e segurança internacionais.

Em relação aos principais vetores da política externa angolana, foi explicado que as bases da mesma começaram a ser formadas muito antes da independência, com as várias ações

tomadas pelos principais movimentos de libertação MPLA, FNLA e UNITA. No período imediatamente posterior à independência do país (1975), a diplomacia teve uma grande relevância no âmbito de política externa, pois o novo governo liderado por Agostinho Neto tratou de desenvolver relações diplomáticas com todos os países do mundo, interessados em estabelecer relações bilaterais com Angola (Bembe 2016, 5). Assinalou-se também o Programa Maior e Programa Mínimo do MPLA (1960), que estabeleceu várias das principais bases de política externa angolana atual, com ênfase sobre a solidariedade para com os demais povos africanos, e o respeito pela soberania de cada Estado, um assunto que para um país como Angola, tem bastante relevância.

A segurança, integridade territorial e resolução pacífica de conflitos também têm sido princípios bastante valorizados pelo governo angolano, desde a independência do país. Considerando o papel que teve no término do apartheid, na independência da Namíbia, na gestão do conflito na região dos Grandes Lagos, entre outros, podemos afirmar que Angola procurou, sobretudo a partir de 2002, apresentar-se como um dos países africanos com capacidade de contribuir para a paz e estabilidade na sua região e, por consequência, no continente africano e no mundo.

Quanto às relações com a China, vimos que se trata de uma potência que desde o início do século XXI procurou construir uma nova imagem perante o mundo – a imagem de uma potência que acredita na cooperação multilateral e ajuda mútua entre países em vias de desenvolvimento tendo em vista diminuir o gap entre Norte e Sul.

Neste sentido, tem vindo a desenvolver relações com Angola que, entre 2002 e 2017 se intensificaram, envolvendo cada vez mais áreas de atuação e cooperação. Concordamos com Pautasso (2010, 121) quando diz que se percebe, de certo modo, que Angola tenta evitar um excesso de dependência da China em termos de parcerias estratégicas, mas que após a Guerra Civil, aproveitou-se da potência asiática como uma via de escape, às imposições e exigências das grandes potências ocidentais.

Entendemos que a presença chinesa em Angola, apesar das consequências negativas que já foram analisadas, não representaria um neocolonialismo, como muitos questionam, mas sim uma possibilidade para o país de aproveitar as novas parcerias a seu favor, para se integrar mais no cenário internacional, desenvolver a diplomacia e estabelecer seus principais objetivos de política externa, principalmente em prol do crescimento e desenvolvimento nacional nos vários setores. A análise feita nesta dissertação, permitiu entender que o problema nas relações sino-angolanas é a questão da má gestão dos benefícios obtidos dessa relação, que como vimos resultaram em grandes dívidas para os governos, projetos com má qualidade, e problemas de desvios de fundos, no caso angolano. É certo que no caso da China, as coisas acabam por ser menos transparentes, no que diz respeito, por exemplo, aos financiamentos, e que talvez, esta devesse ser mais exigente com os países com os quais coopera, de modo a garantir que o dinheiro que é emprestado, é realmente usado para contribuir no desenvolvimento em áreas chaves do país devedor. No entanto, a China acredita que não deve haver interferência na gestão interna do que cada país faz do dinheiro recebido.

A análise feita na presente dissertação permitiu responder à nossa pergunta de investigação, no sentido de que a China representa um papel de parceiro estratégico para o governo angolano, sendo que ambas as potências assinaram, em 2010, uma Declaração conjunta de parceria estratégica. A análise permitiu também verificar que o interesse do governo angolano por uma potência como a China, evidenciou numa estratégia de *external balancing*, que se materializou nos seguintes aspetos: fortalecimento significativo das relações entre ambos os países no período entre 2002 e 2017; incremento do investimento estrangeiro direto da China em Angola, através de vários financiamentos e colaboração em diversas áreas como educação e cultura.

Como vimos anteriormente, em 2008 Angola ocupou o lugar de maior parceiro comercial da China no continente africano. Ao conceder créditos ao governo angolano, a China permitiu que o governo angolano pudesse realizar alguns projetos de reconstrução nacional. No entanto, durante este período, o papel da China na política externa angolana não contribuiu especificamente para o objetivo de tornar Angola mais perto de alcançar a liderança regional, nem

balançar o poder na região, impedindo o monopólio dessa liderança por parte da África do Sul. Os principais motivos que justificam esta afirmação são, em primeiro lugar, o facto de Angola ter chegado a 2017 com uma dívida externa correspondente a cerca 75% do seu PIB total, sendo que a China é credora de cerca de 43% do total desta dívida. Em segundo lugar, entre 2002 e 2017, a corrupção em Angola aumentou de tal maneira, que o desvio de capitais e de fundos públicos passou a ser uma prática comum entre os políticos e governantes angolanos. A falta de transparência (em termos de valores e condições) nos créditos concedidos a Angola pelo governo chinês, contribuiu significativamente para a realização dessas práticas de corrupção.

Em suma, tendo em conta que os neorealistas como Waltz consideram que o *external balancing* pode consistir numa estratégia de fortalecimento de alianças e/ou de criação de meios para enfraquecer um oponente mais forte ou ameaçador, concluímos que Angola adotou uma estratégia de *external balancing* com a China, através do fortalecimento de alianças com esta potencia asiática, sem que isto tivesse implicado a criação de meios para enfraquecer a África do Sul, sua competidora mais direta, sobretudo no que toca à liderança da região da África Austral.

A presença da China em Angola em particular, representa novos desafios e também oportunidades para as relações internacionais, criando novas dinâmicas e formas de cooperação, com ênfase na cooperação Sul-Sul e na expansão da política chinesa de *win-win*. Angola reconhece o valor como parceiro estratégico que a China representa, mas continua a valorizar e a manter relações também com parceiros tradicionais como o FMI. A dívida angolana com a China ainda está longe de desaparecer, mas a gestão que se faça da mesma nos próximos tempos, determinará o futuro das relações entre ambos os países. Ao mesmo tempo, o governo angolano tem muito pela frente, deverá trabalhar no sentido de melhorar as condições atuais do país. A estrutura económica do país ainda é débil, com pouca diversificação e com forte dependência do petróleo, onde a criação de emprego é pouco significativa, as exportações são também concentradas no setor petrolífero e importam-se a maior parte dos bens de consumo (PND 2018-22, GOV. ANGOLA,23). Assim sendo, a parceria estratégica com a China pode representar uma grande oportunidade para Angola, com a devida gestão e fiscalização. Com a dívida atualmente

existente e a continua necessidade de petróleo que a China tem, tudo indica que a relação entre os dois países ainda se deverá manter ao longo dos próximos tempos. No entanto, parece que há novos horizontes com o governo de João Lourenço, que parece estar a caminhar para uma aproximação cada vez maior do ocidente, e não só, (Índia, Brasil, etc.) sem descartar o papel que a China tem como parceira estratégica. Mas, só o futuro permitirá comprovar a sustentabilidade ou não das relações sino-angolanas.

Em 2017, João Lourenço assumiu o poder e tudo indica que no âmbito das relações sino-angolanas, o atual governo não vai dar continuidade a tendência de endividamento excessivo com a China, estando a optar por alternativas como os Estados Unidos e o FMI. Os resultados que João Lourenço tem conseguido e poderá conseguir e as consequências dessas mudanças para as relações sino-angolanas poderão vir a inspirar uma futura nova pesquisa no âmbito de um doutoramento.

Bibliografia

Fontes Primárias

Angola e China (2010). Declaração Conjunta. Obtido em 27 de Agosto de 2019, de: https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2010/10/46/Integra-Declaracao-Conjunta-entre-Angola-China,bfd7acb7-90c8-48d9-a2d2-c8647916bf74.html

CEIC. (Agosto de 2019). Relatório sobre as relações China-Angola à luz das 8 iniciativas propostas na cimeira de Beijing do Fórum para a cooperação China-África (FOCAC 2018).

Decreto Presidencial (2018). Livro Branco de Defesa Nacional, disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwizmOi317jkAhUrQkEAHco9CTAQFjAFegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.minden.gov.ao%2Fdownload.aspx%3Fid=1667%26tipo=publicacao&usg=AOvVawOwZCdWiy-8Db4d3ARs37C8>

Embaixada de Angola em Portugal. (2020). Obtido em 31 de Outubro de 2020, de <http://www.embaixadadeangola.pt/pr-chega-nova-iorque-para-assembleia-geral-da-onu/>

FOFAC. (16 de Novembro de 2006). Obtido em 2 de Agosto de 2019, de fofac.org: https://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/t280369.htm

FOFAC. (25 de Setembro de 2009). *fofac.org*. Obtido em 2 de Agosto de 2019, de https://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/t606841.html

FOFAC. (2009). Forum on China-Africa Cooperation sharm el sheikh action plan(2010-2012) . *Forum On China-Africa Cooperation*.

FOFAC. (2012). The Fifth Ministerial Conference Of The Forum On China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2013-2015).

Governo de Angola. (15 de Janeiro de 1975). Obtido em 20 de Dezembro de 2019, de Universidade de Beira Interior: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/ACORDO-ALVOR.pdf>

Governo de Angola. (2010). Obtido em 29 de Outubro de 2020, de <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao001pt.pdf>

Governo de Angola. (2010). Obtido em 29 de Outubro de 2020, de <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao001pt.pdf>

Human Rights Watch. (s.d.). Obtido em 10 de Novembro de 2020, de <https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angopor/entirebook-11.htm>

Jinping, H. X. (4 de Dezembro de 2015). Obtido em 2 de Agosto de 2019, de [focac.org: https://www.focac.org/eng/zywx_1/zyjh/t1321595.htm](https://www.focac.org/eng/zywx_1/zyjh/t1321595.htm)

MINFIN. (Março de 2021). *Ministério das Finanças*. Obtido em 22 de Agosto de 2021, de Governo de Angola: <https://ugd.minfin.gov.ao/PortalUGD/-!/sala-de-imprensa/noticias/9143/angola-e-referencia-mundial-na-reestruturacao-da-divida-privada>

Ministério das Relações Exteriores. (1975). *MIREX*. Obtido em 3 de Novembro de 2020, de <https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/-!/sobre/historia>

Ministério do Planeamento; ONU. (2003). *Objetivos de Desenvolvidos do Milénio*.

MPLA. (1960). *Fundação Mário Soares*. Obtido em 31 de Outubro de 2020, de <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04628.026>

Nações Unidas . (1945). *Nações Unidas*. Obtido em 3 de Novembro de 2020, de <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2009/10/Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>

Nações Unidas. (26 de Junho de 1945). *Onuportugal.pt*. Obtido em 06 de Março de 2019, de https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta_das_Na__es_Unidas.pdf

Nações Unidas. (2020). *Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental* . Obtido em 9 de Novembro de 2020, de UNRIC.ORG: <https://unric.org/pt/missao-da-onu/>

ONU Angola. (9 de Dezembro de 2019). *ONU Angola*. Obtido em 3 de Novembro de 2020, de <https://onuangola.org/pnud-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2019-destaca-desigualdades/>

Portal Diplomático da República Portuguesa. (2020). *Portal Diplomático* . Obtido em 31 de Outubro de 2020, de <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/angola>

República de Angola. (s.d.). Obtido em 5 de Janeiro de 2020, de Consulado Geral do porto: <http://www.consuladogeralangola-porto.pt/pt/historia>

SADC. (Dezembro de 2018). Integração regional fortalecida através do compromisso de alto nível. (M. Madakufamba, Ed.) *África Austral Hoje*, 21, 16.

Sonangol. (2020). *Sonangol*. Obtido em 1 de Outubro de 2020, de <https://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/ASonangolEP/Perf%C3%ADl/Paginas/Perf%C3%ADl.aspx>

Sullivan, John (Março de 2019). Obtido em 29 de Agosto de 2019, de Valor Económico: <http://www.valoreconomico.co.ao/Edicao-Impressao/VALOR151.pdf>

Ministério dos Negócios Estrangeiros. (12 de Janeiro de 2006). (L. Zhu, Ed.) Obtido em 3 de Agosto de 2019, de gov.cn: http://www.gov.cn/misc/2006-01/12/content_156490.htm

Fontes Secundárias

Abdala, V. (2014). Entenda o conflito entre israelenses e palestinos. *Agência Brasil*.

Acharya, A. (2009). Post-Hegemonic Multilateralism.

Agência Angola Press. (2003). *ANGOP*. Obtido em 1 de Novembro de 2020, de http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2003/10/46/,e1c3fef8-6f43-4b57-b2d5-d7c52be03060.html

Agência Angola Press. (22 de Novembro de 2017). *Angop*. Obtido em 2 de Novembro de 2020, de http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2017/10/47/Isencao-vistos-entre-Angola-Africa-Sul-tem-excepcoes,5b3e7071-fd13-436b-8174-611648354071.html

Agência Angola Press. (23 de Novembro de 2017). *ANGOP*. Obtido em 2 de Novembro de 2020, de http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2017/10/47/Percurso-historicodas-relacoes-entre-Angola-Africa-Sul,5569298b-de4f-4c80-b060-58169ab5b7a1.html

Agostinho, A. C. (2011). *Guerra em Angola - As heranças da Luta de Libertação e a Guerra Civil*. Lisboa, Portugal.

Aguirre, L. (22 de Julho de 2019). A questão da segurança na região dos Grandes Lagos africanos. *CEIRI*.

- Alden, C., Large, D., & Oliveira, R. S. (11 de Dezembro de 2008). Obtido de <http://biblioteca.ribei.org/1540/1/WP-51-2008.pdf>
- Alves, C. A. (2013). *Universidade de Coimbra*. Obtido em 1 de Agosto de 2019, de [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/31604/1/Política externa angolana.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/31604/1/Política%20externa%20angolana.pdf)
- Alves, F. (2005). Atuação brasileira nas Operações de Verificação das Nações Unidas em Angola - UNAVEM. *UniCEUB*.
- Alves, F. W. (2005). Atuação brasileira nas Operações de Verificação das Nações Unidas em Angola - UNAVEM. *UniCEUB*.
- AngoNotícias . (13 de Fevereiro de 2012). Obtido em 29 de Outubro de 2020, de AngoNotícias: <https://www.angonoticias.com/Artigos/item/33144/angola-foi-admitida-na-uniao-africana-ha-36-anos>
- AngoNotícias. (14 de Janeiro de 2011). Angola assume presidência da SADC.
- AngoNotícias. (2014). Obtido em 10 de Setembro de 2019, de <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/44335/angola-envia-800-soldados-para-a-republica-centro-africana>
- Arguelhes, D. (2015). Guerra Fria: uma leitura da formação de aspectos conceituais. *Revista OPSIS*.
- Bembe, M. D. (2016). A Política Externa Angolana: Doutrina e prática . *Revista Angolana de Ciências Sociais*, 25-55.
- Begu, L. S., Vasilescu, M. D., Stanila, L., & Clodnitchi, R. (2018). China-Angola Investment Model. *Sustainability* .
- Bernardo, A. W. (2019). *Cooperação bilateral angola e china: mitos e verdades* . Lisboa, Portugal.
- Bernardo, J. (2007). *Revolução dos cravos e seus dilemas na hora de descolonização de Angola, 1974/1975*. Recife, Brasil.
- Bloomfield, A. (Março de 2015). To balance or to bandwagon? Adjusting to China's rise during Australia's Rudd–Gillard era. *The Pacific Review*.
- Bodomo, A. (2018). Is China Colonizing Africa? Africa - China Relations in a Shifting Global Economic Governance System. *Researchgate*, 124.
- Bonacina, A., & Serpa, R. (2017). A Revolução Angolana e seu Impacto Internacional. *Revista Perspetiva*.

- Borrego, J. F. (2015). África como centro de interesse na política externa da China. Caso de estudo Angola .
- Branco, C. M. (2015). A participação portuguesa em missões de paz da ONU. *Relações Internacionais*.
- Brito, L. B. (2011). A presença chinesa em Angola: ameaças e oportunidades para o Brasil. *ResearchGate*.
- Cahen, M. (2018). Breve História da Angola Moderna. *Análise Social*, 532-539.
- Campos, A. (1996). A África do Sul- Potência regional.
- Carmody, P. (2013). *The Rise of the BRICS in Africa: The Geopolitics of South-South Relations*. Zed Books Ltd.
- Carvalho, F. N. (1999). Aspectos do tráfico de escravos de Angola para o Brasil no século XVII. Em M. L. Bastin, *Escultura Tshokwe: Tshokwe sculpture : exposição, Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, 8 de julho-8 de agosto de 1999* (pp. 233-248). Universidade do Porto.
- Carvalho, T. E. (2015). *O Conflito entre MPLA e UNITA/FNLA como Materialização do Confronto URSS/EUA: no contexto da Guerra Fria*.
- Carvalho, C. R. (7 de Setembro de 2020). Angola sem margem para pagar dívida à China, diz economista . *Jornal de Negócios*.
- CEIC. (Agosto de 2019). Relatório sobre as relações China-Angola à luz das 8 iniciativas propostas na Cimeira de Beijing do fórum para a cooperação China-aÁfrica (FOCAC 2018).
- Chen, Wang (2019) obtido em 1 de setembro de 2019, de: <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/china-reafirma-o-reforco-da-cooperacao-com-angola>
- Cheru & Obi. (2011). *De-coding China-Africa Relations: Partnership for development or '(neo) colonialism by invitation'?*
- China Africa Research Initiative. (2021). *China Africa Research Initiative*. Obtido em 23 de Agosto de 2021, de <http://www.sais-cari.org/debt-relief>
- Coelho, V. (1 de Maio de 2015). A classificação etnográfica dos povos de Angola (1.ª parte). *Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais*, 7-12.

- Correia, P. P. (1991). *Descolonização de Angola : a jóia da coroa do Império Português*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Correã, F. d. (2016). A balança de poder sob a ótica de Kenneth Waltz: uma discussão da teoria sistêmica . *Revista interação*, 11.
- Corkin, L. (5 de Abril de 2011). Uneasy allies: China's evolving relations with Angola. *Journal of Contemporary African Studies*, 169-180.
- Dala, N. A. (2018). *Desenvolvimento Humano em Angola de 2002 a 2017: 15 Anos de Paz e de Má Qualidade de Vida*.
- Deutsche Welle. (26 de Setembro de 2017). *DW.com*. Obtido em 30 de Julho de 2019, de <https://www.dw.com/pt-002/quem-é-joão-lourenço-o-terceiro-presidente-de-angola-após-agostinho-neto-e-josé-eduardo-dos-santos/a-39845410>
- Deutsche Welle. (6 de Setembro de 2020). *Deutsche Welle*. Obtido em 1 de Novembro de 2020, de <https://www.dw.com/pt-002/congresso-nacional-africano-anc/t-36853558>
- Deutsche Welle. (20 de Março de 2020). SWAPO permanece no poder 25 anos depois da independência da Namíbia. *Deutsche Welle*.
- Devetak, R., Burke, A., & George, J. (2012). *An Introduction To International Relations* (Segunda Edição ed.). Nova Iorque.
- Diário de Notícias. (Agosto de 2019). Obtido em 10 de Setembro de 2019, de <https://www.dn.pt/mundo/interior/angola-recebe-nova-cimeira-e-patrocina-acordos-entre-ruanda-e-uganda-11217127.html>
- Ding, S. (2008). To Build A “Harmonious World”: China’s Soft Power Wielding in the Global South. *Journal of Chinese Political Science*, 13.
- Döpcke, W. (1998). Uma nova política exterior depois do apartheid? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998 . *Revista Brasileira de Política Internacional*, 133-161.
- Duarte, P. A., & Ferreira-Pereira, L. C. (26 de Abril de 2021). The Soft Power of China and the European Union in the context of the Belt and Road Initiative and Global Strategy. *Journal of Contemporary European Studies*.

Economides, S. (2017). The EU, the grand strategy and the challenge of rising and revisionist powers. Em S. Economides, & J. Sperling, *EU Security Strategies*.

Fernandes, A. H. (2012). Obtido em 1 de Agosto de 2019, de Scielo:

<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n36/n36a07.pdf>

Ferreira, J. M. (2004). O 25 de Abril no contexto internacional. *Relações Internacionais*.

Figueiredo, C. F. (2016). Obtido em 11 de Janeiro de 2020, de Projeto Libolo:

<https://www.projetoilobolo.com/pt/historia/periodo-colonial/chegada-dos-portugueses-a-angola-e-ocupacao-do-reino-do-ndongo-e-da-provincia-da-kissama>

Fijałkowski, Ł. (5 de Abril de 2011). China's 'soft power' in Africa? *Journal of Contemporary African Studies*, 29, 223-232.

Filipe, C. (15 de Setembro de 2020). A quadratura do círculo da dívida angolana à China. *Jornal de Negócios*.

Fiori, J. L. (2004). A nova Geopolítica Das Nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul.

Fonseca, M. B. (2012). Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Século XVII.

Fortes, A. R. (2019). De conflitos domésticos a mudanças sistêmicas: a política externa de Angola de 1975 a 2002. *Revista Conjuntura Global*, 8.

Fortin, M.-F. (2009). *Fundamentos e Etapas no Processo de Investigação*. Lusodidacta.

Francisco, A. A. (2013). A política externa de Angola durante a guerra fria (1975-1992).

Freire, M. R. (2011). Política Externa As Relações Internacionais em Mudança. *Imprensa da Universidade de Coimbra*.

Galito, M. S. (2012). Diplomacia Económica - Vantagens e Desvantagens. *ResearchGate*.

Gessat, R. (2020). 1990: Libertação de Nelson Mandela. *Deutsche Welle*.

Gomes, G. S. (1990). A política externa e a diplomacia numa estratégia nacional. 55-76.

Grilo, A. M. (2009). A Geopolítica de Angola: Dinâmicas de Afirmação num Quadro Regional. *Instituto De Estudos Superiores Militares*, 4.

- Gunasekara, S. N. (2015). Bandwagoning, Balancing, and Small States: A Case of Sri Lanka . *Asian Social Science*, 11, 218.
- Hackenesch, C. (2015). Not as bad as it seems: EU and US democracy promotion faces China in Africa. *Democratization*.
- Henriques, I. C. (1997). *Percursos da modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. . (A. Margarido, Trad.) Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Hernandez, J. G. (2009). *Scielo*. Obtido em 1 de Agosto de 2019, de <http://www.scielo.org.mx/pdf/ep/n16/0185-1616-ep-16-113-s6.pdf>
- Hodges, T. (2004). *Angola: anatomy of an oil state*.
- Hoekstra, Q. (14 de May de 2019). Conflict diamonds and the Angolan Civil War (1992–2002). *Third World Quarterly*, 40, 1322-1339.
- Hu, A. (6 de Junho de 2019). Presidente e líder parlamentar angolanos reúnem-se com Wang Chen. *China Radio International.CRI*.
- Human Rights Watch. (s.d.). Obtido em 10 de Novembro de 2020, de <https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angopor/entirebook-11.html>
- Ighobor, K. (Janeiro de 2013). China in the heart of Africa Opportunities and pitfalls in a rapidly expanding relationship . *Africa Renewal*.
- International Peace Academy. (1984). *Peacekeepers' Handbook*. NY: Pergamon Press.
- Isso, M. (29 de Janeiro de 2008). A origem dos Ovimbundu: A hipótese mais próxima da realidade. *Nação Ovimbundu*.
- James, A. (1990). *Peacekeeping in International Politics* (Primeira Edição ed.). Palgrave Macmillan UK.
- Jett, D. (2000). *Why Peacekeeping Fails* (Ilustrada ed.). Springer.
- Joaquim, E. B. (Dezembro de 2012). Entre duas realidades: Os realismos e a relação entre as estruturas doméstica e internacional. *Relações Internacionais (online)*, 73-86. Obtido em 1 de Agosto de 2019, de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000400006
- Jornal de Angola. (Março de 2020). Obtido em 1 de Novembro de 2020, de Jornal de Angola:

<https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=445895>

José, J. (2008). Angola: independência, conflito e normalização. Em J. Macedo, *Desvendando a história da África*. Porto Alegre.

Junbo, (2007). *China in Africa: From capitalism to Colonialism?*

Keohane, R. O., & Milner, H. V. (1996). Internationalization and domestic politics.

Kexiang, G. (11 de Janeiro de 2013). A parceria estratégica entre Angola e a China. *jornal de angola*.

Kiala, C. (2010). China Angola aid relations: strategic cooperation for development? *South African Journal of International Affairs*, 17, 313-331.

Langenhove, L. V. (Outubro de 2010). The Transformation of Multilateralism Mode 1.0 to Mode 2.0. *Global Policy*, 1, 263-269.

Large, D. (2008). Beyond 'dragon in the bush': the study of China–Africa relations. *African Affairs*, 45-61.

Lechini, G. (2012). Brics e África: a grande incógnita. *Boletim de Economia e Política Internacional*

Levy, J. S. (1989). The causes of war: A review of theories and evidence. Em P. Tetlock, J. Levy, & R. Jervis, *Behavior, society and nuclear war* (Vol. I, pp. 209-333). New York: Oxford University Press.

Levy, J. S. (2008). Case Studies: Types, Designs, and Logics of Inference. *Peace Science Society (International)*.

Liberato, E. (2015). O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois.

Lourenço, João (2019), obtido em 1 de Setembro de 2019, de: <http://portuguese.cri.cn/news/world/408/20190606/299495.html>

Lusa. (4 de Fevereiro de 2019). Resgatar a História de Angola e protesto assinalam 58 anos do início da luta armada. *Diário de Notícias*.

Malaquias, A. (2012). China and Angola: A Marriage of Convenience? Em M. Power, & A. A. Cristina (Edits.). Pambazuka.

- Marques, A. L. (14 de Dezembro de 2006). Angola é aceite como membro da OPEP . *Jornal de Negocios*.
- Marsh, D., & Furlong, P. (2002). A Skin, not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science. Em D. Marsh, & G. Stoker, *Theory and methods in political science* (Segunda Edição ed., pp. 17-41). Palgrave Macmillan.
- Mearsheimer, J. J. (2001). *The tragedy of great power politics*.
- Mearsheimer, J. J. (2007). Structural Realism. Em M. K. Timothy Dunne, *International Relations Theories: Discipline and Diversity* (Ilustrada ed.). Oxford University Press.
- Melo, I. E. (2008). *As crises do petróleo e seus impactos sobre a inflação do brasil* .
- Mendes, C. A., & Tian, X. (Março de 2020). As motivações políticas e económicas da presença chinesa em Angola . *Relações Internacionais*.
- Miguel, A. (2014). Atuação do investimento chinês no mercado angolano.
- Mohan, G., & Lampert, B. (2012). Negotiating China: reinserting african agency into China–Africa relations . *African Affairs*, 92-110.
- Moita, M. (2005). Portugal nas operações de apoio à paz em Angola. *Janus* .
- Morais, H. A. (Fevereiro de 2011). Envolvimento Multifacetado da China em Angola .
- Murapa, R. (2002). Obtido em 30 de Julho de 2019, de https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40178973/SADC1.pdf?response-content-disposition=inline%3Bfilename=SADC1.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190730%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amh
- National Geographic. (Agosto de 2019). Obtido em 19 de Fevereiro de 2020, de National Geographic: <https://www.natgeo.pt/historia/2019/08/guerra-civil-de-angola-de-1975-aos-dias-de-hoje>
- National Geographic. (28 de Agosto de 2019). Da guerra civil à atualidade. Uma viagem pela história de Angola. *National Geographic*. Obtido em 10 de Janeiro de 2020
- Nebe, C. (20 de Março de 2020). Namíbia assinala 30 anos de independência em clima de prevenção . *Deutsche Welle*.
- Nkondo, M. (1ORIGEM DO NOME BAKONGO de Janeiro de 2019). Orgiem do nome Bakongo. *wizi-kongo*.

- Novo Jornal. (2018). Obtido em 10 de Setembro de 2019, de <http://www.novojornal.co.ao/politica/interior/angola-teve-papel-decisivo-na-resolucao-dacrise-politico-militar-no-lesoto-e-o-governo-de-museruagradece-50015.html>
- Nye, J. S. (2009). Get smart: Combining hard and soft power. *Foreign Affairs*, 88.
- Oliveira, R. S. (2011). Illiberal peacebuilding in Angola. *Journal of Modern African Studies*, 49, 287-314.
- Oliveira, R. S. (2015). *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War*. C. Hurst & Co. (Publishers) Ltd.
- Ovadia, J. S. (2013). The Reinvention of Elite Accumulation in the Angolan Oil Sector: Emergent capitalism in a rentier economy. *Cadernos de Estudos Africanos*, 33-63.
- Paulo, M. J. (2004). O papel das Nações Unidas no processo de paz angolano. Em C. Resources, *Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano*.
- Pautasso, D. (2010). A Economia Política Internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica. *Século XXI*, 1.
- Pavia, J. F. (2011). *A Política Externa De Angola No Novo Contexto Internacional*.
- Pedro, D. P. (2018). *Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas: 2015-2016*.
- Pereira, A. D. (2008). Apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). Em *Desvendando a história da África* (p. 139). Editora da UFRGS.
- Pereira, P. E., & Farinha, N. M. (2008). Acções desenvolvidas pelas Forças Armadas em missões de Paz no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU). *Revista Militar*.
- Pereira, R. P. (2011). A Nova Realidade da Presença Chinesa em Angola e suas Implicações para Portugal: O Sector da Construção Civil e Obras Públicas como Estudo de Caso. *Nação e Defesa*, 183-214.
- Persici, R. S. (2010). *Guerra e paz em Angola: um estudo sobre o papel da ONU e das grandes potências*. Belo Horizonte.
- Pinto, C. A. (2012). Alguns aspetos da arte no período Ming aquando da chegada dos portugueses a Macau. *Revista de História da Arte*, 206-217.
- Plataforma. (19 de Setembro de 2020). Angola deve 20,1 mil milhões de dólares à China. *Plataforma Média*.

- Plataforma. (23 de Agosto de 2020). FMI adia pagamento a Angola à espera de acordo com a China – Eurasia. *Plataforma Media*.
- Porto, J., & Clover, J. (2003). The peace dividend in Angola: Strategic implications for Okavango basin cooperation. Em n. Turton, P. Ashton, & E. Cloete (Edits.), *Transboundary rivers, sovereignty and development: Hydropolitical drivers in the Okavango River basin*.
- Power, M., & Cristina, A. A. (2012). *China and Angola: A Marriage of Convenience?* (M. Power, & A. A. Cristina, Edits.) Pambazuka Press.
- Pureza, J. M., Simões, M. R., José, A. C., & Marcelino, C. (Novembro de 2007). As novas operações de paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique. *Centro de Estudos Sociais*, 4.
- Raimundo, A. (2012). *Scielo*. Obtido em 29 de Julho de 2019, de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n35/n35a10.pdf>
- Rede Angola. (1 de Julho de 2014). Angola assume presidência do Fórum PALOP. *REDE ANGOLA*.
- Redvers, L. (6 de Julho de 2010). Hospital Geral de Luanda encerra após quatro anos . *BBC*.
- Reuters . (2020). China says has given \$2.1 billion of debt relief to poor countries.
- Ribeiro, O. (2014). A colonização de Angola e seu fracasso. (S. A. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Ed.) *biblioteca de Autores Portugueses*, 18.
- Rich, T. S., & Recker, S. (1 de Novembro de 2013). Understanding Sino-African Relations: Neocolonialism or a New Era? . *Journal Of International And Area Studies*, 20, 61-76.
- Rocha, A. (14 de Novembro de 2014). Presidência contestada de Angola no Processo de Kimberley. *Deutsche Welle* .
- Rodrigues, R. J. (Maio de 2004). Obtido de https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1271/1/TESE_DCI_2004%28RicardoRodrigues%29.pdf
- Rosenau, J. (1966). *Pre-theories and Theories of Foreign Policy* .
- Rtp Notícias. (30 de Dezembro de 2014). *RTP NOTÍCIAS*. Obtido em 3 de Novembro de 2020, de https://www.rtp.pt/noticias/mundo/angola-afirma-importancia-em-africa-com-regresso-ao-conselho-de-seguranca-da-onu_n793256

- Rubini, A. (2016). *ResearchGate*.
- Rubini, A. (2016). Angola e Portugal: Os Restos da Colonização. *ResearchGate*.
- Salomón, M., & Pinheiro, L. (2013). Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desa os e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 40-59.
- Sandrey, R., Fundira, T., Vink, N., Jensen, H. G., Viljoen, W., & Nyhodo, B. (2013). BRICS: South Africa's Way Ahead?
- Santos, J. S. (1999). A África do Sul e a integração regional na África Austral.
- Santos, V. M. (2012). *Elementos de Análise de Política Externa*. Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas.
- Saraiva, M. G. (2004). A União Européia como ator internacional e os países do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47.
- Sauter, B. T. (Junho de 2017). Política Externa e Interesse Nacional: a Parceria Estratégica nas Relações do Sistema Internacional. . *Revista de Análise Internacional*, 2, 49-64.
- Shaw, T. M. (2014). African agency? Africa, South Africa and the BRICS. *International Politics*, 255-268.
- Sebastião, A. K. (2015). O processo de paz em Angola: A Dimensão Internacional do Conflito Armado de Gbadolite à Luena. *Escola De Ciências Sociais*, 82-98.
- Shaw, T. M. (2014). African agency? Africa, South Africa and the BRICS. *International Politics*, 255-268.
- Silva, A. P. (2016). O Brasil e os 40 anos do reconhecimento de Angola. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, 8, 471-488.
- Silva, I. C. (2015). Política externa regional de Angola: mudanças frente à Ordem Sistêmica (1975-2010). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 4. Obtido de <https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/57106/35247>
- Simão, L. A., Guedes, A. L., & Nieto, A. (2017). Inserção Internacional de Angola: Intervenções e Interferências Externas e suas Implicações para Governança e Gestão Pública . (F. Sauerbronn, Ed.) *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12.
- Simião, I. N. (2014). Modelo De Inserção de Angola no Aistema Internacional .

- Sita, S. C. (2017). *A geopolítica de Angola na África Austral: diplomacia e política externa de Angola na África Austral- SADC*. Obtido em 22 de Agosto de 2019, de repositório.ual: [http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3742/1/A Política Externa de Angola na África Austral SADC.pdf](http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3742/1/A%20Pol%C3%ADtica%20Externa%20de%20Angola%20na%20%C3%81frica%20Austral%20SADC.pdf)
- Snyder, R., Bruck, H., & Sapin, B. (1945). *Foreign Policy Decision-Making*.
- Sochaczewski, M. (2014). O conflito Israelo-Palestino visto pelo cinema local. *História (São Paulo)*, 127.
- Sonangol. (2020). *Sonangol*. Obtido em 1 de Outubro de 2020, de [https://www.sonangol.co.ao/Português/ASonangolEP/Perfil/Paginas/Perfil.aspx](https://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/ASonangolEP/Perfil/Paginas/Perfil.aspx)
- Sousa, P. P. (2019). A «diplomacia económica» na política externa portuguesa contemporânea Problemas teórico-conceituais. *Relações Internacionais*, 047-061.
- Sprout, H., & Sprout, M. (1956). *Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics*.
- Stockwell, J. (1979). *A CIA contra Angola*. Lisboa: Ulmeiro.
- Strohecker, K., & Bavier, J. (21 de Setembro de 2020). Angola negotiates \$6.2 billion debt relief from creditors: IMF. (o. Wilkes, & H. Lawson, Edits.) *Reuters*.
- Stuart, W. 1984. *International Relations and Politics*.
- Sungu, M. L. (2016). Parte II - Angola e o deserto do Namibe: contextualizações. Em I. B. Leite, & C. G. Severo, *Kadila: culturas e ambientes* (Primeira Edição ed., p. 74).
- Szunomar, A. (2012). China's relations with the developing world: a new type of colonialism or a fruitful cooperation.
- Tavares, F. O. (Junho de 2018). História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. *População e Sociedade*, 29, 82-98.
- Taylor, I. (2006). China's oil diplomacy in Africa. *International Affairs*.
- Tchalyongo, K. (27 de Janeiro de 2019). *VOA Português*. Obtido em 9 de Novembro de 2020, de [https://www.voaportugues.com/a/combatentes-da-extinta-fapla-clamam-por-melhores-condições-de-vida-e-apelam-a-intervenção-de-joão-lourenço/4760819.html](https://www.voaportugues.com/a/combatentes-da-extinta-fapla-clamam-por-melhores-condi%C3%A7%C3%B5es-de-vida-e-apelam-a-interven%C3%A7%C3%A3o-de-jo%C3%A3o-louren%C3%A7o/4760819.html)
- Thompson, D. (Outubro de 2005). China's soft power in africa: from the "beijing consensus" to health diplomacy. *China brief*, V.

- Valor Económico. (Março de 2019). EUA força Angola a afastar-se da China e da Rússia. (N. Rodrigues, Ed.) pp. 4-5.
- Venâncio, A. R. (Novembro de 2014). A Nova Corrida A África. *Revista de Ciências Militares, II*.
- Verhoeven, H. (25 de Junho de 2014). Is Beijing's Non-Interference Policy History? How Africa is Changing China . *The Washington Quarterly*, 55-70.
- Walt, S. (1998). International Relations: One World, Many Theories . *Foreign Policy*.
- Waltz, K. N. (1979). *Theory of International Politics* . Addison-Wesley Publishing Company.
- Wang, F.-L., & Elliot, E. A. (28 de Abril de 2014). China in Africa: presence, perceptions and prospects. *Journal of Contemporary China*, 23.
- Zau, F. (2002). *Angola: trilhos para o desenvolvimento*.
- Zhao, S. (2014). A Neo-Colonialist Predator or Development Partner? China's engagement and rebalance in Africa. *Journal of Contemporary China*, 1033-1052.

Anexos

1. Localização dos antigos reinos de Angola
2. Esboço da Planta da Cidade de S. Paulo de Loanda
3. Programa Maior e Mínimo do MPLA
4. Crescimento económico de Angola (2002- 2017)
5. Evolução do IDH em Angola (2002- 2017)
6. Íntegra da Declaração Conjunta entre Angola e a China
7. Programa de financiamento público de Angola em 2015

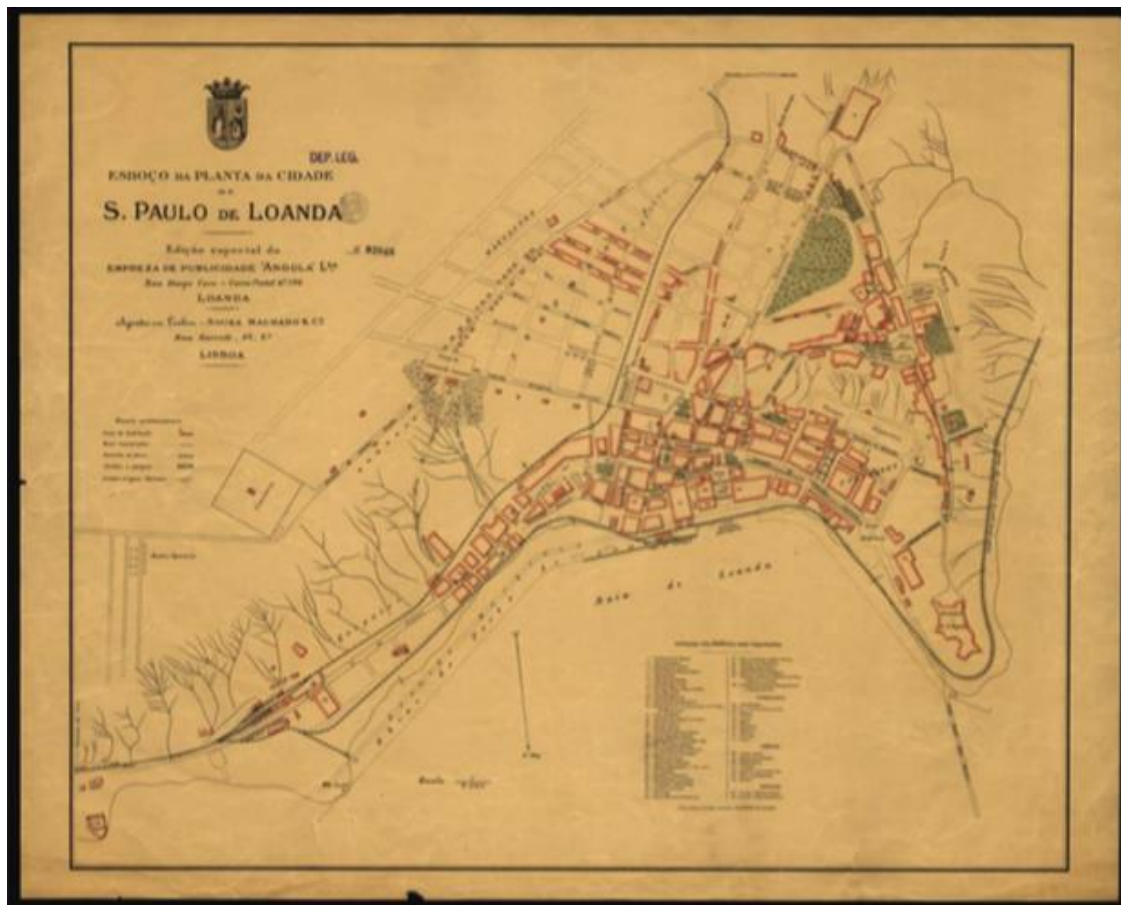
1. Localização dos antigos reinos de Angola

Fig. 1.4 – Localização dos Reinos Históricos de Angola



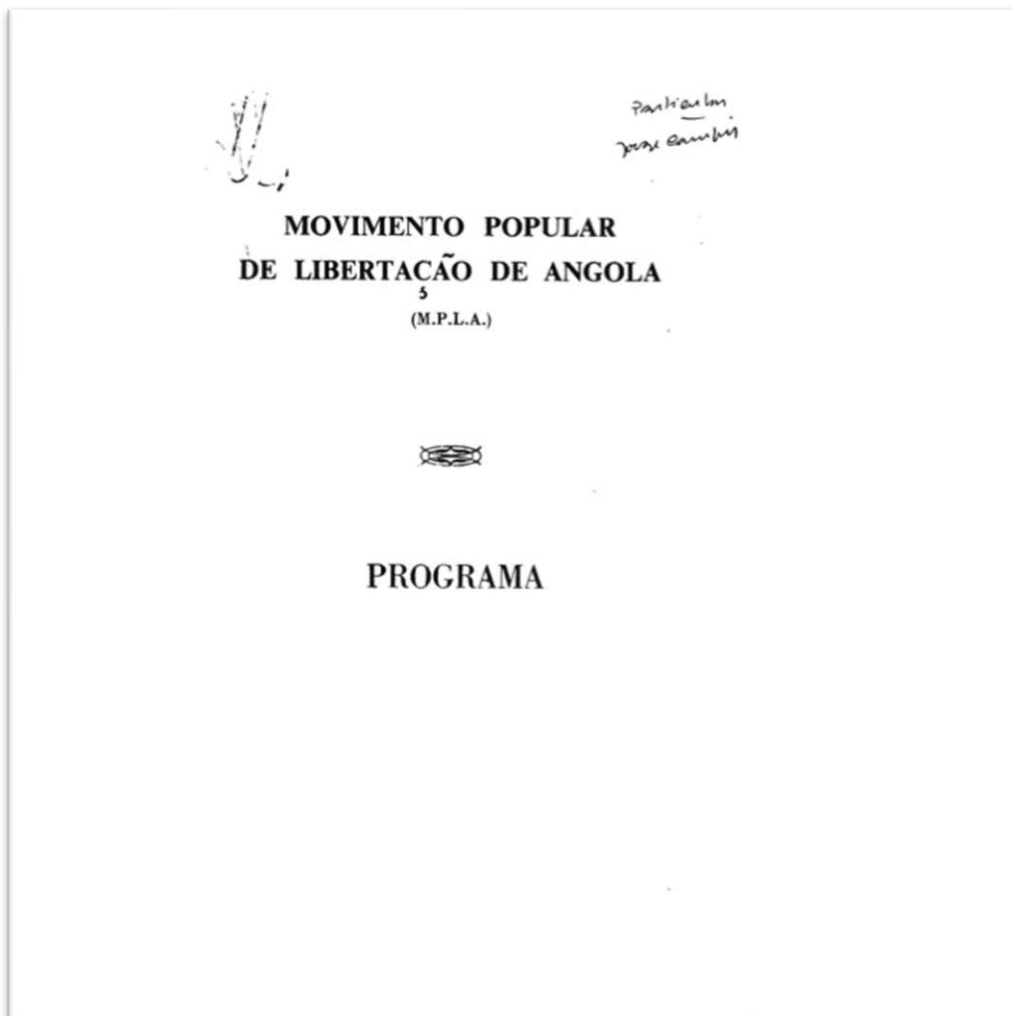
Fonte: João Vicente Martins, in *Crenças Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tschokwe do Nordeste de Angola*.

2. Esboço da plana da cidade de São Paulo de Loanda



Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: CC.326 A. <http://purl.pt/3484>

3. Programa Maior e Mínimo do MPLA



**PROGRAMA MAIOR
DO
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.
(M.P.L.A.)**

Na hora actual, o inimigo concreto e imediato do povo angolano são os colonialistas portugueses e os seus agentes, os quais vêm utilizando todos os meios—a violência, o assassinato, o maquiavelismo e o subterfúgio; a força militar, o poder político e económico, e o obscurantismo cultural—para manter a soberania portuguesa em Angola e continuar a oprimir e a explorar o povo angolano.

O M.P.L.A. luta pelo seguinte programa maior:

1.—INDEPENDENCIA IMEDIATA E COMPLETA.

—Liquidação, em Angola, e **por todos os meios**, do domínio colonial português e de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas.

—Luta em comum com todas as forças patrióticas angolanas, num amplo movimento de massas populares, afim de que o povo angolano conquiste o poder e instaure, em Angola, um regime republicano e democrático, na base da independência total.

—Abolição de todos os privilégios que o regime colonial concedeu aos portugueses e aos restantes estrangeiros.

—A soberania do Estado angolano deverá pertencer inteira e unicamente ao povo angolano, sem distinções de etnia, de classe, de sexo, de idade, de tendências políticas, de crenças religiosas e de convicções filosóficas.

—A nação angolana terá o direito sagrado e inviolável de dispôr de si mesma, quer no plano político, económico, diplomático, militar e cultural, quer em qualquer outro plano.

—Revisão da posição de Angola em todos os tratados, acordos e alianças em que Portugal engajou o país sem o livre consentimento do povo angolano.

—União da vontade popular com o fim de liquidar qualquer tentativa de agressão imperialista e todos os actos e manobras que visem lesar a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de Angola.

—Estabelecimento da paz em Angola, na base da instauração de um regime de justiça social, e na base do reconhecimento, por outros países, da independência, da soberania, da unidade e da integridade territorial de Angola.

2.—UNIDADE DA NAÇÃO.

—Garantir a igualdade de todas as etnias de Angola e reforçar a união e a ajuda fraterna entre elas.

—Interdição absoluta de todas as tentativas de divisão do povo angolano.

—Criação de condições para que regressem a Angola e tenham nela uma vida decente as centenas de milhares de angolanos que foram cruelmente obrigados pelo regime colonial a sair do país.

—Poderão ser autónomas as regiões onde as minorias nacionais vivam em agrupamentos densos e possuam carácter individualizado.

—Cada nacionalidade ou etnia terá direito de utilizar e desenvolver a sua língua, de criar escrita própria e de conservar ou renovar o seu património cultural.

—No interesse de toda a nação angolana, suscitar e desenvolver a solidariedade económica e social, bem assim como relações normais—nos planos económico, social e cultural—entre todas as regiões autónomas e todas as nacionalidades ou etnias de Angola.

—Liberdade de circulação de todos os cidadãos angolanos através do território nacional.

3.—UNIDADE AFRICANA.

—Solidariedade total para com todos os povos africanos que lutem pela sua independência completa contra o colonialismo e o imperialismo, e em particular para com os povos e movimentos políticos que lutem contra o colonialismo português.

—Trabalhar pela unidade de todos os povos do continente africano, na base do respeito à liberdade, à dignidade e ao direito ao progresso político, económico e social desses povos.

—União dos povos africanos na base da vontade popular expressa livremente e por meios democráticos e pacíficos.

—Oposição a toda a tentativa de anexação ou de pressão de um povo sobre outro povo.

—No processo para a unidade de ou dos povos africanos, defesa das conquistas políticas, económicas, sociais e culturais das classes trabalhadoras e do campesinato de cada país.

4.—REGIME DEMOCRÁTICO.

—Regime republicano, democrático e laico para Angola.

—Garantir a liberdade de expressão, de consciência, de culto; a liberdade de imprensa, de reunião, de associação, de residência, de correspondência, etc., para todo o povo angolano.

—Todo o cidadão angolano—sem distinção de nacionalidade ou etnia, de sexo, de categoria social, de nível cultural, de profissão, de condições de fortuna, de crença religiosa ou de convicção filosófica—gozará do direito de eleger a partir dos dezoito anos de idade e do direito de ser eleito a partir dos vinte e um anos de idade.

—Regime eleitoral baseado no sufrágio universal, igual, directo e secreto.

—A Assembleia do povo de Angola será o órgão supremo do poder legislativo do Estado.

—A Assembleia do povo de Angola sairá de eleições gerais livres. Nas eleições gerais livres, os partidos políticos legais poderão apresentar os seus candidatos em lista comum ou separadamente.

—A Assembleia do povo de Angola elaborará a primeira constituição política da república de Angola.

—Todos os membros da Assembleia do povo de Angola gozarão, efectivamente, de imunidades parlamentares.

—A Assembleia do povo de Angola designará um **Governo de coalisão** que possa e deva reforçar, efectivamente, a união entre as nacionalidades ou etnias, as diferentes regiões do país, as diferentes camadas sociais e os diferentes partidos políticos, e que exprima realmente a vontade da nação em favor da liberdade e do progresso do país e em desfavor da alienação política, económica, territorial ou cultural de Angola a interesses estrangeiros.

—O Governo da república de Angola será o órgão supremo do poder executivo do Estado.

—O Governo da república de Angola receberá o seu poder da Assembleia do povo de Angola e responderá pela sua política perante essa Assembleia.

—Cada região autónoma terá o direito de adoptar disposições regionais adaptadas às suas particularidades, mas que não contradigam a legislação geral de Angola.

—Africanização dos quadros de todo o aparelho administrativo do país.

—Garantias de protecção, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, à pessoa de todos os estrangeiros que respeitem as leis em vigor no país.

5.—RECONSTRUÇÃO ECONÓMICA E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO.

—Desenvolvimento por fases e planificação da economia de Angola.

—Transformação de Angola num país economicamente independente, industrial, moderno, próspero e forte.

—Desenvolvimento da agricultura, com vistas, principalmente, à liquidação da monocultura, ao aumento progressivo da produtividade agrícola e à mecanização progressiva do trabalho no campo.

—Criação e desenvolvimento progressivo de empresas comerciais e industriais do Estado, de cooperativas de compra e venda, e de cooperativas de produção. Criação progressiva de indústrias pesadas e de indústrias para a produção de artigos de consumo diário do povo.

—Exploração pelo Estado dos recursos energéticos do país.

—Restauração e desenvolvimento das indústrias tradicionais africanas.

—Abolição dos privilégios atribuídos pelo regime colonial às empresas económicas portuguesas e às restantes empresas estrangeiras.

—Desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte.

—Protecção da indústria e do comércio privados.

—Encorajamento da indústria e do comércio privados que sejam úteis à economia do Estado e à vida do povo.

—As empresas económicas exploradas por estrangeiros deverão conformar-se com as novas leis em vigor em Angola.

—Protecção às empresas económicas exploradas por estrangeiros e que sejam úteis à vida, ao progresso e ao reforçamento da independência real do povo angolano.

—Desenvolver e activar fortemente as relações económicas entre as cidades e o campo, no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida no campo e o nível de vida das populações camponesas.

—Aplicação efectiva de uma política que considere, ao mesmo tempo, os interesses dos empregados e dos empregadores.

—Criação do Banco do Estado e de moeda nacional. Evitar a inflação e estabilizar a moeda nacional.

—Controle pelo Estado, no interesse do povo inteiro, do comércio externo de Angola.

—Revisão da chamada dívida de Angola para com Portugal. Combate ao deficit da balança comercial de Angola. Equilíbrio das receitas e das despesas do país.

—Abolição do sistema fiscal instituído pelos colonialistas portugueses e criação de um novo sistema fiscal justo, racional e simples.

—Ajustamento e estabilização dos preços.

—Luta contra a especulação com o fim de a liquidar.

6.—REFORMA AGRÁRIA.

—Aplicar uma Reforma agrária que liquide as injustiças existentes em relação à propriedade rural, que liquide o monopólio particular privado da produção de géneros agrícolas, que contrarie a desnacionalização do solo angolano e que realize o princípio: a terra àqueles que a lavram.

—Nacionalização das terras dos adversários do movimento popular pela independência imediata e completa de Angola, dos traidores e dos inimigos provados do Estado angolano independente e democrático.

—Definição dos limites da extensão da propriedade privada rural, tendo em conta a situação agrária de cada localidade.

—Após revisão dos títulos de posse das terras, compra pelo Estado, por preço justo, das terras que ultrapassem os limites estabelecidos pela lei.

—Terra para os camponeses sem terra e para os que a não possuam suficientemente.

—Os beneficiários das terras legalmente repartidas nada terão a pagar aos expropriados e ao Estado.

—Salvaguarda dos direitos conquistados pelos camponeses no decurso da luta popular pela independência de Angola.

7.—POLÍTICA SOCIAL DE JUSTIÇA E DE PROGRESSO.

—O Estado deverá proteger os direitos dos trabalhadores e dos camponeses, e de todas as camadas sociais que defenderem activamente a independência de Angola, a soberania e a unidade do povo angolano e a integridade territorial do país.

—Abolição imediata do regime de trabalho forçado.

—Respeito à independência efectiva dos sindicatos e das organizações legais dos trabalhadores.

—Jornada de trabalho de oito horas e aplicação progressiva de novas leis sobre a protecção do trabalho.

—O Estado fixará o salário mínimo dos trabalhadores e velará pela aplicação rigorosa do princípio: “salário igual para igual trabalho,” sem discriminação de sexo, de idade e de origem étnica dos trabalhadores.

—Protecção das igrejas, dos lugares e dos objectos de culto e das instituições religiosas legais.

—Em todos os planos—político, económico, social e cultural —a mulher terá os mesmos direitos que o homem. As mulheres e os homens serão efectivamente iguais perante a lei.

—Assistência do Estado às parturientes e à infância.

—Aplicação da assistência social. Assistência a todos os cidadãos angolanos desprovidos de meios e vitimados pela doença, ou em situação de desemprego involuntário, ou atingidos pela velhice ou pela invalidez.

—Liquidação progressiva do desemprego. Assegurar trabalho aos operários, empregados, funcionários e aos jovens que completem os seus estudos.

—Assistência privilegiada a todos os cidadãos em situação de invalidez pela sua participação activa no combate pela independência de Angola. Assistência à família dos que tenham morrido pela libertação da pátria angolana.

8.—DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO, DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO.

—Liquidação da cultura e da educação colonialistas e imperialistas. Reforma do ensino em vigor. Desenvolvimento da instrução, da cultura e da educação ao serviço da liberdade e do progresso pacífico do povo angolano.

—Combate vigoroso e rápido do analfabetismo em todo o país.

—A instrução pública relevará da competência do Estado e estará sob a sua direcção directa.

—Tornar efectiva, progressivamente, a instrução primária obrigatória e gratuita.

—Desenvolver o ensino secundário e o ensino técnico-profissional, e criar o ensino superior.

—Estabelecimento de relações culturais com países estrangeiros. Formação e aperfeiçoamento dos quadros técnicos necessários à construção do país.

—Impulso e desenvolvimento das ciências, das técnicas, das letras e das artes.

—Instituição, no campo, de meios eficazes e suficientes para a assistência médica e sanitária das populações camponesas. Desenvolvimento equilibrado, à escala nacional, dos serviços de assistência médica e sanitária.

—Liquidação da prostituição e do alcoolismo.

—Estímulo e apoio às actividades progressivas da juventude.

—Fomento e protecção, em todo o país, da cultura física.

9.—DEFESA NACIONAL.

—Criação de um exército de defesa nacional, com efectivos suficientes, intimamente ligado ao povo, e comandado inteiramente por cidadãos angolanos.

—Armar, equipar e treinar imediata e devidamente o exército. Instaurar nova instrução militar e política para o exército e unificar essa instrução. Estabelecer relações democráticas entre os oficiais e os soldados. Consolidar a disciplina. No seio do exército, desenvolver e fortalecer uma consciência nacional, e combater todas as tendências ao regionalismo.

—Interdição de bases militares estrangeiras no território nacional.

10.—POLÍTICA EXTERIOR INDEPENDENTE E PACÍFICA.

—Estabelecer e manter relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base dos seguintes princípios: respeito mútuo da soberania nacional e da integridade territorial, não-agressão, não-ingerência nos negócios interiores, igualdade e reciprocidade de vantagens, coexistência pacífica.

—Respeito dos princípios da Carta das Nações Unidas.

—Não adesão a qualquer bloco militar.

—Relações especiais de boa vizinhança e de colaboração com as nações limítrofes de Angola.

—Protecção dos angolanos residentes no estrangeiro.

PROGRAMA MÍNIMO
DO
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
(M.P.L.A.)

Na hora actual, o inimigo concreto e imediato do povo angolano são os colonialistas portugueses e os seus agentes, os quais vêm utilizando todos os meios—a violência, o assassinato, o maquiavelismo e o subterfúgio; a força militar, o poder político e económico, e o obscurantismo cultural—para manter a soberania portuguesa em Angola e continuar a oprimir e a explorar o povo angolano.

O M.P.L.A. luta pelo seguinte programa mínimo:

(a) Criação urgente de uma sólida Frente angolana de libertação, que agrupe numa larga união, todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as nacionalidades ou etnias de Angola, todas as classes sociais africanas, todos os angolanos residentes no estrangeiro, sem distinção de tendências políticas, de condições de fortuna, de sexo, de idade, com o fim de prosseguir a

(b) Luta, **por todos os meios**, pela liquidação, em Angola, do domínio colonial português e de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas, e pela independência imediata e completa da pátria angolana.

(c) Defesa constante, e em primeiro lugar, dos interesses das massas camponesas e trabalhadoras, os dois grupos mais importantes do país e que constituem, no conjunto, a quase totalidade da população de Angola.

(d) Aliança com todas as forças progressistas do mundo, e conquista da simpatia e do apoio de todos os povos à causa da libertação do povo angolano.

4. Crescimento económico de Angola (2002- 2017)

	ANO ECONÓMICO	TAXA DE CRESCIMENTO	AUMENTO SOBRE O ANO ECONÓMICO ANTERIOR	OBSERVAÇÃO
1	2002	14%	-12	Decréscimo
2	2003	3%	-11	Decréscimo
3	2004	12%	9	
4	2005	21%	9	
5	2006	18%	-3	Decréscimo
6	2007	23,2%	5,2	
7	2008	13,8%	-9,4	Decréscimo
8	2009	2,4%	-11,4	Decréscimo
9	2010	3,4%	1	
10	2011	3,9%	0,5	
11	2012	5,2%	1,3	
12	2013	6,8%	1,6	
13	2014	4,2%	-2,6	Decréscimo
14	2015	4%	-0,2	Decréscimo
15	2016	3,3%	-0,7	Decréscimo
16	2017	2,7%	-0,6	Decréscimo

Fonte: BNA, Banco Mundial e CEIC/UCAN.

5. Evolução do IDH em Angola (2002- 2017)

ANO	IDH	POSIÇÃO
2002	0,381	166
2003	0,445	160
2004	0,439	161
2005	0,446	162
2006	0,439	161
2007	0,564	143
2008	0,564	143
2009	0,564	143
2010	0,403	146
2011	0,521	148
2012	0,508	148
2013	0,526	149
2014	0,532	149
2015	0,533	149
2016	0,533	149
2017	0,532	149

Fonte: Relatórios de DH 2002-2017.

6. Íntegra da Declaração Conjunta entre Angola e China

24/11/2020

Íntegra da Declaração Conjunta entre Angola e a China

Íntegra da Declaração Conjunta entre Angola e a China

2010/11/21

A convite de Sua Excelência Fernando da Piedade Dias dos Santos, vice-presidente da República de Angola, Sua Excelência Xi Jinping, vice-presidente da República Popular da China, efectuou uma visita oficial a Angola nos dias 19 e 20 de Novembro de 2010.

Durante a visita, S.E. Xi Jinping, vice-presidente da República Popular da China, foi recebido em audiência por Sua Excelência Presidente da República de Angola, Eng.º José Eduardo Dos Santos, e realizou conversações com S.E. Fernando da Piedade Dias dos Santos, vice-presidente da República. Os dirigentes dos dois países trocaram opiniões de forma profunda numa atmosfera cordial e amistosa sobre as relações bilaterais, abordaram questões regionais e internacionais de interesse comum em relação as quais concluíram existir um amplo consenso.

As duas partes fizeram uma retrospectiva geral sobre o desenvolvimento das relações bilaterais e reconheceram com satisfação que, sob orientação e liderança pessoal dos altos dignitários de ambos os países, a confiança política mútua tem sido ampliada e aprofundado de forma crescente o intercâmbio e cooperação nos campos da economia, comércio, cultura, educação, saúde, justiça, protecção ambiental e aviação civil, bem como estreitada a coordenação e cooperação nos assuntos regionais e internacionais.

As duas partes consideram por unanimidade que a China e Angola são parceiros estratégicos e que o reforço da cooperação plena entre os respectivos países corresponde aos interesses fundamentais e de longo alcance dos dois povos. Pelo facto e para assegurar em conjunto as oportunidades e enfrentar os desafios no novo contexto internacional, as duas partes decidem estabelecer a parceria estratégica.

As duas partes concordam em manter o diálogo de alto nível, entre os Governos, os Órgãos Legislativos e os Partidos dos dois países, reforçando a troca de opiniões sobre as relações bilaterais e as demais questões importantes de interesse comum.

As duas partes manifestaram a sua disponibilidade para iniciar, o mais cedo possível, o estabelecimento do mecanismo de funcionamento da Comissão Bilateral, conforme o Acordo Quadro de Cooperação entre a República de Angola e a República Popular da China, assinado aos 17 de Dezembro de 2008 com fim de reforçar a orientação e coordenação sobre a cooperação em todos os domínios.

Neste quadro as duas partes estão dispostas a dialogar sobre o aperfeiçoamento e reajustamento dos mecanismos institucionais em função do nível de relacionamento entre os dois países.

As duas partes concordam em aperfeiçoar constantemente os mecanismos de cooperação e elevar o nível e qualidade de cooperação económica e comercial com base no princípio da igualdade, vantagens recíprocas e desenvolvimento conjunto.

Com vista a concretização activa dos projectos e programas em curso, as duas partes continuarão a encorajar e apoiar empresas e instituições financeiras dos dois países, a aumentar o comércio e investimento bilaterais, dando ênfase à cooperação mutuamente vantajosa nos domínios da agricultura, indústria, infra-estruturas, urbanismo, prospecção e exploração de recursos energéticos e minerais, conservação hidráulica, telecomunicações, ambiente e cultura, devendo elaborar-se um programa plurianual nesses domínios como instrumento fundamental para a cooperação bilateral, aprofundando igualmente a cooperação dentro dos mecanismos multilaterais, nomeadamente o Fórum de Cooperação China - África e o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Oficial Portuguesa (Fórum de Macau).

As duas partes manifestaram o seu empenho em reforçar o intercâmbio e a cooperação técnica nos domínios da educação, saúde, ciência e tecnologia, desportos e comunicação social e em ampliar a escala da formação de recursos dos recursos humanos, promovendo o desenvolvimento global das relações existentes entre os dois países.

As duas partes confirmam que possuem amplo consenso e unanimidade para salvaguarda dos interesses comuns dos países em desenvolvimento objectivando um desenvolvimento mais justo e razoável da ordem política e económica internacional.

As duas partes manifestaram a vontade de intensificar consultas e a cooperação a nível dos dois organismos internacionais, tais como a ONU e a OMC, e manter a concertação entre si sobre questões importantes e actuais do fórum regional e internacional.

Sua Excelência Xi Jinping, vice-presidente da República Popular da China, convidou Sua Excelência Fernando da Piedade Dias dos Santos, vice-presidente da República de Angola, a visitar a República Popular da China, tendo o convite sido aceite.

No final das conversações, as duas partes assinaram vários instrumentos jurídicos de cooperação no quadro do reforço e o alargamento da cooperação entre os dois países.

Luanda, 20 de Novembro de 2010.

7. Programa de Investimento Público de Angola em 2015

FINANCIAMENTO EXTERNO DO PIP - 2015			
FONTE DE FINANCIAMENTO	VALORES em Kwanzas	VALORES em USD	%
China	66.189.923.116,00	398.734.476,60	70,48%
Banco Mundial	984.566.293,00	5.931.122,25	1,05%
BNDES Brasil	24.416.687.754,00	147.088.480,45	26,00%
Portugal (Cosec)	1.313.517.522,00	7.912.756,16	1,40%
União Europeia	44.555.660,00	268.407,59	0,05%
Desembolso de L. De Créditos	968.451.450,00	5.834.044,88	1,03%
Total	93.917.701.795,00	565.769.287,92	100%

Fonte: Programa de Investimento Público 2015, Governo de Angola